

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

JOSEANE MARIA DE SOUZA E SOUZA

**A POLÍTICA CULTURAL DE FOMENTO À LEITURA EM CONTEXTO
NEOLIBERAL: a experiência da Casa de Cultura Josué Montello (2008–2025)**

São Luís

2026

JOSEANE MARIA DE SOUZA E SOUZA

**A POLÍTICA CULTURAL DE FOMENTO À LEITURA EM CONTEXTO
NEOLIBERAL: a experiência da Casa de Cultura Josué Montello (2008–2025)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva

São Luís
2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Souza, Joseane Maria de Souza e.

A política cultural de fomento à leitura em contexto neoliberal : a experiência da Casa de Cultura Josué Montello 2008 2025 / Joseane Maria de Souza e Souza. - 2026.

127 p.

Orientador(a): José de Ribamar Sá Silva.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2026.

1. Política Cultural Maranhão. 2. Neoliberalismo. 3. Fomento À Leitura - São Luís. I. Silva, José de Ribamar Sá. II. Título.

JOSEANE MARIA DE SOUZA E SOUZA

**A POLÍTICA CULTURAL DE FOMENTO À LEITURA EM CONTEXTO
NEOLIBERAL: a experiência da Casa de Cultura Josué Montello (2008–2025)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva (Orientador)

Doutor em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Lilia Penha Viana Silva

Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Carlos Wellington Soares Martins

Doutor em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

Esta dissertação analisa as políticas culturais de fomento à leitura no Brasil em contexto neoliberal, tendo como foco a experiência da Casa de Cultura Josué Montello (CCJM), em São Luís (MA), especialmente por meio do Projeto Exposição Itinerante, desenvolvido entre 2008 e 2025. O estudo parte da compreensão de que a leitura constitui um direito cultural fundamental e um instrumento de formação crítica, participação social e democratização da cultura escrita. A pesquisa investiga como as políticas públicas de incentivo à leitura se materializam no Maranhão, considerando as contradições entre os avanços normativos das políticas culturais e os limites impostos pelo neoliberalismo, pela descontinuidade administrativa e pela fragilidade institucional. Fundamentada nas contribuições teóricas de Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu e Michel Foucault, a dissertação compreende as políticas de leitura como espaços de disputa simbólica, produção de hegemonias e reprodução de desigualdades culturais. No plano nacional, o estudo discute os marcos legais e institucionais das políticas de leitura no século XXI, com destaque para o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e o Sistema Nacional de Cultura (SNC). A análise evidencia que, embora essas iniciativas tenham ampliado o reconhecimento da leitura como direito cultural, sua efetivação permanece limitada por restrições orçamentárias, instabilidades políticas e pela crescente influência da lógica mercadológica nas políticas culturais. No contexto maranhense, a pesquisa demonstra que as políticas de fomento à leitura historicamente apresentam descontinuidades, baixa articulação institucional e investimentos insuficientes. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em análise documental e levantamento de dados institucionais relativos às ações culturais desenvolvidas pela CCJM entre 2003 e 2025. Os resultados indicam que, apesar das limitações estruturais das políticas públicas de leitura, o Projeto Exposição Itinerante contribuiu significativamente para ampliar o acesso ao livro, fortalecer práticas leitoras e promover a valorização da cultura literária maranhense. Conclui-se que as políticas culturais de fomento à leitura, embora atravessadas pelas contradições do contexto neoliberal, permanecem fundamentais para a efetivação dos direitos culturais e para a construção de uma sociedade mais democrática.

Palavras-chave: Políticas Culturais. Fomento à leitura. Direito Cultural. Casa de Cultura Josué Montello. Políticas Públicas de Leitura.

ABSTRACT

This dissertation analyzes cultural policies for reading promotion in Brazil within a neoliberal context, focusing on the experience of the Casa de Cultura Josué Montello (CCJM), in São Luís, Maranhão, particularly through the Traveling Exhibition Project, developed between 2008 and 2025. The study is based on the understanding that reading constitutes a fundamental cultural right and an instrument of critical formation, social participation, and the democratization of written culture. The research investigates how public policies aimed at promoting reading are materialized in Maranhão, considering the contradictions between the normative advances of cultural policies and the limits imposed by neoliberalism, administrative discontinuity, and institutional fragility. Grounded in the theoretical contributions of Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu, and Michel Foucault, the dissertation understands reading policies as spaces of symbolic dispute, the production of hegemonies, and the reproduction of cultural inequalities. At the national level, the study discusses the legal and institutional frameworks of reading policies in the 21st century, with emphasis on the National Book and Reading Plan (PNLL), the National Reading and Writing Policy (PNLE), and the National System of Culture (SNC). The analysis shows that, although these initiatives have expanded the recognition of reading as a cultural right, their implementation remains limited by budget restrictions, political instability, and the growing influence of market-oriented logic in cultural policies. In the context of Maranhão, the research demonstrates that policies for reading promotion have historically been marked by discontinuity, weak institutional articulation, and insufficient investment. Methodologically, this is a qualitative study based on documentary analysis and the collection of institutional data related to the cultural actions developed by the CCJM between 2003 and 2025. The results indicate that, despite the structural limitations of public reading policies, the Traveling Exhibition Project significantly contributed to expanding access to books, strengthening reading practices, and promoting the appreciation of Maranhão's literary culture. The study concludes that cultural policies for reading promotion, although shaped by the contradictions of the neoliberal context, remain essential for the realization of cultural rights and for the construction of a more democratic society.

Keywords: Cultural Politic. Reading Promotion. Cultural Rights. Casa de Cultura Josué Montello. Public Reading Politics.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, pela proteção e por me capacitar a vencer mais esta jornada.

Aos meus pais (in memoriam), Iracy Maria de Souza e José de Souza Neto, cuja presença permanece eterna em meu coração. Tudo o que sou e cada passo que dou carregam os ensinamentos e o amor que me deixaram.

À minha família: Manoel Araújo, meu esposo; minhas filhas, Ana Beatriz e Ana Júlia; meu genro, Prisson Denison; minha filha do coração, Naiara Ribeiro; e minha comadre-irmã, Janice Ribeiro, pelo amor, carinho, apoio e incentivo constantes ao longo dessa caminhada, tornando possível a realização deste sonho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva, pelo acompanhamento atento, incentivo, confiança e parceria na orientação deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos.

À Prof.^a Dr.^a Lília Penha Viana Silva e ao Prof. Dr. Carlos Wellington Soares Martins, que me acompanharam desde a qualificação do projeto de pesquisa até a defesa da dissertação, trazendo reflexões, orientações e contribuições fundamentais para o aprimoramento deste trabalho.

A todos os professores e professoras da Turma Especial do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, pelo valioso conhecimento compartilhado ao longo do curso e pelas contribuições essenciais para minha formação acadêmica e profissional.

À Prof.^a Dr.^a Leuzinete Pereira da Silva, diretora da Fundação Escola de Governo do Maranhão, pelo esforço contínuo que possibilitou a criação e o fortalecimento da Turma Especial de Mestrado em Políticas Públicas (EGMA/UFMA 2024–2026), juntamente com o Prof. Dr. Odair José Neves Santos, que iniciou as tratativas com a UFMA para a realização do convênio. Agradeço, ainda, à equipe da Fundação EGMA, especialmente a Márcia Teresa e Amanda Dutra, sempre presentes e disponíveis.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), na pessoa de seu presidente, Prof. Dr. Nordman Wall, pelo incentivo concedido à realização deste estudo.

À Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão e ao Secretário Abimael Berredo, pelo apoio institucional e pela concessão de minha liberação, sempre que

necessária, possibilitando a realização desta pesquisa.

Aos colegas da Casa de Cultura Josué Montello: Kédia Mara, Gláucia Franciane, Izabel Pereira, Maria Isabel, Célia Maria, Verônica, Merydalva e João pela compreensão diante das minhas ausências ao longo do mestrado, possibilitando minha dedicação às atividades acadêmicas, e por contribuírem para a execução da Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello, objeto de pesquisa desta dissertação.

De modo especial, agradeço a José Miranda Soares e Wanda França de Sousa, por estarem ao meu lado ao longo de 17 anos de caminhada, enfrentando desafios e levando livros, leitura e literatura aos mais diversos municípios do Maranhão.

Aos amigos e amigas da turma do mestrado, pelos momentos compartilhados, pela amizade construída e pelo apoio mútuo ao longo dessa jornada. Juntos, enfrentamos o desafio de conciliar a vida profissional e acadêmica e, apesar das dificuldades institucionais e hierárquicas, seguimos firmes até esta etapa da trajetória. Levo comigo ensinamentos que ultrapassam os campos acadêmico e profissional.

Às amigas Adriana Dutra, Talita Cabral, Márcia Regina e Izabel Cristina, pela amizade, carinho e companheirismo compartilhados durante esta caminhada.

Em especial, às amigas Adriana Dutra e Márcia Regina, com quem construí, desde o início do curso, uma amizade marcada pela parceria, acolhimento e incentivo, sobretudo nos momentos em que o apoio emocional foi essencial para seguirmos adiante.

Por fim, agradeço a todos aqueles que participaram, direta ou indiretamente, da construção deste trabalho e contribuíram para a realização desta pesquisa.

Muito obrigada.

“Ler é alimentar a mente; ajuda a cultivar um senso crítico consciente e formado, a proteger-se de fundamentalismos e atalhos ideológicos. Por isso, exorto a todos a lerem livros como antídoto contra o fechamento mental, que se reflete em atitudes rígidas e em visões redutoras da realidade.”

Papa Leão XIV

LISTA DE SIGLAS

BPBL	Biblioteca Pública Bendito Leite
CCJM	Casa de Cultura Josué Montello
CEC	Conferência Estadual de Cultura
CMC	Conferência Municipal de Cultura
CNC	Conferência Nacional de Cultura
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
DLLL	Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
EGMA	Escola de Governo do Maranhão
FELIS	Feira do Livro de São Luís
FLIM	Festa Literária de Itapecuru Mirim
FNDE	Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PPGPP	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLE	Política Nacional de Leitura e Escrita
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
SALIMP	Salão do Livro de Itapecuru
SECMA	Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão
SEGIC	Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura
SEBP	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SNIIC	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

UFMA Universidade Federal do Maranhão

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Metas do ODS 4 com ações de fomento à leitura.....	29
Quadro 2 – Cronologia do Sistema Nacional de Cultura – SNC.....	37
Quadro 3 – Importância da adesão ao Sistema Nacional de Cultura	39
Quadro 4 – Compilação de leis, programas e planos que definem as políticas do livro, escrita e leitura no Brasil.....	55
Quadro 5 – Governadores do Maranhão e Secretários(as) de Cultura (2003–2025).....	62
Tabela 1 - Quantidade de kits de livros doados para instituições que receberam a exposição no período de 2008 a 2013.....	84
Figura 1– Entrega de kits de livros às instituições participantes da Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello (escolas e bibliotecas).....	86
Quadro 6 – Tipologia do público atendido pelo Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello.....	88
Figura 2 – Distribuição territorial das exposições itinerantes no Maranhão (2008–2025).....	89
Tabela 2 – Frequência da Exposição Itinerante por município (2008–2025).....	90
Figura 3 – Participação da Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello em feiras literárias no Maranhão, com destaque para o SALIMP, a FLIM) e a FELIS, evidenciando a inserção do projeto em circuitos de promoção do livro e da leitura.....	91
Tabela 3 – Evolução anual das exposições itinerantes da Casa de Cultura Josué Montello (2008–2025): municípios atendidos, número de exposições e público alcançado.....	93
Quadro 7 – Principais obstáculos evidenciados para a execução do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello (2008–2025).....	95
Quadro 8 – Efeitos socioculturais observados no Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello (2008–	

	2025).....	95
Figura 4 –	Participação do público estudantil na Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello.....	95
Figura 5 –	Primeira exposição Itinerante, realizada em 2008 no município de João Lisboa – Biblioteca Josué Montello.....	96
Quadro 9 -	Circulação da exposição em municípios do Maranhão: escolas, bibliotecas, centros culturais e feiras literárias.....	99
Figura 6 –	Folders institucionais do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello (2008, 2009 e 2023).....	99
Figura 7 –	Recorte de jornal com matéria de divulgação da Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello, João Lisboa, 2008.....	102
Figura 8 –	Recorte de jornal com matéria de sobre a Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello realizada na Academia de Bombeiros do MA, em 2008.....	103
Figura 9 –	Recorte do jornal <i>Agora Santa Inês</i> com matéria sobre a Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello, em Santa Inês setembro, 2008.....	104
Figura 10 –	Recorte do jornal <i>O Progresso</i> publicado em Imperatriz, sobre a Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello, na Semana Imperatrizense do livro em 2008.....	106
Figura 11 -	Divulgação da Exposição itinerante realizada no Colégio Cintra” (2010), disponível no site da SECMA.....	107
Figura 12 -	Participação da Exposição Itinerante da CCJM no XII Encontro Municipal do PROLER e no 4º Salão do Livro de Caxias (2008).....	108
Figura 13 -	Inserção da Exposição Itinerante no XIV Encontro Municipal do PROLER e no 6º Salão do Livro de Caxias (2012).....	109
Figura 14	Eventos literários como espaços privilegiados de circulação da Exposição Itinerante.....	110
Figura 15 -	Exposição Itinerante como evento específico no município de Santa Luzia – MA.....	111

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	POLÍTICAS CULTURAIS DE FOMENTO À LEITURA SOB A PERSPECTIVA NEOLIBERAL: promessas, práticas e contradições.....	19
2.1	A Influência do neoliberalismo nas políticas culturais.....	20
2.2	A Leitura como direito cultural: fundamentos e perspectivas.	26
3	A POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO E O FOMENTO À LEITURA NO SÉCULO XXI.....	34
3.1	Marcos legais e institucionais das políticas de leitura no século XXI.....	35
3.2	Percurso das políticas públicas de leitura no Brasil	44
4	POLÍTICAS CULTURAIS DE FOMENTO À LEITURA NO MARANHÃO 2003 – 2025.....	59
4.1	Contexto maranhense: breve histórico das políticas de fomento à leitura no Estado.....	61
5	PROJETO EXPOSIÇÃO ITINERANTE DA CASA DE CULTURA JOSUÉ MONTELLO: a repercussão do projeto no contexto do fomento à leitura ao longo de 17 anos de realização no Maranhão (2008-2025).....	74
5.1	Josué Montello e a construção do capital simbólico da literatura maranhense.....	77
5.2	A Casa de Cultura Josué Montello como instituição de preservação da memória literária e promoção da leitura.....	80
5.3	O Projeto Exposição Itinerante como estratégia de democratização do acesso à leitura.....	81
5.4	Alcance territorial e institucional do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello (2008–2025).....	83

5.5	Execução, operacionalização e descentralização cultural do projeto.....	87
5.6	Repercussão midiática e visibilidade simbólica do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello.....	100
6	CONCLUSÃO.....	112
	REFERÊNCIAS.....	116
	ANEXO A – Minuta do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello.....	122
	ANEXO B – Formulário de agendamento do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello.....	126

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação, intitulada “A Política Cultural de Fomento à Leitura em Contexto Neoliberal: a experiência da Casa de Cultura Josué Montello (2008–2025)”, foi desenvolvida no âmbito do Curso de Mestrado em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em turma especial resultante do convênio firmado entre o Governo do Estado do Maranhão, por meio da Escola de Governo do Maranhão (EGMA), e a UFMA, voltado à qualificação de servidores públicos. O estudo vincula-se à área de concentração Políticas Públicas e Movimentos Sociais, na linha de pesquisa Estado, Cultura e Políticas Públicas, tendo como objeto a política cultural de fomento à leitura.

A leitura, compreendida como prática social historicamente construída, constitui-se como um direito cultural e político fundamental, embora seu acesso tenha sido, ao longo do tempo, profundamente desigual. Em diferentes contextos históricos, o livro e a leitura foram apropriados por instituições religiosas, estruturas estatais e interesses econômicos como instrumentos de poder, controle e distinção social. Nesse percurso, o livro consolidou-se não apenas como suporte material de difusão do conhecimento, mas também como dispositivo de memória, mediação cultural e transmissão de saberes entre gerações.

Compreender a leitura e o livro como práticas sociais implica reconhecê-los como elementos centrais na formação dos sujeitos e na organização da vida social, atravessados por disputas simbólicas, políticas e econômicas. Em sociedades marcadas por desigualdades estruturais, como a brasileira, o acesso à leitura configura-se como um campo estratégico de disputa, evidenciando a necessidade de políticas culturais capazes de ampliar o acesso ao livro, fortalecer instituições culturais e promover a formação de leitores.

É nesse contexto que se insere o debate acerca das políticas culturais de fomento à leitura no século XXI, particularmente quando analisadas sob a perspectiva do neoliberalismo. Nesse cenário, observa-se uma redefinição do papel do Estado, que tende a reduzir sua atuação direta na garantia de direitos sociais, ao mesmo tempo em que amplia a participação de agentes privados na formulação e execução das políticas culturais. Tal reconfiguração impacta diretamente a continuidade, a abrangência e a efetividade das políticas de leitura.

Nessa perspectiva, a análise desenvolvida nesta dissertação articula dois níveis complementares: o plano estrutural das políticas nacionais de fomento à leitura, com ênfase em seus marcos normativos e institucionais no século XXI, e o plano empírico de sua materialização no contexto maranhense. Parte-se do entendimento de que as diretrizes formuladas em âmbito nacional não se efetivam de maneira homogênea no território, sendo atravessadas por mediações políticas, institucionais e econômicas que condicionam sua implementação. Assim, a experiência da Casa de Cultura Josué Montello (CCJM) é analisada como expressão concreta dessas mediações, permitindo problematizar os limites e as contradições das políticas de leitura em contexto neoliberal.

No contexto do estado do Maranhão, essa problemática adquire contornos específicos, especialmente quando analisada a partir da experiência institucional acumulada em espaços estratégicos do Sistema Estadual de Cultura, como a Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) e a Casa de Cultura Josué Montello (CCJM). A trajetória profissional da autora, desenvolvida ao longo de mais de três décadas nessas instituições, constitui um espaço privilegiado de observação empírica das políticas culturais de leitura, permitindo compreender os modos pelos quais essas ações são formuladas, apropriadas e operacionalizadas no interior das instituições culturais do Estado.

No período de 1992 a 2006, a atuação da autora na Biblioteca Pública Benedito Leite possibilitou acompanhar diferentes gestões estaduais — Edson Lobão, José Ribamar Fiquene, Roseana Sarney e José Reinaldo Tavares — e observar a implementação de diversas ações de incentivo à leitura, entre elas Caixa-Estante, Quinzena do Livro Infantil, Criança Lendo São Luís Vivendo, Terça na Biblioteca, Livro na Praça, Livro e Folia, Arraial da Tia Anastácia, Biblioteca Aberta, Férias na Biblioteca, Nossa História, Arte para Todos, PROLER e o Lançamento Coletivo de Autores Maranhenses. Embora relevantes, as iniciativas mostraram-se marcadas pela descontinuidade, frequentemente condicionadas às conjunturas político-administrativas, o que dificultou sua consolidação como políticas estruturantes. Sob a perspectiva gramsciana, essas ações podem ser compreendidas como práticas de produção de hegemonia, operando na construção de consensos sem necessariamente alterar as condições materiais de acesso à leitura por parte dos grupos subalternos (Gramsci, 1999).

A partir de 2007, com a atuação da autora na direção da Casa de Cultura

Josué Montello, a análise desloca-se para um espaço em que memória, literatura e política cultural se entrecruzam. A instituição, ao preservar e difundir a obra de Josué Montello, importante escritor maranhense e membro da Academia Brasileira de Letras, constitui-se como espaço de produção e reprodução de capital simbólico, conforme a perspectiva de Pierre Bourdieu (2005). Ao longo desse período, a Casa atravessou diferentes gestões estaduais — Jackson Lago (2007–2009), Roseana Sarney (2009–2014), Arnaldo Melo (2014–2015), Flávio Dino (2015–2022) e Carlos Brandão (2022–2025) —, evidenciando como a permanência e a visibilidade institucional dependem da capacidade de adaptação a distintos contextos políticos. Essa oscilação administrativa revela, simultaneamente, a fragilidade estrutural das políticas culturais e a capacidade de resistência de instituições que conseguem manter-se atuantes apesar das mudanças de orientação governamental.

Nesse contexto, destaca-se o Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello, desenvolvido entre 2008 e 2025, que percorreu dezenas de municípios maranhenses levando acervos, ações de mediação de leitura e experiências literárias a diferentes públicos. A iniciativa amplia o acesso ao patrimônio literário maranhense, ao mesmo tempo em que evidencia as desigualdades estruturais que ainda marcam o acesso à leitura no estado. Sob a perspectiva foucaultiana, essas ações podem ser compreendidas como práticas de governamentalidade cultural, na medida em que atuam na formação de sujeitos leitores e na produção de sentidos de pertencimento cultural.

A análise dessa trajetória permite compreender que a experiência institucional, ao mesmo tempo em que amplia o acesso à literatura e promove a difusão da cultura maranhense, também evidencia os limites de uma política cultural marcada pela intermitência e pela descontinuidade administrativa. Nesse sentido, as políticas de leitura podem ser compreendidas como espaços atravessados por disputas de hegemonia, mecanismos de legitimação cultural e estratégias de produção de subjetividades, articulando dimensões discutidas por Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu e Michel Foucault.

Diante desse cenário, coloca-se como problema central desta pesquisa: como as políticas culturais de fomento à leitura se materializam no Maranhão, a partir da experiência da Casa de Cultura Josué Montello, em um contexto neoliberal marcado pela descontinuidade das ações estatais?

Parte-se da hipótese de que, embora as políticas públicas de leitura no Brasil

tenham avançado no plano normativo e institucional, sua efetivação no âmbito local permanece limitada por descontinuidades administrativas, restrições orçamentárias e desigualdades estruturais. Nesse contexto, iniciativas institucionais como o Projeto Exposição Itinerante atuam como estratégias de mediação cultural que, embora não superem plenamente tais limitações, contribuem para a ampliação do acesso à leitura e para a formação de leitores, evidenciando simultaneamente as potencialidades e os limites das políticas públicas de fomento à leitura.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a política cultural de fomento à leitura no Brasil em contexto neoliberal, considerando seus marcos normativos e institucionais no século XXI e sua materialização no contexto maranhense, a partir da experiência da CCJM.

Como objetivos específicos, busca-se:

- a) analisar os fundamentos teóricos e normativos das políticas culturais de fomento à leitura no Brasil, no contexto neoliberal;
- b) examinar a política nacional do livro e as estratégias de fomento à leitura no século XXI, identificando seus avanços, limites e contradições;
- c) compreender como essas diretrizes se desdobram no contexto maranhense, considerando suas especificidades e descontinuidades;
- d) investigar a experiência do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello como forma de materialização dessas políticas;
- e) avaliar, à luz do referencial teórico adotado, os limites e potencialidades dessa experiência no campo das políticas culturais de leitura.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental e no levantamento de dados institucionais. Embora o recorte empírico central compreenda o período de 2008 a 2025, relacionado ao Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello, a análise documental mobiliza fontes institucionais produzidas desde 2003, considerando sua relevância para a compreensão das políticas culturais de leitura no Maranhão. Foram examinados documentos normativos, relatórios institucionais, materiais de divulgação e registros administrativos relacionados às políticas culturais e às ações desenvolvidas pela CCJM. A análise orienta-se por uma perspectiva crítica, mobilizando as contribuições de Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu e Michel Foucault, que permitem compreender as políticas de leitura como espaços de disputa simbólica, reprodução de desigualdades e produção de subjetividades.

O referencial teórico da pesquisa articula diferentes contribuições nos campos das políticas culturais, da leitura e da literatura. Destacam-se os estudos de Antonio Albino Rubim, Lia Calabre e José Castilho, que analisam a formulação e os desafios das políticas culturais no Brasil; as reflexões de Paulo Freire, que concebe a leitura como prática emancipadora; as contribuições de Antonio Candido, que compreende a literatura como direito humano; e as abordagens de Michèle Petit, que enfatizam os aspectos subjetivos e sociais da leitura. No contexto maranhense, as produções de Carlos Wellington Martins, Maria Mary Ferreira, Gilvane Ferreira e Edmilson Rodrigues oferecem suporte fundamental para a compreensão das especificidades locais das políticas de leitura.

A dissertação está estruturada em quatro seções, além desta introdução e da conclusão. A seção 2 (dois) discute as políticas culturais de fomento à leitura sob a perspectiva neoliberal, abordando as influências do neoliberalismo nas políticas culturais e a compreensão da leitura como direito cultural. A seção 3 (três) analisa a política nacional do livro e as estratégias de fomento à leitura no século XXI, com destaque para seus marcos legais, institucionais e para o percurso das políticas públicas de leitura no Brasil. A seção 4 (quatro) examina as políticas culturais de fomento à leitura no Maranhão no período de 2003 a 2025, considerando o contexto histórico e as especificidades das ações desenvolvidas no estado. A seção 5 (cinco) dedica-se à análise do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello, investigando seu alcance territorial e institucional, suas formas de execução e operacionalização, bem como sua repercussão midiática e visibilidade simbólica ao longo de dezesseis anos de realização no Maranhão (2008–2025). Por fim, a conclusão retoma os principais achados da pesquisa, problematizando os limites e as potencialidades das políticas culturais de fomento à leitura em contexto neoliberal.

2 POLÍTICAS CULTURAIS DE FOMENTO À LEITURA SOB A PERSPECTIVA NEOLIBERAL: promessas, práticas e contradições

A análise das políticas culturais de fomento à leitura no Brasil contemporâneo exige situá-las no interior das transformações estruturais que redefiniram o papel do Estado nas últimas décadas. A partir dos anos 1990, com a consolidação da racionalidade neoliberal, observa-se um deslocamento progressivo da cultura do campo dos direitos para o campo da gestão, da eficiência e da mensuração de resultados. Nesse contexto, a leitura, embora reconhecida como direito cultural, passa a ser tensionada por lógicas que privilegiam o mercado, a produtividade e a formação de capital humano.

Esta seção parte da compreensão de que a política cultural não é neutra nem meramente administrativa, mas constitui um espaço estratégico de disputa simbólica e construção de hegemonia. Inspirada nas contribuições de Gramsci (2001), entende-se que o Estado atua como educador coletivo, organizando consensos e orientando projetos de sociedade. Ao mesmo tempo, a partir de Bourdieu (2005), reconhece-se que o acesso aos bens simbólicos, entre eles o livro e a literatura, está profundamente marcado por desigualdades estruturais na distribuição do capital cultural. Já em diálogo com Foucault (2008b), problematiza-se a emergência de uma governamentalidade neoliberal que opera não apenas por meio de restrições orçamentárias, mas também pela produção de subjetividades orientadas à lógica do desempenho e da responsabilização individual.

Nesse cenário, as políticas de fomento à leitura revelam-se atravessadas por contradições: ao mesmo tempo em que afirmam a democratização do acesso e a ampliação dos direitos culturais, muitas vezes incorporam mecanismos que reforçam desigualdades históricas e submetem a cultura a critérios mercadológicos. A ênfase em incentivos fiscais, a centralidade da iniciativa privada no financiamento cultural e a intermitência das políticas públicas evidenciam essa tensão entre promessa de democratização e práticas de mercantilização.

Ao discutir a leitura como direito cultural, esta seção também dialoga com fundamentos jurídicos, filosóficos e normativos, da Constituição Federal à Declaração Universal dos Direitos Humanos, articulando-os a uma perspectiva crítica que questiona a distância entre reconhecimento formal e efetivação material do direito à leitura. Assim, busca-se compreender como, em um contexto neoliberal, as políticas

culturais de fomento à leitura oscilam entre avanços institucionais e fragilidades estruturais, entre democratização simbólica e reprodução de hierarquias.

É a partir dessa problematização que se desenvolvem as seções seguintes, nas quais se examinam a influência do neoliberalismo nas políticas culturais e os fundamentos da leitura como direito cultural, evidenciando promessas, práticas e contradições que marcam o campo cultural brasileiro no século XXI.

2.1 A Influência do neoliberalismo nas políticas culturais

A política cultural, enquanto instrumento de atuação estatal, reveste-se de caráter estratégico na disputa pela hegemonia, conforme destacado por Gramsci (2001), não se limitando a uma função administrativa ou neutra.

O Estado é visto como um 'educador', tendendo a criar um novo tipo ou nível de civilização. Em certas condições, exerce pressão para obter a conformidade com a sua linha, mas sua função essencial é educar, criar consenso, organizar a hegemonia (Gramsci, 2001, p. 258).

Ao priorizar determinadas manifestações culturais em detrimento de outras, o Estado contribui para estabelecer uma visão de mundo específica, que pode refletir os interesses das classes dominantes. No contexto brasileiro, este processo foi historicamente caracterizado por políticas excludentes, com concentração de recursos e incentivos nas regiões Sudeste e Sul, privilegiando práticas artísticas legitimadas pelo mercado ou por padrões estéticos eurocentrados.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a cultura passou a ser reconhecida formalmente como direito social e obrigação do Estado, representando um avanço significativo. Conforme dispõe o artigo 215:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro- -brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela EC n. 48/2005)

I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela EC n. 48/2005)

- II – produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela EC n. 48/2005)
- III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela EC n. 48/2005)
- IV – democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela EC n. 48/2005)
- V – valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela EC n. 48/2005) (Brasil. Constituição [1988], 2024, p. 191).

Entretanto, Bourdieu (2007) observa que o acesso desigual aos bens simbólicos tende a perpetuar estruturas de dominação, exceto quando políticas públicas efetivas e redistributivas são implementadas. Assim, o reconhecimento jurídico não resultou, por si só, em democratização cultural, especialmente diante da intensificação da lógica neoliberal a partir da década de 1990, consolidada ao longo do século XXI. Nesse sentido, como afirma Bourdieu (2007, p. 21),

a cultura legítima contribui para a integração real da classe dominante e para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, dissimulando as diferenças reais e mascarando a função de divisão. Esta eficácia simbólica se apoia sobre a posse desigual do capital cultural.

O neoliberalismo, ao transformar o papel do Estado, fragiliza a cultura enquanto direito social, submetendo-a a princípios como eficiência, mensuração de impacto e retorno financeiro. Políticas de incentivo fiscal, exemplificadas pela Lei Rouanet, ilustram esse fenômeno: ao transferir ao mercado a decisão sobre o financiamento cultural, enfraquecem-se critérios sociais e pedagógicos que poderiam orientar uma política pública comprometida com a equidade.

Conforme destacado por Foucault (2008a), essa racionalidade governamental, a governamentalidade neoliberal, atua não apenas sobre as estruturas econômicas, mas também na formação de subjetividades, induzindo os indivíduos a assumirem posturas de “empreendedores de si mesmos”, inclusive no contexto cultural. Nesse sentido, “o homo economicus, que era parceiro do *laissez-faire*, torna-se agora o que deve ser produzido permanentemente. O homem não é mais parceiro do mercado, mas deve ser formado, constituído e mantido pelo mercado” (Foucault, 2008a, p. 147). Essa lógica evidencia que as políticas culturais contemporâneas, longe de se limitarem à ampliação do acesso aos bens simbólicos, tendem a incorporar a racionalidade de mercado, incentivando práticas de gestão individual do capital cultural. No caso do fomento à leitura, observa-se a valorização de programas que deslocam a ênfase do direito coletivo para estratégias voltadas ao

desenvolvimento de competências individuais, associando a leitura ao incremento do “capital humano” e à produtividade, em consonância com as exigências do mercado e da economia criativa¹.

Esse cenário interfere diretamente nas políticas de leitura. Quando o acesso a livros e à leitura é condicionado pela lógica de mercado, acentua-se a desigualdade entre aqueles que detêm capital cultural e aqueles que dele permanecem excluídos. Ademais, a leitura passa a ser tratada como habilidade instrumental associada ao desempenho escolar e à empregabilidade, reduzindo seu potencial crítico e emancipador. Nesse sentido, Paulo Freire (1981) compreende a alfabetização não como um simples exercício mecânico de palavras, mas como um processo de consciência reflexiva da cultura, no qual o ato de ler ultrapassa a dimensão técnica e se constitui como prática de compreensão crítica da realidade. Portanto, analisar a política nacional do livro e as iniciativas de promoção da leitura no século XXI exige inseri-las no debate mais amplo acerca do papel da cultura nas estratégias de poder, bem como nas disputas por reconhecimento e redistribuição.

As políticas culturais, em sua essência, operam como pontes entre o que fomos e o que aspiramos ser. Ao se dedicarem à preservação e à valorização do patrimônio cultural, elas se voltam não apenas aos grandes monumentos e obras consagradas, mas também aos elementos mais cotidianos e simbólicos da vida social: pratos tradicionais, saberes orais, livros, músicas, filmes, arquivos, entre tantos outros vestígios da experiência humana. Esses elementos compõem uma memória viva, plural e dinâmica, que define a identidade de um povo e o modo como ele se reconhece e se projeta no tempo.

Nesse sentido, toda política cultural carrega em si uma tensão fundamental: a de equilibrar o legado herdado com as transformações necessárias ao presente e ao futuro. Trata-se de um movimento contínuo entre preservar e inovar, entre reconhecer a força do passado e acolher as novas formas de expressão que emergem. O desafio está em manter esse diálogo vivo entre o material e o imaterial, entre a tradição e a invenção, entre aquilo que deve ser resguardado como herança coletiva e aquilo que

¹ A economia criativa refere-se ao conjunto de atividades econômicas baseadas na criatividade, no conhecimento e na cultura, que geram valor a partir de bens e serviços simbólicos. De acordo com a UNESCO, esse conceito abrange setores como literatura, artes, patrimônio cultural, audiovisual e design, sendo reconhecido como vetor estratégico para o desenvolvimento sustentável, a geração de renda e a promoção da diversidade cultural. No contexto das políticas culturais, a economia criativa pode tanto ampliar oportunidades de acesso e produção cultural quanto reforçar dinâmicas de mercantilização, dependendo das formas de regulação e intervenção do Estado. (Reis, 2008)

precisa ser reinventado à luz das demandas contemporâneas.

Mais do que gerir acervos ou promover atividades, a política cultural é um campo estratégico onde se disputa o significado do que somos e do que desejamos ser enquanto sociedade. É nessa arena que se definem valores, se reafirmam identidades e se constroem projetos de futuro. Assim, reconhecer a amplitude e a complexidade do patrimônio cultural, em suas múltiplas formas, é também afirmar o direito de todos à memória, à criação e à esperança.

No Brasil, as políticas culturais historicamente enfrentaram desafios significativos e oscilações em termos de prioridade e investimento. Tendo em vista como marco temporal o período da Redemocratização (1985 em diante) quando houve um crescimento na discussão sobre políticas culturais, incluindo a criação do Ministério da Cultura em 1985. No entanto, as políticas públicas para a cultura ainda enfrentam desafios em termos de financiamento, continuidade e abrangência. Embora tenha havido momentos de avanço e maior atenção para políticas culturais no Brasil, sabe-se que essas políticas nunca foram consolidadas de forma contínua e robusta ao longo da história do país. Alterações políticas e econômicas afetam a continuidade e eficácia das políticas culturais.

Desde a década de 1990, no contexto de reestruturação das políticas culturais sob a racionalidade neoliberal, as ações governamentais voltadas à leitura têm buscado ampliar o acesso à leitura e fortalecer a presença da literatura nas escolas, com o objetivo de promover a formação de uma sociedade leitora. Para isso, foram elaborados planos e programas federais voltados às gestões estaduais e municipais, responsáveis por sua implementação. Contudo, no decorrer desse percurso, verificou-se uma descontinuidade nas iniciativas voltadas à literatura, o que tem reduzido o acesso a obras literárias nas escolas, comprometido a formação de leitores e desvalorizado o papel cultural e educacional da literatura (Souza; Iguma; Lima, 2022).

Ressalta-se que essa situação ocorre não só no Brasil, mas também em muitos países da América Latina, conforme afirma Castrillón (2011, p. 54).

É inegável que, nas últimas décadas, foram realizados esforços notáveis para melhorar a formação de leitores e ampliar as possibilidades de acesso à cultura letrada em boa parte dos países da América Latina. Esforços que, com interesses diversos, provêm quer do setor público, quer do privado. Por outro lado, também é inegável afirmar que tanto nos meios acadêmicos como nos setores que se ocupam da produção e circulação do livro, temos a desalentadora percepção de que foram poucos os avanços ou, ao menos, de que eles não correspondem aos esforços investidos.

É fundamental analisar criticamente como as transformações econômicas, políticas e sociais associadas ao neoliberalismo influenciam as políticas de leitura atuais. Avaliar a política cultural desde os anos 1990 permite compreender seu papel na promoção da leitura por meio de programas específicos, analisando o histórico dos planos de fomento à leitura, os impactos do neoliberalismo e as consequências para projetos literários, formação de leitores e valorização do livro, literatura e bibliotecas no Brasil.

Martins (2014, p. 67) nos apresenta essa questão no Maranhão:

Nas últimas décadas, percebe-se no Maranhão arremedos de políticas culturais, desarticuladas, em sua grande maioria, de políticas globais que têm relação similar, como por exemplo, as de educação. Os investimentos feitos pelo Estado em geral não ultrapassam 1% do orçamento geral do Estado onde as bibliotecas são negligenciadas pela maioria dos governos, que quando muito limita-se a investir em reformas e ampliações dos prédios.

Segundo Rubim (2015a), as políticas culturais estão fundamentadas em tradições historicamente enraizadas no imaginário social e na gestão pública brasileira, marcadas pelo autoritarismo, pela tardia institucionalização, pelas descontinuidades administrativas e pela fragilidade institucional. Nesse sentido, a compreensão das políticas culturais de fomento à leitura no Maranhão pode ser aprofundada a partir da noção das “tristes tradições”, formulada por Rubim (2015a) ausências, autoritarismos e instabilidades, que se manifestam de forma concreta no contexto estadual.

No que se refere às ausências, observa-se a histórica insuficiência de políticas estruturadas e contínuas voltadas ao livro, à leitura e às bibliotecas no estado. Embora existam iniciativas relevantes, muitas delas se configuram como ações pontuais, frequentemente desvinculadas de um planejamento de longo prazo, o que compromete sua efetividade na formação de leitores e na democratização do acesso à cultura escrita. Quanto aos autoritarismos, estes podem ser identificados na centralização das decisões no âmbito da gestão cultural, com limitada participação social na formulação e avaliação das políticas públicas. Essa dinâmica restringe a construção de políticas mais democráticas e sensíveis às demandas locais, especialmente em um estado marcado por profundas desigualdades sociais e territoriais. Já as instabilidades constituem um dos traços mais evidentes, manifestando-se na descontinuidade administrativa, na interrupção de programas e na dependência das agendas governamentais. Como já indicado, os investimentos

em cultura no Maranhão historicamente não ultrapassam percentuais reduzidos do orçamento estadual, e as políticas voltadas à leitura, quando existentes, frequentemente não se consolidam como políticas de Estado, permanecendo vulneráveis às mudanças de gestão.

No âmbito específico do fomento à leitura, essas tradições se expressam na fragilidade das bibliotecas públicas, na limitação de programas de incentivo à leitura e na dificuldade de articulação entre políticas culturais e educacionais. Nesse cenário, iniciativas como o Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello assumem papel estratégico, ao buscar suprir lacunas deixadas pelo poder público e ampliar o acesso à literatura em diferentes municípios do estado.

Portanto, é imperativo que as políticas culturais e de leitura no Brasil sejam continuamente avaliadas e aprimoradas, levando em consideração todas as transformações, sendo elas sociais, econômicas e políticas que refletem no acesso à cultura e à formação de leitores. A democratização do acesso aos bens culturais e à leitura deve ser uma prioridade, com políticas públicas que promovam a equidade e a inclusão, valorizando a diversidade cultural e reconhecendo a importância da literatura e das bibliotecas como instrumentos de emancipação e desenvolvimento social. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e consciente, onde todos tenham a oportunidade de se beneficiar do patrimônio cultural e literário do país.

À luz dessas considerações, a reflexão de Candido (2023, p. 210) contribui para aprofundar a compreensão da literatura como dimensão constitutiva dos direitos humanos, ao apresentá-la sob duas perspectivas fundamentais:

Primeiro, verifiquei que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos.

Nessa direção, a compreensão da literatura como direito humano, conforme evidenciado por Candido (2023), amplia-se quando articulada ao debate contemporâneo sobre a leitura como direito cultural, deslocando-se de uma dimensão estritamente estética para um campo mais amplo de garantias sociais e políticas. Se a literatura humaniza e revela as contradições sociais, como aponta o autor, a leitura

constitui o meio pelo qual esse direito se materializa, possibilitando o acesso aos bens simbólicos, à formação crítica e à participação na vida cultural. Assim, refletir sobre a leitura como direito cultural implica não apenas reconhecer seu valor formativo e emancipador, mas também problematizar as condições históricas, sociais e institucionais que permitem, ou limitam seu exercício, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais e descontinuidades nas políticas públicas. É nesse horizonte que se insere a discussão a seguir.

2.2 A Leitura como direito cultural: fundamentos e perspectivas

A leitura, compreendida para além de uma habilidade técnica ou hábito individual, configura-se como um direito cultural inalienável, essencial à formação cidadã e à participação plena na vida social. Reconhecida em tratados internacionais e na Constituição Federal Brasileira, ela deve ser garantida pelo Estado como parte do conjunto de direitos humanos, assegurando não apenas o acesso material ao livro e a outros suportes de leitura, mas também as condições para que cada indivíduo desenvolva competências críticas e autonomia intelectual.

De acordo com Gramsci (2001, p. 258)

Toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica, e ocorre não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais.

Nessa mesma direção, Paulo Freire (1981) contribui para aprofundar a compreensão da educação como prática social e coletiva ao afirmar que os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Tal perspectiva reforça a leitura como prática cultural compartilhada, atravessada por relações sociais e fundamental para a construção da consciência crítica.

Sob essa perspectiva a leitura constitui um instrumento de emancipação e disputa hegemônica, pois possibilita que os sujeitos se apropriem de saberes e discursos historicamente monopolizados por grupos dominantes. Nesse sentido, o acesso desigual à cultura escrita, seja por barreiras econômicas, geográficas ou simbólicas, perpetua a dominação cultural e restringe a formação de uma consciência crítica capaz de questionar a ordem estabelecida.

Para Bourdieu (2007), o discurso é ao mesmo tempo aquilo porque e pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar. Isso nos permite compreender a leitura como prática cultural atravessada por capitais, econômico, social e cultural e pelo habitus, que condicionam o modo como os indivíduos se relacionam com os bens culturais. O livro, a biblioteca e os espaços de mediação da leitura não são apenas meios de acesso ao conhecimento, mas também lugares de legitimação de hierarquias simbólicas, em que determinados repertórios são valorizados em detrimento de outros. Assim, as políticas de fomento à leitura precisam enfrentar não só a escassez material, mas também os mecanismos de exclusão simbólica.

A análise proposta por Foucault (2008a) amplia esse debate ao evidenciar que a leitura e a escrita integram redes de saber-poder, nas quais os discursos não apenas transmitem informações, mas produzem verdades, subjetividades e formas de governamento. Nesse contexto, as escolhas sobre o que, como e onde se lê não são neutras: refletem e reforçam regimes discursivos que delimitam o campo do pensável e do dizível.

Refletir sobre a leitura como direito cultural, portanto, implica problematizar tanto seus fundamentos jurídicos e filosóficos quanto as relações de poder, capital e hegemonia que atravessam sua prática. Ao investigar esses fundamentos e perspectivas, esta análise busca compreender a leitura como dimensão estratégica da vida democrática e da dignidade humana, e não apenas como uma competência funcional. Essa compreensão da leitura como direito cultural é imprescindível para que as políticas públicas de fomento à leitura possam servir para o enfrentamento das desigualdades históricas e criar condições reais para a democratização da cultura escrita. Nessa perspectiva, Paulo Freire (2019) defende que não existe leitura da palavra dissociada da leitura do mundo, uma vez que ambas se articulam à práxis e à transformação da realidade. A compreensão da leitura como direito cultural possui respaldo em instrumentos normativos internacionais que reconhecem a cultura como dimensão essencial da dignidade humana. Entre eles, destaca-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, cujo Artigo 27 dispõe:

1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.
2. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja

autor (Brasil, 2020).

O inciso 1 oferece a base para se considerar o acesso à leitura como parte do direito humano universal à participação na vida cultural. Ler, seja em suportes físicos ou digitais, significa acessar bens culturais e simbólicos que compõem o patrimônio imaterial da humanidade. Assim, negar ou dificultar esse acesso representa uma forma de exclusão cultural, que repercute diretamente na formação cidadã e na participação social. O inciso 2, por sua vez, trata da proteção dos direitos autorais, assegurando que escritores, pesquisadores e artistas tenham resguardados os seus interesses morais e materiais. Essa garantia é indispensável para o fortalecimento da produção literária e para a circulação de obras que alimentam o direito à leitura.

Sob uma perspectiva crítica, a partir das contribuições de Gramsci, esse marco internacional pode ser interpretado como um instrumento que tanto possibilita quanto limita a democratização cultural: possibilita, ao afirmar o acesso como direito, mas limita, quando a proteção da produção intelectual é interpretada de forma restritiva, criando barreiras econômicas ao acesso. Em diálogo com Bourdieu (2005), observa-se que a mera existência de garantias jurídicas não rompe as desigualdades estruturais que condicionam o capital cultural de cada indivíduo, sendo necessário articular políticas públicas que reduzam tais disparidades. Foucault (2008a), por sua vez, alertaria para o fato de que o próprio conceito de “vida cultural” é atravessado por regimes discursivos que definem quais práticas e obras são legitimadas, invisibilizando outras manifestações culturais e leituras possíveis.

Nessa mesma perspectiva crítica, e aprofundando essa discussão no contexto da formação cultural brasileira, Candido (2023) contribui de maneira decisiva ao evidenciar como as desigualdades sociais condicionam o acesso à literatura e à fruição estética, ao afirmar que:

Em nossa sociedade há fruição segundo as classes na medida em que um homem do povo está praticamente privado da possibilidade de conhecer e aproveitar a leitura de Machado de Assis ou Mário de Andrade. Para ele, ficam a literatura de massa, o folclore, a sabedoria espontânea, a canção popular, o provérbio. Estas modalidades são importantes e nobres, mas é grave considerá-las como suficientes para a grande maioria que, devido à pobreza e à ignorância, é impedida de chegar às obras eruditas. Nessa altura é preciso fazer duas considerações: uma relativa à difusão possível das formas de literatura erudita em função da estrutura e da organização da sociedade; outra, relativa à comunicação entre as esferas da produção literária. Para que a literatura chamada erudita deixe de ser privilégio de pequenos grupos, é preciso que a organização da sociedade seja feita de maneira a garantir uma distribuição equitativa dos bens (Candido, 2023, p. 211).

Portanto, o Artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos não apenas fundamenta juridicamente a leitura como um direito cultural, mas também impõe ao Estado a responsabilidade de criar e fortalecer políticas públicas de leitura capazes de assegurar sua efetivação material e simbólica. Isso implica a implementação de ações estruturantes, como o fortalecimento de bibliotecas públicas e comunitárias, a ampliação do acesso ao livro, a formação de mediadores de leitura e a valorização da diversidade cultural, que enfrentem as desigualdades sociais historicamente constituídas e denunciadas por Candido, garantindo que a fruição da literatura deixe de ser privilégio de determinados grupos e se consolide como um direito cultural universal.

A leitura desempenha papel central na concretização da Agenda 2030 da ONU e, em particular, do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que visa assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ONU, 2015). A alfabetização e o desenvolvimento de competências leitoras constituem pré-requisitos essenciais para a aquisição de conhecimentos em todas as áreas do currículo, para a participação cidadã e para a redução das desigualdades sociais. Nesse sentido, a promoção da leitura não se restringe ao acesso físico aos livros, mas envolve também a mediação cultural, o incentivo à apropriação crítica de saberes e a valorização de múltiplos repertórios culturais, elementos que contribuem para a formação de sujeitos críticos e engajados (UNESCO, 2017). Assim, políticas públicas de fomento à leitura articuladas às metas do ODS 4, como a alfabetização universal e a ampliação de espaços educativos inclusivos, são instrumentos estratégicos para a democratização do conhecimento e para a construção de sociedades mais justas, participativas e sustentáveis.

Quadro 1 - Metas do ODS 4 com ações de fomento à leitura

Meta do ODS 4	Descrição da Meta	Ações de Fomento à Leitura Correspondentes
4.1	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário	Implementação de programas de leitura escolar, incentivo à biblioteca escolar, atividades de mediação de leitura e

Meta do ODS 4	Descrição da Meta	Ações de Fomento à Leitura Correspondentes
	e secundário gratuito, equitativo e de qualidade	clubes de leitura para estimular permanência e aprendizagem efetiva.
4.4	Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos com competências relevantes, incluindo leitura e habilidades técnicas	Cursos de alfabetização para jovens e adultos, programas de leitura comunitária, oficinas de literatura e capacitação de mediadores de leitura.
4.5	Eliminar disparidades de gênero e desigualdades de acesso à educação	Projetos de leitura voltados para grupos vulneráveis, inclusão de literatura diversificada que valorize diferentes culturas, acesso gratuito a livros e materiais educativos.
4.6	Garantir que todos os jovens e uma proporção substancial de adultos alcancem alfabetização e numeramento	Campanhas de incentivo à leitura, bibliotecas públicas e itinerantes, distribuição de livros didáticos e literários, promoção da leitura crítica e reflexiva.
4.a²	Construir e melhorar instalações educacionais que sejam seguras, inclusivas e eficazes	Criação de bibliotecas escolares e comunitárias, espaços de leitura acolhedores e acessíveis, laboratórios de leitura e clubes literários.
4.c	Aumentar substancialmente o número de professores qualificados	Formação de professores em mediação de leitura, metodologias de ensino da literatura, capacitação em práticas inclusivas de leitura e cultura escrita.

Fonte: Adaptado pela autora (Organização das Nações Unidas, 2025)

² As metas identificadas por letras (como 4.a e 4.c) correspondem às chamadas metas de implementação (*means of implementation*), que indicam os meios estruturais e institucionais necessários para o alcance das metas numeradas principais do ODS 4, conforme sistematização da Organização das Nações Unidas na Agenda 2030.

No contexto nacional, a leitura como direito cultural encontra respaldo jurídico principalmente na Constituição Federal de 1988, que, no Artigo 215, estabelece que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Esse dispositivo, ao reconhecer a cultura como direito de todos e dever do Estado, insere a leitura no conjunto de práticas que devem ser promovidas e democratizadas.

Ainda no texto constitucional, o Artigo 216 define como patrimônio cultural brasileiro as formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, e as criações científicas, artísticas e tecnológicas, o que inclui a produção literária. A leitura, nesse sentido, não é apenas meio de acesso à cultura, mas também elemento de preservação e transmissão desse patrimônio.

O Brasil dispõe de um conjunto de instrumentos legais que estruturam o fomento à leitura em âmbito nacional. Entre eles, destaca-se o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), instituído em 2006 por meio de decreto presidencial, que se consolidou como um marco na formulação de políticas intersetoriais voltadas ao acesso ao livro, à formação de mediadores e à criação de ambientes favoráveis à leitura.

Para a construção desse plano, entre 2004 e 2006, o então Ministério da Cultura, em parceria com o Ministério da Educação, promoveu, em todo o País, uma ampla agenda de debates, conferências, palestras, oficinas, seminários e mesas-redondas. Esses encontros reuniram representantes de todos os segmentos da cadeia produtiva do livro (editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores e gestores públicos) além de educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade civil, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e demais interessados.

Como resultado desse processo participativo, a Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, instituiu formalmente o PNLL. Posteriormente, em 2011, o Decreto n. 7.559 conferiu ao Plano um caráter permanente, ao defini-lo como estratégia de planejamento, articulação e referência para ações de fomento à leitura no País, ampliando sua dimensão política e institucional (embora esse decreto tenha sido revogado pelo Decreto n. 12.166, de 2024 que Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita).

Além disso, outro marco relevante foi a promulgação da Lei nº 13.696, de 2018, que instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE). Essa legislação busca articular ações contínuas de promoção da leitura, garantindo sua integração às políticas de educação, cultura e comunicação. A PNLE estabelece, ainda, o compromisso da União, dos estados e dos municípios na execução dessas ações, conferindo à sociedade instrumentos para cobrar do Poder Executivo a elaboração de um plano capaz de orientar políticas claras e efetivas para o livro e a leitura. Assim, a Lei estabelece estratégias destinadas a assegurar a universalização do direito de acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas.

No entanto, sob uma lente crítica, é possível observar que, apesar da existência desses marcos legais, sua implementação tem sido marcada por descontinuidades e pela falta de recursos financeiros e institucionais. À luz de Gramsci, isso reflete a disputa hegemônica na esfera cultural: a leitura, embora reconhecida formalmente como direito, não se torna efetivamente prioridade de Estado, permanecendo subordinada a interesses políticos e econômicos dominantes.

Com Bourdieu (2005), compreende-se que o marco legal, isoladamente, não rompe as barreiras estruturais que reproduzem as desigualdades no acesso à cultura escrita. A posse do “capital cultural” necessário para usufruir plenamente da leitura, seja na forma de repertório, competências linguísticas ou familiaridade com os suportes, ainda se concentra nas classes mais favorecidas, o que perpetua a exclusão simbólica.

Na perspectiva de Foucault (2008a), evidencia-se que as políticas de fomento à leitura, ao selecionar determinados gêneros, autores e formatos, acabam por reforçar regimes discursivos que legitimam alguns saberes enquanto marginalizam outros, o que exige atenção às vozes, narrativas e práticas de leitura que permanecem invisibilizadas.

Assim, o marco legal brasileiro fornece uma base sólida para a defesa da leitura como direito cultural, mas sua efetividade depende de políticas públicas consistentes, continuidade administrativa e ações que enfrentem simultaneamente as desigualdades materiais e simbólicas que permeiam o acesso à cultura escrita.

A leitura, enquanto direito cultural, não se sustenta apenas em dispositivos legais, mas também em fundamentos filosóficos que a reconhecem como prática essencial à liberdade, à formação da consciência crítica e à plena realização humana. Desde a Antiguidade, pensadores como Aristóteles já associavam a educação e o

acesso ao saber à construção da vida virtuosa e da cidadania. No contexto moderno, a leitura afirma-se como meio de emancipação intelectual, em consonância com a defesa iluminista da razão e do livre acesso ao conhecimento.

No pensamento de Paulo Freire (1981), a leitura do mundo precede a leitura da palavra, indicando que o ato de ler vai além do decifrar de códigos escritos: trata-se de compreender a realidade e agir para transformá-la. Como afirma o próprio autor, “não há leitura da palavra sem leitura do mundo. Não há leitura do mundo sem práxis” (Freire, 2019, p. 87). Sob a perspectiva foucaultiana, essa abordagem dialoga com a compreensão do poder como difuso e presente em múltiplos pontos da sociedade, em que o saber não é neutro, mas instrumento de mediação e disputa simbólica (Foucault, 2008). Assim, a leitura, concebida como direito cultural e prática de emancipação, permite que os sujeitos se apropriem criticamente dos discursos e estruturas sociais, tornando-se capazes de intervir na realidade e questionar relações de poder.

No âmbito do planejamento estratégico estadual, essa discussão também se materializa em instrumentos recentes de formulação de políticas públicas. Nesse sentido, o Plano Maranhão 2050 reconhece a cultura e a educação como dimensões estruturantes do desenvolvimento, ao propor uma visão de futuro baseada em “educação, identidade e cultura transformadoras e estruturantes” (Maranhão, 2024, p. 11). Além disso, ao considerar a “cultura como ativo material e imaterial” (Maranhão, 2024, p. 29), o documento evidencia a centralidade dos bens simbólicos na construção da identidade social e no fortalecimento da cidadania. Entretanto, ao mesmo tempo em que aponta essas diretrizes, o plano revela desafios significativos, como os elevados índices de analfabetismo e a baixa escolaridade média da população, que evidenciam as desigualdades no acesso à cultura escrita. Nesse contexto, a leitura e as bibliotecas assumem papel estratégico, não apenas como instrumentos educacionais, mas como dispositivos de democratização cultural, fundamentais para a efetivação dos direitos culturais e para a redução das desigualdades históricas no estado.

Contudo, observa-se que, apesar de reconhecer a centralidade da cultura, o plano não explicita de forma estruturada políticas voltadas ao livro, à leitura e às bibliotecas, o que evidencia a permanência de lacunas no campo das políticas culturais de leitura.

3 A POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO E O FOMENTO À LEITURA NO SÉCULO XXI

A constituição de políticas públicas voltadas para o livro e a leitura no Brasil não pode ser compreendida de maneira isolada, mas deve ser analisada em diálogo com o processo histórico mais amplo de formulação das políticas culturais no país. Desde a redemocratização, observa-se um esforço de institucionalização e normatização dessa área, marcado, contudo, por contradições, descontinuidades e pela presença constante de racionalidades de corte neoliberal. Nesse sentido, compreender a Política Nacional do Livro e as iniciativas de fomento à leitura no século XXI exige recuperar tanto seus marcos legais e institucionais quanto os embates políticos e ideológicos que a atravessam.

O livro, enquanto bem simbólico, ocupa lugar estratégico na consolidação de uma esfera pública democrática. Ao mesmo tempo em que se constitui como mercadoria sujeita às dinâmicas de mercado, também se apresenta como direito cultural inscrito na Constituição Federal de 1988 e reiterado em documentos internacionais que reconhecem a leitura como um direito humano fundamental. Esse duplo estatuto tensiona as políticas públicas: de um lado, a perspectiva de democratização do acesso, que se materializa em planos nacionais, sistemas de cultura e programas de incentivo à leitura; de outro, a lógica de mercantilização que, ao privilegiar mecanismos de renúncia fiscal e a centralidade da iniciativa privada, limita o alcance e a efetividade dessas políticas.

No século XXI, a formulação de instrumentos como o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e o Plano Nacional de Cultura (PNC), bem como a aprovação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), representaram avanços institucionais ao inscrever a leitura no âmbito dos direitos culturais e ao criar espaços de participação social. Contudo, esses processos não se deram sem tensões: a sobreposição de modelos de gestão, a instabilidade política e as mudanças de orientação ideológica entre governos produziram um quadro de avanços e retrocessos que impactam diretamente a efetivação de políticas de leitura em todo o território nacional.

Assim, esta seção busca analisar a Política Nacional do Livro e o fomento à leitura no Brasil no século XXI, destacando seus marcos legais e institucionais, suas contradições e seus limites diante de um contexto histórico marcado pela intensificação do neoliberalismo. Parte-se da compreensão de que a leitura, mais do que prática individual, constitui-se como campo de disputa simbólica e política, no qual

se expressam projetos de sociedade e diferentes concepções sobre o papel do Estado na democratização da cultura.

3.1 Marcos legais e institucionais das políticas de leitura no século XXI

Para entender as políticas públicas de leitura no século XXI, é importante revisitar a história das políticas culturais no Brasil. Essa trajetória é marcada por momentos de instabilidade institucional e pela crescente influência de mecanismos ligados ao mercado, especialmente a partir da década de 1980. Um exemplo claro dessa instabilidade é a história do Ministério da Cultura (MinC). Ele foi criado em 1985, durante o governo de Sarney, e passou por várias mudanças desde então. Em 1990, durante o governo de Collor, o ministério foi desfeito e transformado em secretaria. Depois, em 1993, foi recriado no governo de Itamar Franco. Nesse período, dez pessoas comandaram a pasta em apenas nove anos, o que mostra como a estrutura era frágil e como havia falta de continuidade nas ações. Como explica Rubim (2015, p. 17-18):

[...] cinco ministros (José Aparecido, Aloísio Pimenta, Celso Furtado, Hugo Napoleão e novamente José Aparecido) nos cinco anos de Sarney; dois secretários (Ipojuca Pontes e Sérgio Paulo Rouanet) no período Collor; e três ministros (Antonio Houaiss, Jerônimo Moscardo e Luiz Roberto Nascimento de Silva) no governo Itamar Franco.

A instabilidade não resultava apenas da alternância de ministros, mas também da adoção, pelo governo Collor, do primeiro experimento neoliberal no país, que implicou o desmonte da área cultural em nível federal. (Rubim, 2015).

Em 1986, instituiu-se a Lei Sarney, primeira lei de incentivos fiscais à cultura no Brasil. Embora leis semelhantes existam em outros países, sua configuração no contexto brasileiro produziu uma articulação peculiar entre incentivo fiscal e racionalidade neoliberal. Ao transferir para o mercado a prerrogativa de decidir sobre o financiamento cultural, mesmo utilizando recursos públicos via renúncia fiscal, instaurou-se um processo de retração do Estado como agente central das políticas culturais. Essa lógica se expandiu para estados e municípios e foi consolidada pela Lei Rouanet, cuja renúncia fiscal chegou a 100%. Dados do MinC indicam que, em dezoito anos de vigência, dos oito bilhões de reais investidos por meio da Rouanet, mais de sete bilhões foram oriundos de recursos públicos (Brasil. Ministério da Cultura,

s.d.). Assim, observa-se que, embora os recursos sejam majoritariamente públicos, o poder de decisão é delegado à iniciativa privada, o que evidencia a problemática articulação entre democracia e políticas culturais (Rubim, 2015).

No início do século XXI, alguns avanços institucionais buscaram tensionar esse cenário. A aprovação do Plano Nacional de Cultura (PNC), em 2010, representou um marco, pois foi o primeiro plano de cultura construído em ambiente democrático. Entretanto, sua implementação ficou prejudicada pela desarticulação com o Sistema Nacional de Cultura (SNC), cujos processos de elaboração não se encontravam plenamente sintonizados, nem mesmo no âmbito do próprio ministério (Félix, 2008). Ainda assim, a opção por construir políticas públicas em diálogo com a sociedade civil constituiu uma marca do governo Lula, que promoveu seminários, câmaras setoriais e conferências, culminando nas Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2005 e 2010 (Rubim, 2015).

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) tem como objetivo estabelecer diretrizes e normas para o funcionamento articulado das políticas culturais no Brasil, promovendo a integração entre União, estados e municípios na gestão da cultura. Sua previsão constitucional está no art. 216-A da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 71/2012, sendo posteriormente regulamentado pela Lei nº 14.835/2024, que definiu mecanismos para sua implementação prática. O sistema orienta-se por princípios como a valorização da diversidade das expressões culturais, a universalização do acesso à cultura e o fomento à produção, difusão e circulação de bens culturais. Além disso, o SNC atua em consonância com o Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei nº 12.343/2010, fortalecendo a cooperação federativa e facilitando a transferência de recursos federais para o setor cultural.

Quadro 2 – Cronologia do Sistema Nacional de Cultura – SNC

ANO	MARCO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
1968	Conselho Federal de Cultura	Primeira reunião do Conselho Federal de Cultura.
1976	Encontro Nacional de Cultura	Realização do Encontro Nacional de Cultura, em Salvador.
1985	Criação do MinC	Criação do Ministério da Cultura.
1986	Lei Sarney (Lei nº 7.505/1986)	Primeira lei federal de incentivo fiscal à cultura.
1988	Constituição Federal	Inclusão da garantia de direitos culturais e proteção às manifestações culturais.
1990	Extinção do MinC	Ministério da Cultura transformado em Secretaria.
1991	Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991)	Restabelece princípios da Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)
1992	Recriação do MinC	Ministério da Cultura é recriado.
2003	Novo ciclo de políticas culturais	Reestruturação institucional e início da construção do SNC.
2005	Sistema Federal de Cultura / CNPC / PNC	Estruturação institucional do Sistema Nacional de Cultura.
2006	1ª Conferência Nacional de Cultura	Consolidação do debate federativo.
2007	Protocolo de Intenções do SNC	Instrumento de adesão ao Sistema Nacional de Cultura.
2008	Grupo de Trabalho do SNC	Organização normativa e institucional do sistema.
2009	Acordo de Cooperação Federativa	Regulamentação da adesão ao SNC.
2010	Lei n.12.244, de 24 de maio de 2010 (Lei das bibliotecas)	Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.
2010	Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010)	Institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)

2012	Emenda Constitucional nº 71	Inserção do Sistema Nacional de Cultura na CF.
2013	3ª Conferência Nacional de Cultura	Debate sobre Sistema, Plano e Política Cultural.
2014	Plataforma SNC	Ampliação das adesões ao Sistema.
2015	Seminário Cultura, Política e Gestão	Fortalecimento do debate sobre participação.
2016	Extinção do MinC	Ministério incorporado a outra pasta.
2017	Ampliação das adesões ao SNC	Marco quantitativo de adesões.
2019	Rebaixamento institucional	Cultura transformada em Secretaria Especial.
2023	Recriação do MinC	Retomada institucional do Ministério da Cultura.
2024	4ª Conferência Nacional de Cultura	Novo marco regulatório do SNC.
2024	Lei nº 14.835/2024	Institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura.

Fonte: Elaborada pela autora com base nas informações disponíveis em:

<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/snc/o-snc/sistema-nacional-de-cultura-1> e (Gilioli; Fernandes, 2023).

Considerando que o SNC tem por finalidade orientar a formulação e a implementação de políticas públicas de cultura que sejam democráticas, permanentes e construídas de forma colaborativa entre os entes federados e a sociedade civil, busca-se promover o desenvolvimento humano, social e econômico, assegurando o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso ampliado aos bens e serviços culturais.

Nessa perspectiva, a adesão ao SNC configura-se como um mecanismo que fortalece a capacidade dos estados e municípios de estruturarem e darem continuidade às suas políticas culturais. Tal adesão oferece maior previsibilidade institucional e favorece a execução integrada das ações culturais, como indica a representação apresentada no Quadro 3.

Quadro 3 – Importância da adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)

DIMENSÃO	ASPECTO DESTACADO	IMPLICAÇÕES PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS
Organização da Gestão	Estruturação qualificada das políticas públicas de cultura	Fortalecimento institucional da gestão cultural local
Participação Social	Ampliação da participação da sociedade na gestão cultural	Exercício da cidadania cultural e fortalecimento do controle social
Acesso a Editais Federais	Adesão como possível requisito para participação em editais do Governo Federal	Maior inserção nas políticas federativas de financiamento cultural
Pactuação Federativa	Participação nas decisões das políticas públicas culturais do país	Integração ao pacto federativo e corresponsabilidade na formulação de políticas
Captção de Recursos	Preparação para receber recursos federais via fundos de cultura	Ampliação da capacidade de financiamento e sustentabilidade das ações culturais

Fonte: Elaborada pela autora com base nas informações disponíveis em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/snc/o-snc/importancia>

No conjunto das políticas culturais formuladas pelo Estado brasileiro no século XXI, o Plano Nacional de Cultura (PNC), criado formalmente pela Lei nº 12.343/2010, ocupa posição estratégica por estabelecer diretrizes de longo prazo para o Sistema Nacional de Cultura (SNC). Previsto no artigo 215 da Constituição Federal de 1988, o PNC busca estruturar programas e ações capazes de orientar o poder público na garantia do direito à cultura, articulando dimensões simbólicas, cidadãs e econômicas.

Embora seu processo de elaboração (2005–2010) tenha sido oficialmente caracterizado como participativo, envolvendo conferências, fóruns e consultas públicas sob coordenação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), uma leitura crítica evidencia que esse percurso também operou como dispositivo de regulação dos discursos sobre cultura. À luz de Foucault (2009) trata-se de um processo que define quais sujeitos podem falar e quais concepções de cultura se legitimam no interior do Estado. Do mesmo modo, Bourdieu (2005) permite compreender essas etapas como disputas entre agentes do campo cultural pela legitimação de suas práticas e visões, enquanto Gramsci (2001) aponta para o esforço

de construção de consensos e direções políticas que sustentem uma hegemonia cultural nacional.

O PNC 2010–2024 organiza-se em dimensões e eixos que expressam tanto a amplitude do conceito de cultura quanto as tensões entre perspectivas simbólicas, cidadãos e mercadológicas. O Plano estabelece 14 diretrizes, 36 estratégias e 53 metas, cujos monitoramento e avaliação são realizados pelo Ministério da Cultura em articulação com o CNPC e com o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Entretanto, a necessidade de prorrogação do PNC até 2024 revela a fragilidade institucional das políticas culturais, frequentemente dependentes das condições políticas e dos ciclos governamentais.

Além disso, a execução do Plano depende da cooperação federativa e da adesão de estados e municípios ao Sistema Nacional de Cultura, o que exige a elaboração de planos locais alinhados ao PNC. Essa lógica reforça a busca por uma direção política compartilhada, aproximando Estado e sociedade civil na gestão das políticas culturais, ainda que de forma assimétrica.

Entretanto, a execução do Plano depende da cooperação federativa e da adesão de estados e municípios ao Sistema Nacional de Cultura, o que exige a elaboração de planos locais alinhados ao PNC. Essa lógica reforça a busca por uma direção política compartilhada, aproximando Estado e sociedade civil na gestão das políticas culturais, ainda que de forma assimétrica.

O PNC teve vigência inicial prevista para dez anos, posteriormente prorrogada até 2024, e desempenhou papel relevante na promoção e preservação da cultura brasileira. Sua implementação evidenciou, contudo, a necessidade de atualização frente às transformações políticas, sociais e tecnológicas experimentadas pelo país ao longo das últimas décadas especialmente quando se observam as inflexões políticas recentes que impactaram diretamente a estrutura institucional da cultura no país.

Nesse contexto, torna-se fundamental considerar as implicações das inflexões políticas recentes sobre a institucionalidade das políticas culturais no Brasil, particularmente a partir de 2016, período em que se intensificam processos de descontinuidade administrativa e reconfiguração do papel do Estado no campo cultural.

Em maio de 2016, durante o governo interino de Michel Temer, foi anunciada a extinção do Ministério da Cultura (MinC), com sua incorporação ao Ministério da

Educação. A medida provocou forte reação de artistas, produtores culturais e movimentos sociais, dando origem ao movimento conhecido como *Ocupa MinC*¹, caracterizado pela ocupação de equipamentos culturais e sedes institucionais em diversas capitais do país. A mobilização social evidenciou o reconhecimento da cultura como direito e como campo estratégico de disputa política, resultando na recriação do Ministério poucos dias depois.

A instabilidade institucional que marca esse período não constitui um fenômeno isolado, mas insere-se em uma trajetória histórica de discontinuidades nas políticas culturais brasileiras. Conforme observa Rubim (2007), a cultura no Brasil tem sido caracterizada por avanços pontuais seguidos de rupturas e reconfigurações institucionais, o que compromete a consolidação de políticas de Estado. Nessa mesma direção, Calabre (2009) destaca que a fragilidade das estruturas institucionais da cultura resulta em políticas marcadas pela descontinuidade administrativa, pela dependência de agendas governamentais e pela ausência de planejamento de longo prazo.

Essa tendência se aprofunda no período subsequente, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022), quando ocorre a extinção definitiva do Ministério da Cultura, transformado em Secretaria Especial da Cultura e vinculado a diferentes pastas, como o Ministério da Cidadania e, posteriormente, o Ministério do Turismo. Esse rebaixamento institucional foi acompanhado por uma série de tensões no campo cultural, incluindo restrições orçamentárias, descontinuidade de programas e conflitos com setores artísticos.

No que se refere especificamente às políticas de fomento à leitura, esse contexto contribuiu para o enfraquecimento de iniciativas estruturantes, como o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), além de impactar diretamente políticas de formação de leitores, financiamento ao setor editorial e manutenção de bibliotecas públicas. A descontinuidade administrativa e a instabilidade institucional reforçam, assim, a compreensão de Bourdier (2005) de que o acesso aos bens culturais permanece condicionado por estruturas desiguais de distribuição de capital cultural, agravadas quando o Estado reduz sua atuação como agente regulador e promotor da equidade.

Sob a ótica de Foucault (2008a), observa-se ainda que tais transformações não se limitam à dimensão institucional, mas também operam na produção de discursos e na redefinição do lugar da cultura nas políticas públicas, deslocando-a de

um direito social para um campo progressivamente subordinado a lógicas de mercado, moralização e controle simbólico.

A recriação do Ministério da Cultura em 2023, no início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sinaliza uma retomada institucional importante. No entanto, esse movimento também evidencia o caráter cíclico e instável das políticas culturais no Brasil, reafirmando a necessidade de sua consolidação como políticas de Estado, dotadas de continuidade, financiamento adequado e articulação federativa.

À luz dessas considerações, a recorrente descontinuidade das políticas culturais no Brasil pode ser interpretada a partir do diagnóstico de Rubim (2007) sobre as “tristes tradições” que historicamente marcam o campo cultural brasileiro: as ausências, os autoritarismos e as instabilidades. As ausências evidenciam a recorrente secundarização da cultura na agenda estatal; os autoritarismos manifestam-se na centralização das decisões e na limitação da participação social; e as instabilidades revelam-se na descontinuidade administrativa e na interrupção de políticas públicas. No campo do fomento à leitura, tais tradições se materializam na intermitência de programas, na fragilidade das bibliotecas públicas e na dificuldade de consolidação de ações permanentes de formação de leitores.

Durante o desenvolvimento desta dissertação, emergiram acontecimentos significativos no campo das políticas culturais que se mostram pertinentes para a ampliação do referencial teórico, especialmente a elaboração do novo Plano Nacional de Cultura – Direitos culturais em todo canto, para toda gente. Construído a partir de um amplo processo de participação social, o documento foi encaminhado ao Congresso Nacional no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, conforme afirma o Ministério da Cultura, “traduz o projeto de nação do governo do Brasil, apontando para o futuro de país que queremos, a partir da cultura como elemento estratégico de fortalecimento da democracia, de desenvolvimento sustentável e de nossa soberania” (Brasil. Ministério da Cultura, 2025).

No texto de apresentação do referido documento, a Ministra de Estado da Cultura, Margareth Menezes, destaca a relevância da atualização do PNC ao enfatizar que:

Primeiro, porque queremos estabelecer bases sólidas para garantir o direito de todo brasileiro e brasileira ao fazer, produzir, usufruir, fruir cultura, a partir de políticas culturais. E criamos um ambiente favorável para que a cultura

floresça e se multiplique em todos os territórios e comunidades. Sabe aquele grupo de teatro ou de dança contemporânea, a capoeira, as dançarinas de carimbó, a associação de artesãs, os museus, o audiovisual, o patrimônio cultural, o coral, o coletivo de hip-hop, os CEUs das Artes, os Pontos e Pontões de Cultura, a biblioteca comunitária? Tudo isso é cultura. Segundo, porque teremos uma atuação do Estado mais efetiva, transparente, democrática e inclusiva na vida das pessoas. O Plano nos propicia condições de monitoramento (Brasil. Ministério da Cultura, 2025).

Do ponto de vista crítico, a atualização do PNC representa não apenas uma resposta às lacunas e descontinuidades institucionais observadas nos últimos anos, mas também um movimento estratégico de reposicionamento do Estado frente às disputas simbólicas, econômicas e ideológicas que atravessam o campo cultural. Ao enfatizar a democracia cultural, a diversidade e o fortalecimento dos mecanismos de participação social, o novo Plano reafirma a cultura como dimensão estruturante das políticas públicas. Contudo, sua efetividade dependerá da capacidade de articulação federativa, da continuidade orçamentária e da superação de tensões históricas entre projetos culturais de base comunitária e agendas governamentais marcadas por interesses político-ideológicos. Nesse sentido, mais do que um documento orientador, o PNC atualizado constitui um marco que evidencia o permanente desafio de consolidar políticas culturais não apenas normativas, mas estruturalmente enraizadas na vida social brasileira.

No contexto desta seção, o PNC se articula diretamente com o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e com a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), compondo um arcabouço institucional que, embora avance na normatização e no planejamento, não elimina as disputas, assimetrias e desigualdades que atravessam o campo do livro e da leitura no Brasil. Assim, compreender o PNC é fundamental para analisar como o Estado brasileiro estrutura políticas de leitura no século XXI, e de que modo tais políticas refletem, tensionam ou reforçam relações de poder e projetos hegemônicos no campo cultural.

Apesar desses esforços, a lógica inaugurada nos anos 1990 se mantém como eixo estruturante: o Estado não assume integralmente a função de garantidor do direito cultural, mas transfere responsabilidades ao mercado, ainda que com financiamento público. Essa racionalidade neoliberal reaparece em medidas mais recentes, como a proposta da Receita Federal, em 2021, de instituir tributação sobre livros, sob a justificativa de que apenas pessoas com renda superior a dez salários-mínimos os adquiririam. Essa justificativa, ao naturalizar a exclusão, reforça a ideia de

que o acesso ao livro é privilégio e não direito, invertendo o papel do Estado. Em termos críticos, observa-se que, diante de um cenário de desigualdade histórica, o poder público, em vez de reduzir barreiras, muitas vezes as reproduz, subordinando direitos culturais à lógica fiscal e mercadológica.

Portanto, os marcos legais e institucionais das políticas culturais e de leitura no século XXI evidenciam uma tensão permanente: de um lado, avanços como o PNC, o SNC e as conferências nacionais, que ampliaram canais de participação e a perspectiva de democratização; de outro, a permanência de mecanismos de renúncia fiscal e de racionalidades que, ao invés de garantir o direito ao acesso ao livro e à leitura, consolidam desigualdades estruturais e restringem o alcance das políticas públicas.

3.2 Percurso das políticas públicas de leitura no Brasil

Nas últimas décadas, o Brasil tem implementado diversas iniciativas para promover a leitura, através de programas que viabilizem ações como criação e implementação de bibliotecas escolares, distribuição de livros didáticos e literários, e incentivos à leitura nas comunidades e formação de mediadores de leitura. Essas políticas visam não só ampliar o acesso aos livros, mas também desenvolver o gosto pela leitura desde cedo. Dentre essas ações traz-se para análise dois Programas e um plano que são: Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER); o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) que são exemplos significativos desses esforços.

O PROLER, foi um programa teve um papel pioneiro no incentivo à leitura no país, foi instituído em 13 de maio de 1992, através do Decreto Presidencial n. 529, ficando vinculado à Fundação Biblioteca Nacional, órgão do Ministério da Cultura. O programa tem como objetivo central assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro para toda a sociedade. Entende-se que a leitura e a escrita são fundamentais na era contemporânea para o pleno desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas dos cidadãos. Portanto, o PROLER busca promover não apenas o acesso físico aos livros, mas também incentivar o hábito da leitura como uma ferramenta essencial para o crescimento pessoal e para a participação ativa na sociedade (Brasil, 2009).

De acordo com Rodrigues (2008, p. 48), em seu estudo Fome de Programas de Leitura: o PROLER e a dimensão político-ideológica da leitura, observa-se que,

[...] em quatro anos, a Fundação Biblioteca Nacional criou 46 comitês do PROLER em algumas cidades brasileiras. Atualmente existem cerca de 40 comitês ativos, assim distribuídos por região: dois na região Norte; onze na região Nordeste; três na região Centro-Oeste; quatorze na região Sudeste; e dez na região Sul. O trabalho dos Comitês visa, primordialmente, a aglutinar ações já existentes de promoção da leitura, seja de secretarias de educação, de cultura, de universidades ou de iniciativas de livrarias, em torno do objetivo comum de promover a leitura com o apoio técnico e financeiro da Fundação Biblioteca Nacional para os 'módulos', que são encontros com duração de três a cinco dias.

Essa descrição evidencia como era a amplitude territorial e organizativa do Programa, bem como sua capacidade de articular esforços diversos em torno do fomento à leitura.

Nessa mesma direção, Nascimento (2024) ressalta que:

o PROLER constituiu, durante muitos anos, uma iniciativa sólida e estruturante em âmbito nacional, alcançando localidades remotas e de difícil acesso por meio de seus comitês formados entre o poder público e a sociedade civil. Segundo a autora, suas ações influenciaram direta e indiretamente inúmeros projetos, programas e planos de leitura atualmente existentes, tanto na esfera pública quanto na privada, sempre orientados pela formação de leitores críticos e pela consolidação de uma cultura leitora no país. Entre suas principais contribuições, destaca-se a oferta de cursos de capacitação continuada para profissionais envolvidos com práticas de leitura e escrita, processo que possibilitou a formação de mediadores em todos os estados brasileiros, mediante palestras, oficinas, encontros e demais atividades. Por essa razão, Nascimento argumenta que o PROLER foi um dos grandes responsáveis pelo surgimento e fortalecimento de numerosas bibliotecas comunitárias, bem como pela constituição de redes e pela implementação de planos de livro e leitura em todas as regiões do Brasil.

A relevância do Programa torna-se ainda mais evidente quando analisamos os objetivos estabelecidos no Decreto nº 529/1992, que instituiu o PROLER. O referido decreto define como metas: (I) promover o interesse nacional pelo hábito da leitura; (II) estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras; e (III) criar condições de acesso ao livro. Para alcançar tais objetivos, o Programa deveria desenvolver-se a partir de mecanismos como: (I) a instalação de centros de estudos de leitura destinados à formação e capacitação de educadores; (II) a dinamização de salas de leitura mediante supervisão e distribuição de materiais; (III) a consolidação da liderança das bibliotecas públicas; (IV) a provisão de espaços de leitura abertos à comunidade; (V) a promoção de medidas incentivadoras da leitura;

e (VI) a utilização dos meios de comunicação de massa para a difusão do hábito leitor (BRASIL, Decreto nº 529/1992). Assim, observa-se que o PROLER foi concebido como uma política ampla, articulada e intersetorial, orientada para a democratização do acesso ao livro e para a consolidação de uma cultura leitora no território nacional.

Em vista disso, ganha especial relevância a reflexão de Rodrigues (2008, p. 68), segundo a qual

as políticas públicas para as áreas da leitura, da biblioteca, da formação de mediadores e da leitura, devem ter como ponto de partida o conhecimento e a valorização do vasto repertório de debates, estudos, pesquisas, contribuições diversas e experiências sobre as formas mais efetivas de promover a leitura e o livro e de formar leitores.

Para o autor, essas experiências, presentes nas esferas municipal, estadual e nacional, e implementadas tanto pelo poder público quanto por organizações da sociedade, constituem um acervo fundamental para orientar e qualificar as políticas contemporâneas. Nesse sentido, ao examinar a trajetória dessas ações no contexto maranhense, Rodrigues (2008, p. 48) destaca que:

Como já evidenciamos, o PROLER foi criado em 1992, pela Biblioteca Nacional, e reformulado com a meta de incentivar a leitura numa perspectiva social e política, como um dos principais instrumentos de cidadania. Assim, herdeiro da reformulação sofrida pelo PROLER nacional em 1996, o Maranhão recebe e cria o PROLER regional em 1997, em decorrência de sua trajetória com programas de leitura. Pela ordem de criação, enumeramos essas experiências: Biblioteca volante (MEC, 1974); Caixa Estante (BPBL, 1985); Livro na Praça (CVRD / BPBL, 1988) Projeto Ciranda de Arte - oficinas de leitura e literatura infanto-juvenil (SESC/ DR-MA 1987); Quinzena do Livro (BPBL, 1989); Carro Biblioteca (SEMED, 1997); e outros programas do Curso de Biblioteconomia da UFMA.

Desse modo, reafirma-se que as políticas públicas voltadas à leitura e ao livro devem se fundamentar em um repertório amplo e historicamente construído de práticas, saberes e experiências exitosas. Essa perspectiva, alinhada às análises de Rodrigues (2008) e corroborada pelas contribuições de Nascimento (2024), destaca a importância da continuidade, da articulação interinstitucional e do reconhecimento das iniciativas já consolidadas no território nacional. Assim, a efetividade das ações de fomento à leitura depende não apenas da criação de novos programas, mas da integração consistente de políticas, projetos e práticas, assegurando que o acesso ao livro e a formação do hábito leitor sejam compreendidos como dimensões essenciais da cidadania, da inclusão social e do desenvolvimento humano.

Dando continuidade à análise das políticas culturais de fomento à leitura no Brasil, apresenta-se PNBE, implementado em 1997 e amplamente reconhecido como o principal programa de distribuição de literatura do país ao longo de décadas. Seu objetivo central consistia em promover o acesso à cultura e incentivar a leitura entre alunos e professores, por meio da oferta de acervos compostos por obras literárias, de pesquisa e de referência. Suas ações se dividiam em: PNBE Literário, que avalia e distribui as obras literárias, cujos acervos literários são compostos por textos em prosa (novelas, contos, crônica, memórias, biografias e teatro), em verso (poemas, cantigas, parlendas, adivinhas), livros de imagens e livros de história em quadrinhos; o PNBE Periódicos, que avalia e distribui periódicos de conteúdo didático e metodológico para as escolas da educação infantil, ensino fundamental e médio e o PNBE do Professor, com o objetivo de apoiar a prática pedagógica dos professores da educação básica e também da Educação de Jovens e Adultos por meio da avaliação e distribuição de obras de cunho teórico e metodológico (Brasil, 2024).

Sobre o programa não foi possível obter informações mais completas acerca do histórico e suas ações nos anos iniciais de sua implementação, ou seja de 1997 até 2004. Em pesquisa no site do programa encontra-se informações do período de 2006 a 2013 relacionadas as listas das obras selecionadas; sobre o acervo do Professor com listas do período de 2011 e 2013; as publicações de 2006 e 2008, e os periódicos contendo listas de 2012 e 2010 (Brasil, 2024).

De acordo com registros do Ministério da Educação (MEC) a última remessa de livros feita através do PNBE para as bibliotecas escolares ocorreu em 2014, desde então o programa que garantia a compra e a entrega de livros literários não foi mais executado (Brasil, 2024). Com base nessa informação é importante estar atento para reconhecer as sutilezas dos interesses econômicos que permeiam os programas geridos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE/MEC, como o PNBE. Embora o objetivo declarado do PNBE seja promover a leitura através da disponibilização de periódicos para formação docente, obras científicas e literárias para alunos e comunidade, é também importante avaliar as vantagens econômicas obtidas pelas editoras que vencem os editais desse programa, em relação aos volumes de investimentos aplicados anualmente.

Nesse contexto percebe-se a ideologia neoliberal sendo aplicada, onde programas públicos como o PNBE envolvem recursos significativos e contratos com empresas privadas, como as editoras. É importante assegurar que esses recursos

sejam utilizados eficientemente para alcançar os objetivos educacionais e culturais propostos, além de garantir a transparência e a equidade nos processos de seleção das editoras beneficiadas.

Em 2017, no governo interino de Michel Temer, foi editado o decreto nº 9099, de 18 de julho de 2017, o qual deu o primeiro passo para substituição do PNBE incorporando ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que em seu 1º capítulo descreve a obrigação de

[...] **avaliação e a disponibilização de obras didáticas e literárias**, de uso individual ou coletivo, **acervos para bibliotecas**, obras pedagógicas, **softwares** e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, incluídas ações de qualificação de materiais para a aquisição descentralizada pelos entes federativos (Brasil, 2017) (grifo nosso).

O PNBE desempenhou um papel crucial ao longo dos anos na tentativa de fornecer acesso à leitura de qualidade nas escolas brasileiras. Embora tenha enfrentado desafios operacionais, políticos, econômicos e ideológicos, os investimentos significativos como o ocorrido em 2014 demonstram o reconhecimento da importância da educação literária na formação dos estudantes. Apesar das dificuldades enfrentadas destaca-se a complexidade de implementar programas de grande escala em um país diverso como o Brasil, mas também evidencia o compromisso contínuo com a melhoria da educação através da literatura.

Em 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva promulgou o Decreto nº 12.021, que introduziu alterações significativas no PNLD, executado pelo FNDE/MEC. A normativa estabelece que as bibliotecas públicas e comunitárias cadastradas no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), vinculado ao MINC, passem a receber, de forma anual e sistemática, os livros literários distribuídos pelo programa, ampliando e atualizando seus acervos. A referida reformulação, denominada PNLD+Bibliotecas, reveste-se de especial relevância, uma vez que, para parcela expressiva dos estudantes, esses espaços constituem o principal e, em muitos contextos, o único meio de acesso ao livro físico. Dessa forma, ao incorporar as bibliotecas ao escopo de distribuição do PNLD, o governo reafirma a leitura como um direito social e a biblioteca como equipamento público fundamental para a garantia desse direito.

O terceiro instrumento importante para a promoção da leitura proposto para análise é o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), criado no ano de 2006, Governo Lula (2003-2011), e que se estabeleceu após 4 anos de implantação, atuando fortemente junto aos governos estaduais, prevendo uma real possibilidade de estabelecer uma política de Estado voltada para o livro e a leitura em nosso País. Conciliando a Educação e a Cultura como partes indispensáveis ao processo de construção de leitores, assim como juntar Estado e Sociedade para uma ação coordenada na luta pela leitura.

No contexto político e social, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) iniciou com um discurso centrado no desenvolvimento social e econômico. A administração de Lula teve um enfoque forte em inclusão social, distribuição de renda e melhoria da educação e a reeleição em 2006 permitiu a continuação das políticas e aprofundamento das propostas voltadas para o desenvolvimento, com ênfase em uma educação de qualidade e maior distribuição de renda, que incluíam ações significativas para a cultura e a leitura.

O PNLL, elaborado em 2006 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e sob a liderança do MinC, com Gilberto Gil à frente, foi um marco importante para a promoção do acesso e democratização da leitura no Brasil. Este plano foi fruto de um momento de grande expectativa e esperança, tanto por parte do governo quanto dos segmentos culturais, incluindo aqueles voltados ao livro, à leitura e às bibliotecas, mediante articulação de diversos atores sociais, tais como:

[...] Estado, universidade, setor privado e demais organizações da sociedade civil que formam o chamado terceiro setor. Tem como objetivo central melhorar a realidade da leitura no país e, por isso é construído e se desenvolve por meio de um processo que transcende a imediatez (Brasil, 2006, p.5).

O PNLL foi criado com o propósito de estruturar políticas públicas voltadas para a promoção da leitura e a democratização do acesso aos livros. O plano visava integrar e coordenar esforços de diferentes setores e atores sociais para criar um ambiente mais propício ao desenvolvimento da leitura no Brasil. Essa Política de Estado se traduz em amplos programas do governo, com coordenações interministeriais devidamente articuladas com estados, municípios, empresas e instituições do terceiro setor, para alcançar sinergia, objetividade e resultados de fôlego quanto às metas que venham a ser estabelecidas. As principais Ações e

diretrizes do PNLL são:

1 - Promoção do Acesso e Democratização da Leitura

Bibliotecas Públicas e Comunitárias: Ampliação e modernização das bibliotecas públicas e comunitárias para garantir maior acesso a livros e recursos de leitura. Isso incluía a construção de novas bibliotecas e a reforma das existentes.

Programas de Leitura: Implementação de programas para incentivar a leitura em escolas, comunidades e centros culturais, como clubes de leitura e eventos literários.

2 - Integração com Outros Setores

Parcerias com Ministério da Educação (MEC): Articulação com o MEC para integrar o PNLL às políticas educacionais, promovendo a leitura desde a educação básica até o ensino superior.

Participação da Sociedade Civil: Envolvimento de diferentes atores sociais, incluindo ONGs, associações culturais e empresas, para apoiar e expandir as ações de leitura e promoção do livro.

3 - Fomento à Produção e Circulação de Livros

Incentivo à Produção Literária: Criação de programas de incentivo à produção e publicação de livros, especialmente por autores nacionais e de regiões menos representadas.

Distribuição e Acesso a Livros: Desenvolvimento de estratégias para distribuir livros a regiões e populações com menor acesso, promovendo uma maior equidade na oferta de literatura.

4 - Educação e Formação

Capacitação de Profissionais: Formação e capacitação de bibliotecários, professores e outros profissionais envolvidos na promoção da leitura e no gerenciamento de bibliotecas.

Educação Literária: Inclusão da literatura e da promoção da leitura como parte integrante dos currículos escolares e de programas educacionais (Caderno PNLL, 2014).

A partir de 2009, o PNLL passou a se desdobrar em Planos Estaduais e Municipais, com o propósito de consolidar uma política de Estado para o setor. No ano seguinte, em 2010, quando o Plano completou quatro anos de implantação, foi publicado o e-book “PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura: textos e história 2006–2010”, organizado pela Secretaria Executiva do PNLL, vinculada ao Ministério da Cultura. A obra apresenta o processo de consolidação do Plano por meio de documentos orientadores, artigos e relatos de ações realizadas, conforme destaca Marques Neto (2010, p.13),

O governo brasileiro nos dois mandatos do Presidente Lula retomou a luta pelo livro, a leitura, as bibliotecas e a literatura com a necessária perspectiva e escala de política pública. Esta retomada, comandada pelo Ministério da Cultura e o da Educação, criou em 2006 o Plano Nacional de Livro e Leitura – PNLL - que se estabeleceu, após 4 anos de implantação e forte atuação indutora junto aos governos, como uma real possibilidade do nosso país obter uma Política de Estado para o setor.

Dessa forma, o PNLL representa um marco decisivo para o Brasil na

consolidação de uma política de Estado voltada à leitura. Desde sua criação, em 2006, o Programa vem articulando iniciativas que visam ao fomento da leitura em âmbito nacional, envolvendo o governo federal, os estados, os municípios e a sociedade civil. A partir de 2009, os Planos Estaduais e Municipais de Livro e Leitura, inspirados nas diretrizes do PNLL, passaram a desempenhar um papel essencial ao adequar as orientações nacionais às especificidades locais, promovendo ações de incentivo à leitura em diferentes contextos socioculturais. Tais planos contribuem para a formação de leitores ao longo de toda a vida desde a infância à idade adulta, abrangendo espaços como bibliotecas, escolas e comunidades. Assim, ao desenvolver e implementar esses instrumentos de política pública, o Brasil avança na construção de uma política de Estado para o livro e a leitura, caracterizada pela continuidade, pela intersectorialidade e pelo compromisso duradouro com a democratização do acesso ao conhecimento e à cultura (Marques Neto, 2010).

Avançando para o período correspondente aos dez anos da criação do PNLL, observa-se que, embora formalmente instituído, o plano ainda não havia se consolidado de maneira sólida como uma política nacional estruturada para o livro e a leitura. Esse processo de fragilidade institucional foi significativamente agravado pelo contexto político instaurado a partir do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, episódio amplamente caracterizado como um golpe político, cujos efeitos se estenderam de forma profunda sobre o conjunto das políticas públicas no país, incluindo, de modo particular, as políticas culturais.

No cenário pós-golpe, a partir de 2017, intensificou-se uma agenda de restrições orçamentárias e institucionais, materializada, entre outras medidas, pela promulgação da Emenda Constitucional n.º 95, que estabeleceu o congelamento dos investimentos em políticas sociais, educacionais e culturais por um período de vinte anos. Tal medida comprometeu diretamente a continuidade e a expansão de programas e ações voltados à cultura, aprofundando o processo de desestruturação das políticas culturais em nível nacional.

Nesse contexto, a tentativa de extinção do Ministério da Cultura pelo governo interino acendeu um alerta quanto ao futuro das políticas culturais no país. Conforme analisa Martins (2017, p. 177),

Quando anunciado o fim do Ministério da Cultura por este governo ilegítimo, acendeu-se uma luz vermelha em relação às políticas culturais efetivadas em âmbito nacional. O que parecia estar caminhando a passos moderados sofreu um

avanço abrupto de estagnação e paralisação das ações do Ministério da Cultura, gerando um movimento de resistência de proporções nacionais, protagonizado por grupos artísticos, militantes da cultura e produtores culturais, conhecido como 'Ocupa MinC.

O movimento "Ocupa MinC" estendeu-se por praticamente todos os estados da Federação, articulando manifestações artísticas e políticas ao longo de todo o período de ocupações, o que resultou em forte pressão social sobre o governo interino. Diante desse cenário de mobilização nacional, o governo recuou da proposta de extinção do Ministério da Cultura, mantendo sua estrutura formal, sob a gestão de Roberto Freire.

Entretanto, mesmo com a manutenção do Ministério, observou-se um processo de reordenamento administrativo e orçamentário que impactou diretamente o poder decisório e a capacidade de execução dos programas e projetos culturais. No âmbito específico das políticas do livro e da leitura, a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas foi rebaixada à condição de departamento, subordinado à Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. Tal reconfiguração institucional implicou a redução de autonomia administrativa e política, fragilizando ainda mais a gestão pública das ações voltadas ao fomento da leitura e à promoção do livro no país.

Diante desse contexto de fragilização institucional, associado a uma orientação política marcada pela lógica neoliberal, que restringiu o papel do Estado e comprometeu o financiamento das políticas culturais, o PNLL permaneceu, ao longo da década posterior à sua criação, atravessado por descontinuidades e pela perda de centralidade na agenda governamental. Esse processo impactou diretamente as políticas do livro e da leitura, que passaram a ocupar uma posição secundária no campo das políticas culturais, enfraquecendo sua capacidade de atuação como direito cultural. Ainda assim, a partir da reconfiguração do cenário político-cultural nos anos recentes, observa-se um movimento de retomada do papel do Estado na promoção da leitura, que se expressa na reconstrução de diretrizes e no redimensionamento das ações públicas para o setor, culminando na elaboração de uma nova proposta de planejamento nacional.

Com o propósito de fomentar a constituição de uma sociedade leitora, o Ministério da Cultura (MinC) incorporou à sua agenda um conjunto de estratégias voltadas à promoção, ao incentivo e ao fortalecimento das políticas públicas para o livro, a leitura, a escrita, a literatura e para as bibliotecas públicas e comunitárias do

país. Tal iniciativa materializa-se no Novo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL 2025–2035), que propõe a atualização das metas e ações estabelecidas nas versões anteriores do plano. Conforme destaca o Secretário de Formação Cultural, Livro e Leitura, Fabiano Piúba, o diferencial da nova proposta reside na definição explícita de metas e ações, superando o caráter mais programático dos planos precedentes: “nos anteriores, tínhamos os princípios norteadores, alguns objetivos, os quatro eixos. Mas vamos agora ter metas e ações. E o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Educação (MEC) estão juntos construindo isso” (Empresa Brasileira de Comunicação, 2025).

Vale ressaltar que após a realização de seminários regionais em todas as regiões do país, de conferências setoriais, de audiência pública na Câmara dos Deputados e de quatro reuniões dos colegiados responsáveis, os conselheiros e as conselheiras encarregados da elaboração do Novo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL 2025–2035) reuniram-se, em formato on line, para examinar as mais de 1.600 propostas submetidas pela sociedade civil durante a consulta pública. A expressiva participação social, que ampliou a diversidade de perspectivas e demandas incorporadas ao debate, revelou-se fundamental para o caráter democrático e plural do processo de construção do plano. Como resultado desse amplo exercício de escuta pública, foi aprovado um texto-base que orientou a consolidação da nova versão do PNLL.

A formulação do novo plano ocorre em um contexto marcado pelo desmonte institucional das políticas culturais durante o governo do presidente Jair Bolsonaro (2019–2022). Um dos primeiros atos de sua gestão consistiu na extinção do Ministério da Cultura, medida que resultou em severa redução dos recursos destinados ao setor. De acordo com Nogueira (2023, p. 159),

ao longo de quatro anos, a cultura perdeu 63% do orçamento da União. O Fundo Nacional de Cultura, principal mecanismo governamental de financiamento, teve seu orçamento reduzido em 91% e, como consequência, a participação da cultura no Produto Interno Bruto caiu para abaixo de 1%. Somente entre 2020 e 2021, isso representou uma perda de aproximadamente R\$ 70 bilhões, chegando a um faturamento nulo no último ano do Governo.

Esse cenário provocou a paralisação de grande parte das ações voltadas ao livro e à leitura em âmbito nacional. Diante desse quadro, o Novo PNLL constitui um pacto social pelo livro e pela leitura, estabelecendo diretrizes, metas e indicadores

destinados à valorização social da leitura, da escrita e das bibliotecas no horizonte de dez anos. O plano estrutura-se em quatro eixos: (1) democratização do acesso; (2) fomento à leitura e formação de mediadores; (3) valorização institucional da leitura e fortalecimento de seu valor simbólico; e (4) fomento à cadeia criativa e produtiva do livro.

Entre as ações de maior impacto já em curso, destaca-se a reformulação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que passou a incluir as bibliotecas públicas e comunitárias como beneficiárias de sua política de distribuição. Conforme informado, quatro mil bibliotecas receberão, anualmente e de modo sistemático, 4,8 milhões de livros literários, representando um investimento de R\$ 50 milhões. Segundo Jéferson Assunção, diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do MinC,

As entregas começaram no Rio de Janeiro. A escolha da cidade se deu por conta da agenda do Rio, capital mundial do livro [...]. É algo histórico que nós esperávamos há muito tempo, que é a inclusão das bibliotecas públicas e comunitárias nas compras dos livros de literatura do programa nacional, e agora os livros começam a chegar às mãos dos leitores (Brasil, 2025).

A inclusão das bibliotecas no PNLD apresenta potencial para atuar como instrumento estratégico na reativação das bibliotecas públicas municipais, demandando articulação entre os governos federal, estaduais e municipais. Nesse sentido, Assunção ressalta a urgência de tal mobilização ao afirmar que:

As bibliotecas que foram fechadas não vão receber os livros do Programa Nacional. Então é urgente que haja uma grande mobilização das prefeituras para que elas reabram as suas bibliotecas públicas e que mapeiem as comunitárias para que possam aproveitar esse grande movimento (Brasil, 2025).

Portanto, embora haja desafios e variabilidades gerais e regionais, o PNBE, o PROLER e o PNLL e seus desdobramentos são instrumentos importantes para consolidar uma política nacional de leitura, buscando o consenso e a cooperação entre governo e sociedade na melhoria dos índices de leitura e na promoção do acesso ao conhecimento por meio dos livros e conseqüentemente formação do leitor.

Quadro 4 - Compilação de leis, programas e planos que definem as políticas do livro, escrita e leitura no Brasil

DATA	LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO
1966	Lei nº 5.191	Institui o Dia Nacional do Livro, comemorado anualmente no dia 29 do mês de outubro.
1968	Lei nº 5.471	Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros.
1972	Lei nº 5.805	Estabelece normas destinadas a preservar a autenticidade das obras literárias caídas em domínio público.
1980	Decreto nº 84.631	Institui a “Semana Nacional do Livro e da Biblioteca” e o “Dia do Bibliotecário”.
1985	PNLD – Programa Nacional do Livro Didático	Instituído pelo Decreto nº 91.542 de 19 de agosto de 1985. Estabeleceu as bases para a distribuição de materiais educativos no Brasil.
1986	Lei nº 7.505	Institui o programa Nacional de Apoio a Cultura que propõe a redução de imposto para a pessoa jurídica que fizesse doação de livros adquiridos no mercado nacional à instituições públicas.
1992	PROLER – Programa Nacional de incentivo à Leitura	Instituído pelo Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992.
1997	PNBE – Programa Nacional Biblioteca na Escola	Política pública (1997-2017) que distribuía acervos literários e de pesquisa a escolas públicas para incentivar a leitura. Foi substituído pelo PNLD Literário.
1998	Lei nº 9.610	Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.
2002	Lei nº 10.402	Institui o Dia Nacional do Livro Infantil.
2004	Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004	Dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional.
2006	PNLL - Programa Nacional do Livro e Leitura	Instituído pela Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006.
2010	PNC – Plano Nacional de Cultura	Foi previsto no artigo 215 da Constituição Federal de 1988 e criado formalmente pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.
2012	SNC – Sistema Nacional de Cultura	Aprovação da Emenda Constitucional n. 71/2012 que acrescenta o art. 216 A à Constituição Federal para instituir o SNC.
2017	PNLD literário - Programa Nacional do Livro Didático	Regido pelo Decreto nº 12.021/2017 e pelo Decreto nº 9.099/2017, que organizam a avaliação, compra e distribuição de obras literárias para a educação básica pública.
2017	SEBP - Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão	Institucionalizado pela Lei n. 10.613, de 5 de jul. 2017
2018	PNLE - Política Nacional de Leitura e Escrita - Lei Castilho	Decreto n. 12.166, de 5 de setembro de 2018. Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, e altera o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992.
2024	SNC – Sistema Nacional de Cultura	Lei n. 14.835/2024 - Institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC)
2024	PNLD + Bibliotecas	Decreto n. 12.021, de 16 de maio de 2024 - Altera o Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

2025	Novo PNC 2025-2035	O PNC vigente (Lei nº 12.343/2010) teve sua vigência prorrogada até 2024. A proposta de um novo Plano Nacional de Cultura para o período 2025–2035 foi encaminhada ao Congresso Nacional em 2025, encontrando-se, até o momento, em processo de tramitação legislativa.
2025	Novo PNLL 2025-2035	Previsto no âmbito da Política Nacional de Leitura e Escrita (Lei nº 13.696/2018), encontra-se em processo de atualização para o período 2025–2035. Em 2025, o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação realizaram consulta pública nacional e consolidaram um texto-base do plano, que segue em fase de tramitação e regulamentação pelo governo federal.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de sites oficiais do MINC e MEC.

Nesse conjunto de instrumentos legais, destaca-se a relevância do Sistema Nacional de Cultura (SNC), instituído pelo Art. 216-A da Constituição Federal, o qual se configura como um mecanismo fundamental para a gestão e a promoção das políticas públicas de cultura no país. O SNC caracteriza-se por um processo democrático e contínuo, estruturado sob um regime de colaboração entre os diferentes entes federados e a sociedade civil, visando à articulação, ao planejamento e à execução integrada das ações culturais.

Art. 216-A O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais (Brasil, 2025).

A partir de 2023, no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério da Cultura foi reimplantado, juntamente com a criação da Secretaria de Formação, Livro e Leitura e do Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas. Essas iniciativas sinalizam a retomada do desenvolvimento no campo das políticas culturais e apontam para o fortalecimento desse segmento, bem como para a reativação de políticas públicas estratégicas voltadas ao desenvolvimento das bibliotecas e à promoção da leitura em diferentes territórios brasileiros, com potencial para alcançar todas as camadas sociais, especialmente aquelas historicamente excluídas do acesso a direitos fundamentais (Martins, 2024).

Em abril de 2024, observou-se um avanço significativo com a sanção do marco regulatório do sistema, formalizado pela Lei nº 14.835/2024. Essa legislação consolida a estrutura necessária à efetiva implementação de políticas públicas voltadas para a cultura no Brasil, ao mesmo tempo em que reafirma o compromisso do Ministério da Cultura, recriado em 2023, com o fomento cultural, a valorização da

diversidade e a garantia dos direitos culturais. A integração dos entes federados ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) é viabilizada por meio da Plataforma SNC, acessível no endereço eletrônico www.snc.cultura.gov.br. O processo de adesão ao sistema inicia-se com a assinatura e a posterior publicação, no Diário Oficial da União, do Acordo de Cooperação Federativa. Após essa etapa, o ente federativo deve preencher, na referida plataforma, o Plano de Trabalho, no qual devem constar os prazos previstos para a implementação dos componentes estruturantes do sistema de cultura em âmbito local.

A Adesão Plena dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao SNC está condicionada à publicação do Acordo de Cooperação Federativa, ao preenchimento do Plano de Trabalho e, no mínimo, à criação dos seguintes elementos:

- (i) Conselho de Política Cultural;
- (ii) Plano de Cultura;
- (iii) Fundo de Cultura;
- (iv) Lei do Sistema de Cultura; e
- (v) Comissão Intergestores Bipartite, no caso dos Estados. (Brasil. Ministério da Cultura, 2025).

Já a Adesão Provisória ao sistema requer, como critérios mínimos, a publicação do Acordo de Cooperação Federativa, o preenchimento do Plano de Trabalho e a institucionalização do Conselho de Política Cultural, do Plano de Cultura e do Fundo de Cultura.

Ao aderir ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), Estados e Municípios assumem o compromisso de desenvolver seus respectivos sistemas de cultura com base em uma estrutura mínima composta por elementos fundamentais, denominados componentes. Esses componentes são responsáveis por garantir o funcionamento articulado, democrático e contínuo das políticas culturais em âmbito local, assegurando sua integração ao sistema nacional. Entre os componentes que estruturam um Sistema de Cultura, destacam-se:

- (i) Órgão Gestor de Cultura;
- (ii) Plano de Cultura;

- (iii) Conselho de Política Cultural;
- (iv) Sistema de Financiamento à Cultura;
- (v) Conferência de Cultura;
- (vi) Sistema de Informações e Indicadores Culturais;
- (vii) Programa de Formação na Área da Cultura;
- (viii) Sistemas Setoriais de Cultura; e
- (ix) Comissões Intergestores. (Brasil. Ministério da Cultura, 2025).

Trata-se, portanto, de uma arquitetura institucional que demanda planejamento, continuidade administrativa e participação social para que possa efetivamente contribuir para o fortalecimento das políticas culturais no país.

No entanto, apesar dos avanços institucionais representados pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC), o processo de adesão plena dos entes federados ainda enfrenta dificuldades significativas decorrentes da insuficiência de estrutura administrativa, técnica e financeira, tanto em nível estadual quanto federal. A implementação dos componentes obrigatórios, como conselhos, fundos, planos e legislações específicas, demanda equipes qualificadas, recursos contínuos e capacidade de gestão, elementos que nem sempre estão disponíveis de forma equitativa entre os municípios e estados brasileiros. Nesse cenário, a participação ativa da sociedade civil organizada torna-se fundamental, não apenas para monitorar e acompanhar a execução das políticas culturais, mas também para pressionar pela institucionalização dos mecanismos previstos no SNC e colaborar na formulação, fiscalização e avaliação das ações culturais. Assim, a articulação entre poder público e sociedade civil constitui um eixo estruturante para a consolidação de políticas culturais democráticas, efetivas e sustentáveis.

4 POLÍTICAS CULTURAIS DE FOMENTO À LEITURA NO MARANHÃO (2003–2025)

A presente seção analisa as políticas culturais de fomento à leitura no Maranhão, no período de 2003 a 2025, compreendendo-as como práticas historicamente situadas e atravessadas por disputas políticas, institucionais e simbólicas. Em consonância com o debate desenvolvido no Capítulo III, parte-se da compreensão de que tais políticas não se estruturam de forma linear ou cumulativa, mas se constituem em meio a avanços pontuais, descontinuidades recorrentes e reconfigurações orientadas por racionalidades políticas diversas, dentre as quais se destaca a influência do neoliberalismo no campo da cultura.

Nesse sentido, a seção busca evidenciar como as políticas de leitura, embora reiteradamente afirmadas nos discursos oficiais como direito cultural e instrumento de democratização do acesso ao livro, enfrentam limites concretos para sua efetiva institucionalização. Esses limites se expressam, sobretudo, na fragilidade das estruturas administrativas, na dependência de programas federais, na descontinuidade entre gestões e na prevalência de ações pontuais, frequentemente marcadas pela lógica do projeto, do evento e da visibilidade imediata, em detrimento de políticas públicas de caráter permanente.

A análise toma como referência o contexto maranhense, com especial atenção à cidade de São Luís, reconhecendo suas especificidades históricas, territoriais e culturais, bem como as desigualdades estruturais que impactam diretamente o acesso aos bens culturais e à leitura literária. Considera-se que, no Maranhão, as políticas culturais foram, em diferentes momentos, orientadas por estratégias que privilegiaram a espetacularização de manifestações culturais e sua instrumentalização para fins turísticos e midiáticos, processo que dialoga com a mercantilização da cultura característica da racionalidade neoliberal e que tensiona a compreensão da cultura como direito.

No campo do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas, esse cenário revela uma contradição central: ao mesmo tempo em que se observa a ampliação dos marcos legais e dos instrumentos de planejamento cultural, como a adesão ao Sistema Nacional de Cultura, a elaboração de planos e a criação de sistemas específicos, persistem dificuldades estruturais para a consolidação de políticas capazes de garantir acesso contínuo, descentralizado e socialmente referenciado à

leitura. A tardia institucionalização do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão (SEBP-MA) ocorrido em 2016, exemplifica esse descompasso entre normatização e efetividade.

É nesse contexto que se insere a análise da atuação da CCJM, instituição vinculada à Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão, cuja trajetória evidencia tanto os limites quanto as possibilidades da ação estatal no campo do fomento à leitura. Ao assumir o papel de guardião da memória literária de Josué Montello e da literatura maranhense, a CCJM desenvolveu iniciativas que extrapolam seu espaço físico, destacando-se, entre elas, o Projeto Exposição Itinerante, objeto central de análise desta seção.

A partir da articulação entre o referencial teórico apresentado na seção 3 e os dados empíricos produzidos ao longo da execução do projeto, a seção propõe uma leitura crítica sobre a experiência da Exposição Itinerante da CCJM, compreendendo-a como uma prática situada no interior das contradições das políticas culturais contemporâneas. Busca-se, assim, analisar de que modo essa iniciativa contribui para o fomento à leitura no Maranhão, ao mesmo tempo em que revela os desafios impostos por um modelo de política cultural marcado pela intermitência, pela dependência de parcerias e pela lógica neoliberal de gestão da cultura.

Para situar a análise das políticas culturais de fomento à leitura no Maranhão, faz-se necessário, inicialmente, compreender o contexto histórico, social e cultural em que tais políticas se desenvolveram. Assim, a seção seguinte apresenta uma caracterização do estado do Maranhão, destacando suas especificidades territoriais, desigualdades estruturais e dinâmicas culturais, elementos que incidem diretamente sobre as condições de acesso ao livro e à leitura. Parte-se do pressuposto de que as políticas culturais não podem ser analisadas de forma dissociada do território em que se materializam, uma vez que este condiciona tanto as possibilidades de ação do Estado quanto as formas de apropriação dos bens culturais pela população. Desse modo, a contextualização proposta na seção seguinte “Contexto maranhense: breve histórico de políticas de fomento à leitura no Estado” constitui base analítica fundamental para a compreensão das escolhas políticas, dos limites institucionais e das disputas simbólicas que atravessam as políticas de leitura no Maranhão ao longo do período em estudo.

4.1 Contexto maranhense: breve histórico das políticas de fomento à leitura no Estado

Para compreender o desenvolvimento das políticas de fomento à leitura em São Luís e no Maranhão, é necessário retornar às origens das iniciativas públicas voltadas ao livro e à leitura no Estado. Um marco fundamental desse processo é a criação da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), segunda mais antiga do Brasil. Fundada em 29 de setembro de 1829, dezoito anos após a inauguração da primeira biblioteca pública brasileira, em Salvador, teve sua abertura oficial ao público somente em 3 de maio de 1831. Sua criação resultou da iniciativa do Barão de Pindaré, Antônio Pedro da Costa Ferreira, cujo prestígio político foi decisivo para instalar uma biblioteca pública na então província do Maranhão.

Como destacam Ferreira (2006) e Martins (2014), a biblioteca foi concebida inicialmente como um símbolo de status social, e não propriamente como um espaço destinado à democratização da cultura, da leitura e do lazer. Assim como outras bibliotecas do período imperial, a BPBL enfrentou reiteradamente a falta de apoio financeiro e institucional, o que comprometeu a continuidade e a relevância de suas ações, agravado pelo fato de não dispor, por longo tempo, de sede própria. Somente em 1951, durante a administração do governador Sebastião Archer, a instituição passou a ocupar instalações adequadas, onde permanece até a atualidade.

Ao refletir sobre a política cultural maranhense no contexto da ideologia neoliberal, torna-se necessário resgatar as gestões estaduais das últimas duas décadas, considerando o marco temporal da pesquisa. Nesse intervalo, o Maranhão foi governado por José Reinaldo (2003–2006), Jackson Lago (2007–2009), Roseana Sarney (2009–2010; 2011–2014), Arnaldo Melo (2014–2015), Flávio Dino (2015–2019; 2019–2022) e Carlos Brandão (2022– em exercício) (Quadro 5). Embora ao longo desses governos tenham sido implantadas iniciativas de fomento à leitura, muitas delas alinhadas às diretrizes federais, tais ações não se consolidaram como prioridades de Estado, resultando em descontinuidade e fragilidade institucional nos órgãos responsáveis pela gestão cultural.

Quadro 5 – Governadores do Maranhão e Secretários(as) de Cultura (2003–2025)

Governador(a)	Período de Governo	Secretário(a) de Cultura	Período na Secretaria
José Reinaldo Tavares	1º jan. 2003 – 1º jan. 2007	Antônio Francisco de Sales Padilha	fev. 2006 – jan. 2007
Jackson Lago	1º jan. 2007 – 17 abr. 2009	João Batista Ribeiro Filho (Joãozinho Ribeiro)	2007 – 2009
Roseana Sarney	17 abr. 2009 – 1º jan. 2011 / 1º jan. 2011 – 10 dez. 2014	Luís Henrique de Nazaré Bulcão	2009 – 2011
		Olga Maria Lenza Simão	2012 – 2014
Arnaldo Melo	10 dez. 2014 – 1º jan. 2015	Olga Maria Lenza Simão	2014
Flávio Dino	1º jan. 2015 – 1º jan. 2019 / 1º jan. 2019 – 2 abr. 2022	Ester Marques	2015
		Felipe Camarão	2015 – 2016
		Diego Galdino (Cultura e Turismo)	2017 – 2019
		Anderson Lindoso	jul. 2019 – mar. 2022
Carlos Brandão	(2 abr. 2022 – 1º jan. 2023)	Paulo Victor Melo Duarte	(abril a ago. 2022 e
		Yuri Arruda Milhomem	Agosto 2022 -

Fonte: Elaboração da autora a partir do site <https://www.ma.gov.br/integrantes-do-governo>

A análise dos governos estaduais do Maranhão, entre 2003 e 2025, no que se refere à condução da política cultural, revela um percurso marcado por descontinuidades administrativas, fragilidade institucional e mudanças de orientação político-ideológica que impactam diretamente a consolidação de políticas estruturantes, como aquelas voltadas ao livro, à leitura e às bibliotecas públicas.

No período de 2003 a 2007, sob o governo de José Reinaldo Tavares, observa-se a baixa centralidade atribuída à cultura na agenda governamental. A nomeação tardia do secretário Antônio Francisco de Sales Padilha, apenas a partir de 2006, evidencia uma lógica administrativa pouco estruturada no campo das políticas culturais, na qual a cultura aparece como área secundária, sem prioridade estratégica ou planejamento de longo prazo.

A gestão do governador Jackson Lago (2007–2009), com João Batista Ribeiro Filho à frente da Secretaria de Cultura, ocorre em um contexto de instabilidade política que compromete a capacidade de formulação e institucionalização de políticas culturais mais duradouras. A curta duração do governo limita a consolidação de ações de médio e longo prazo, reforçando um cenário de interrupções recorrentes no setor cultural.

Entre 2009 e 2014, durante o governo de Roseana Sarney, a nomeação de Olga Maria Lenza Simão para a Secretaria de Cultura apenas em 2012 sinaliza descontinuidade administrativa e fragilidade institucional. Nesse período, a cultura tende a ser tratada de forma instrumental, desvinculada de políticas estruturantes, especialmente no que diz respeito ao fomento à leitura e ao fortalecimento do sistema de bibliotecas públicas.

O governo de transição de Arnaldo Melo (2014–2015), mantendo Olga Maria Lenza Simão à frente da pasta, caracteriza-se pela preservação da rotina administrativa, sem inovações significativas. As políticas culturais permanecem em estado de latência, com predominância da gestão burocrática em detrimento da formulação de projetos estruturais capazes de produzir impactos mais amplos e duradouros.

Com a posse do governador Flávio Dino, em 2015, inaugura-se uma nova orientação político-ideológica, marcada pelo discurso de valorização da cultura como direito. No entanto, a alternância de secretários nos primeiros anos do governo (2015–2016), com Ester Marques e Felipe Camarão, indica um período de ajustes internos e redefinição de prioridades, o que ainda limita a consolidação imediata de uma política cultural mais consistente.

Entre 2017 e 2019, a gestão de Diego Galdino, à frente de uma pasta que passou a reunir Cultura e Turismo, expressa uma inflexão significativa na condução da política cultural. A fusão das áreas reflete uma lógica de mercantilização da cultura, aproximando-a do espetáculo e do potencial econômico, o que tensiona ações de base, como o fomento à leitura, à formação de leitores e ao fortalecimento das bibliotecas públicas.

No período de 2019 a 2022, com Anderson Lindoso na Secretaria de Cultura, observa-se maior estabilidade administrativa, possibilitando certa continuidade das ações culturais. Ainda assim, a política cultural permanece atravessada por restrições orçamentárias e por uma racionalidade gerencial alinhada ao contexto neoliberal, o

que limita o alcance e a profundidade das iniciativas implementadas.

A transição para o governo de Carlos Brandão, entre 2022 e 2023, com Paulo Victor Melo Duarte à frente da Secretaria, sugere continuidade institucional, uma vez que são mantidos quadros da gestão anterior. Contudo, esse período também revela indícios de reacomodação política e de redefinição de prioridades no campo cultural.

Por fim, a nomeação de Yuri Arruda Milhomem, em 2023, dá continuidade à gestão institucional anterior, mantendo a ênfase em uma política cultural centrada na realização de grandes eventos pontuais, como o Carnaval, o São João e o Natal. Tal orientação reforça uma concepção de cultura associada ao calendário festivo e ao espetáculo, em detrimento da consolidação de políticas estruturantes. Os efeitos dessa condução ainda se encontram em processo de consolidação, sobretudo no que se refere às políticas de leitura e ao fortalecimento das bibliotecas públicas, demandando análises posteriores para a avaliação de seu impacto estrutural e institucional.

Esse percurso evidencia que a política cultural no Maranhão, ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, tem sido marcada por avanços pontuais, mas sobretudo por descontinuidades e fragilidades institucionais, que comprometem a construção de uma política pública de cultura articulada, permanente e orientada pelo direito à leitura e ao acesso democrático aos bens culturais.

Observa-se que, mesmo nos momentos de maior estabilidade administrativa, a política cultural permanece condicionada a lógicas gerencialistas e instrumentais, frequentemente subordinadas a interesses econômicos, turísticos ou de visibilidade simbólica. Tal cenário reforça a leitura crítica de que a cultura, embora discursivamente valorizada, ocupa posição periférica na hierarquia das políticas públicas estaduais.

Essa dinâmica confirma a necessidade de compreender as políticas culturais não apenas como ações técnicas, mas como expressões de projetos políticos e ideológicos, atravessados por relações de poder, conforme problematizado por Gramsci, Bourdieu e Foucault eixo teórico que fundamenta esta pesquisa.

Nos anos 2000, a pauta da cultura voltou a ganhar destaque nacional com a criação, em 2005, do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Inspirados por esse movimento, sociedade civil e poder público maranhense passaram a organizar fóruns, consórcios, observatórios, conferências, comitês, fundações, secretarias e cursos de formação. Essas instâncias buscaram ampliar o diálogo e fortalecer a participação

social no planejamento e execução das políticas culturais. Nesse período, consolidou-se a compreensão da cultura e, por extensão, das políticas de leitura como prática simultaneamente material e simbólica, devendo ser tratada como um direito e garantida como política pública acessível à população.

Em 2005, o governador José Reinaldo formalizou a intenção de adesão do Maranhão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), ato que contou também com a assinatura dos municípios de Barreirinhas, Bom Jesus das Selvas, Amapá do Maranhão, Pedreiras, Cururupu e Santa Rita (Maranhão, 2005). Esse movimento inseria as ações culturais do estado na rota das diretrizes nacionais para a cultura, alinhando-se ao projeto de desenvolvimento então proposto pelo governo federal. Embora inspirada em experiências anteriores, a política buscava diferenciar-se por enfatizar a mobilização social e a participação cidadã, apoiando-se em instrumentos que garantissem essa presença (Ferreira, 2018).

Nesse contexto, realizou-se a I Conferência Estadual de Cultura (CEC), de 1º a 3 de dezembro de 2005, bem como a I Conferência Municipal de Cultura (CMC) de São Luís. Esta última ocorreu na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), entre 19 e 22 de outubro do mesmo ano, reunindo professores da própria universidade e de outras instituições de ensino superior do país, além de produtores culturais, em sua maioria maranhenses, e representantes políticos engajados na pauta cultural no âmbito municipal. Durante a CMC, o prefeito de São Luís, Tadeu Palácio, também assinou o protocolo de intenção de adesão ao SNC.

Tanto a CEC quanto a CMC seguiram os eixos estruturantes definidos pela Conferência Nacional de Cultura (CNC), reafirmando o compromisso do estado e do município com a construção participativa de políticas culturais sintonizadas com a agenda nacional (Ferreira, 2018).

Em 2007 na gestão do governador Jackson Lago foi publicado o documento intitulado Plano Estadual da Cultura do Maranhão 2007-2010: a imaginação a serviço da cidadania do desenvolvimento, produzido pela Secretaria de Estado da Cultura, que traz uma mensagem do governador que demonstra a intenção de inserir a Cultura na agenda de sua gestão.

Ao assumirmos o governo, tínhamos a consciência da grandeza do Estado em termos culturais e dos problemas que enfrentaríamos para transformar o Maranhão em um Estado a serviço dos maranhenses. Tornar isso possível subtende-se discutir a constituição desse Estado em suas diferentes dimensões: educacional, política, econômico e principalmente cultural, pois é

através da cultura que os modos de vida se transformam, os modelos autoritários se diluem, as relações entre homens e mulheres se humanizam. A cultura é uma área estratégica em todo projeto político que tenha como meta mudanças estruturais e que podem consubstanciar mudanças nas formas de pensar de uma sociedade.

O compromisso desse governo é tornar esse plano uma realidade, para que os equipamentos culturais que hoje se concentram em maioria na capital possam atingir o Estado como um todo e o governo do Maranhão possa criar oportunidades para os maranhenses de acesso a museus, bibliotecas, centros culturais, cinema, teatro, que os produtores culturais venham a ser reconhecidos por sua diversidade e as manifestações, possam ser revitalizadas, principalmente as ameaçadas de extinção (Maranhão. Secma, 2007, p. 5).

O documento citado foi, conforme afirma o então secretário de Cultura, João Batista Ribeiro Filho, resultado de “todo um acúmulo de discussões e experiências que remontavam há décadas, atualizadas por vários fóruns de debates que culminaram em 2005 com as realizações das conferências municipais, estadual e com a I Conferência Nacional de Cultura” (Maranhão. Secma, 2007, p. 7).

A partir desse acúmulo, consolidou-se a compreensão de que uma política cultural consistente exige uma nova forma de conceber a cultura, entendendo-a como campo estratégico de articulação entre Estado e sociedade. Nessa perspectiva, impõe-se ao poder público o desafio de ampliar sua capacidade de escuta e criar mecanismos eficazes de participação social, de modo a favorecer o compartilhamento de ideias, planos e resultados.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado da Cultura promoveu convenções, fóruns, encontros e seminários que permitiram identificar doze eixos prioritários para a formulação da política cultural maranhense, quais sejam:

1. integração da cultura ao desenvolvimento estadual;
2. articulação entre cultura e educação;
3. relação entre cultura e comunicação;
4. fortalecimento da economia da cultura;
5. valorização da maranhensidade;
6. aprimoramento dos mecanismos de financiamento, fomento e investimento;
7. implementação do Sistema Estadual de Cultura em cooperação com os municípios;
8. ampliação da participação popular por meio de instâncias deliberativas e consultivas;
9. promoção da memória, identidade e diversidade cultural;
10. realização de um Censo Cultural;
11. fortalecimento das políticas de livro, leitura e bibliotecas;
12. estímulo ao intercâmbio cultural (Maranhão. Secma, 2007).

Dessa forma, diversos instrumentos foram instituídos com o propósito de fortalecer a política cultural maranhense, entre eles a Lei Estadual nº 8.912, de 23 de dezembro de 2008, que alterou e consolidou o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura (SEGIC) no Maranhão. Essa legislação, criada no governo de Jackson Lago, representou uma ação estratégica voltada à modernização do marco legal da cultura no estado, buscando alinhamento com as diretrizes nacionais, especialmente no que se refere ao modelo de financiamento baseado em leis de incentivo. A nova lei substituiu a Lei nº 8.319, de 12 de dezembro de 2005, cujo objetivo restringia-se a “[...] consolidar as políticas e ações do Governo do Estado, na área da cultura, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura” (Maranhão, 2005, p. 1). Em contraste, a Lei nº 8.912 ampliou significativamente esses objetivos, incorporando uma visão mais abrangente do papel da cultura no desenvolvimento social, econômico e simbólico do Maranhão (Ferreira, 2018).

Percebe-se que a alteração legislativa promovida no governo Jackson Lago buscou, por meio da ampliação dos objetivos, abarcar a dimensão qualitativa da cultura e sua relevância para o desenvolvimento humano e comunitário. Nesse sentido, a política cultural deixou de ser concebida apenas como um conjunto de ações pontuais, passando a reconhecer a centralidade do protagonismo popular e da valorização das expressões culturais locais. Tal mudança refletiu o esforço do governo em construir uma política cultural mais participativa e conectada às realidades do estado.

Como parte desse processo, os fóruns de cultura realizados não apenas em São Luís, mas também em municípios de referência das cinco mesorregiões maranhenses, configuraram-se como um dos principais instrumentos implementados durante o governo Jackson Lago para assegurar que a política cultural expressasse a identidade e a diversidade cultural do Maranhão. Esses fóruns ampliaram o debate democrático, permitindo que artistas, produtores, gestores e comunidades participassem da formulação das políticas culturais.

A valorização da chamada maranhensidade tornou-se elemento central dessa agenda. Tal conceito foi mobilizado de maneira explícita no Fórum Estadual de Cultura do Maranhão, realizado entre 14 e 16 de dezembro de 2007, cujo tema “A força e a maranhensidade da cultura do nosso estado” sintetizava a orientação política daquele período. A partir desse marco, diversas manifestações culturais passaram a ser reconhecidas e promovidas como expressões representativas da identidade

maranhense, como o bumba meu boi, o tambor de crioula, o cacuriá, o reggae maranhense, as festas do Divino Espírito Santo, bem como práticas ligadas à literatura, à oralidade e às tradições populares, reforçando o compromisso do governo Jackson Lago com a preservação, difusão e fortalecimento do patrimônio cultural do estado.

Nessa gestão foi criado pelo governo Federal o Programa Mais Cultura, tratou-se de uma inclusão da Cultura no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado por Decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 4 de outubro de 2007. O objetivo era ampliar e aprofundar políticas públicas para o setor cultural no Brasil. O Programa pretendia assegurar, ampliar e aprofundar as políticas públicas para a área, defendidas e praticadas pelo Ministério da Cultura, nos últimos cinco anos, em suas três linhas de ação: Cultura e Cidadania, que aborda a cidadania, as identidades e a diversidade; Cidade Cultural, que visa a qualificação do ambiente social e o direito à cidade; e Cultura e Renda, que focaliza a ocupação, a renda e o financiamento da Cultura (Brasil. Agência Nacional, 2025).

No Maranhão foram desenvolvidas ações na área do livro, leitura e literatura através da BPBL / SEBP³ dentro das seguintes diretrizes:

- Implantação de bibliotecas /Programa Livro Aberto – Tinha como objetivo implantar bibliotecas nos municípios que não tinham. Para implantação era disponibilizado um kit contendo mobiliário, equipamento e acervo. De acordo com Silveira (2009) no ano de 2007 foram implantadas 25 novas bibliotecas no Maranhão e 44 estavam em processo de implantação, sendo que 33 receberam o kit entre os meses de fevereiro e março as demais receberiam o kit até julho de 2009.
- Modernização de Bibliotecas – consistia em apoiar e dinamizar as ações desenvolvidas pelas bibliotecas públicas como centros culturais que facilitem o acesso da população à informação e ao conhecimento. O kit era

³ O Sistema Estadual de Bibliotecas do Maranhão, coordenado pela Biblioteca Pública Benedito Leite, desde 1980 vem atuando no sentido de elaborar e coordenar a política de Bibliotecas Públicas do Estado, compreendendo implantação, modernização, atualização de acervos, supervisão, formação de gestores e mediadores de leitura e dinamização das ações das bibliotecas municipais. O SEBP-MA é vinculado ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, órgão ligado à Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, do Ministério da Cultura. Juntos com os demais Sistemas Estaduais, são responsáveis entre outras coisas, pelas políticas públicas de bibliotecas públicas e comunitárias, no Brasil e demais Estados, apoiar os municípios na ampliação e fortalecimento de suas bibliotecas públicas e comunitárias e fomentar a constituição de sistemas municipais de bibliotecas. No Maranhão foi institucionalizado pela Lei n. 10.613, de 5 de jul. 2017. (Fonte: <https://casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=sebp>).

formado por acervo, computadores (funcionamento de telecentros), telão e datashow. Na época um município recebeu o kit, e 20 estavam em andamento do processo. Desses, 3 receberam e 15 estavam previstos receber até 2009.

- Pontos de Leitura – Identificar e apoiar, através de repasse de kits para iniciativas populares que já desenvolviam ações de fortalecimento, estímulo e fomento à leitura. No Maranhão foram selecionadas 12 iniciativas, entre pessoas físicas e jurídicas, com previsão de receber os kits até 2009.
- Agentes de Leitura – o objetivo era promover a democratização do acesso ao livro e à leitura como ação cultural estratégica de inclusão social e desenvolvimento humano, por meio da formação de agentes que atuarão na socialização de acervos bibliográficos e na realização de experiências de leitura compartilhada. Os agentes receberão bolsa complementar de R\$ 300,00, além de livros, mochila e bicicleta para o desempenho das atividades. No Estado, 17 municípios foram selecionados, com 11 agentes de leitura em cada um (Silveira, 2009).

No contexto do Programa Mais Cultura, em 2008 insere-se a CCJM como um espaço de memória dedicado tanto à trajetória literária de Josué Montello quanto à valorização da literatura maranhense. Integrada à estrutura da Secretaria de Estado da Cultura, a instituição desempenhou papel relevante no processo de interiorização das políticas culturais durante o período analisado. Pela primeira vez, a CCJM ultrapassou os limites de sua sede, atravessando o Estreito dos Mosquitos e alcançando comunidades distantes por meio do Projeto de Exposição Itinerante de seu acervo. Essa iniciativa possibilitou a realização de exposições, palestras e exibições de vídeos documentários sobre livro, leitura e literatura, contribuindo para a difusão do patrimônio literário maranhense. Além disso, a ação estimulou o reconhecimento dos escritores locais e fortaleceu o sentimento de pertencimento à cultura literária do Maranhão.

Dessa forma, evidencia-se que a proposta daquela gestão buscava consolidar uma política cultural orientada pela participação social e pela definição coletiva de diretrizes capazes de conferir coerência e continuidade ao desenvolvimento cultural do Estado, em consonância com a política nacional de cultura então conduzida pelo Governo Federal. Essa perspectiva reforçava a compreensão da cultura como área

estratégica e como direito a ser garantido por meio de estruturas institucionais sólidas, planejamentos de longo prazo e mecanismos permanentes de gestão democrática.

Entretanto, apesar desse alinhamento e das diretrizes formuladas, o processo de implementação do Plano não avançou conforme previsto. A consolidação das políticas demandava o cumprimento de exigências legais indispensáveis à adesão e à operacionalização do Plano Nacional de Cultura. Ademais, o cenário político estadual sofreu uma inflexão decisiva: em 2009, com a cassação do governador Jackson Lago e a subsequente posse da governadora Roseana Sarney, houve uma reorganização das prioridades governamentais, o que interrompeu a continuidade dos esforços anteriormente iniciados. Esse contexto revela como a institucionalização da cultura depende não apenas de marcos legais e instrumentos de gestão, mas também de estabilidade política e de compromissos governamentais duradouros.

Contudo, o desenvolvimento da política cultural do Maranhão teve continuidade durante a gestão da governadora Roseana Sarney. Essa trajetória pode ser observada nos relatórios de gestão da SECMA, em matérias jornalísticas e, de modo mais sistematizado, no relatório publicado em formato de livro sob o título *Cultura: ações 2013*. Nesse documento, o governo destaca “o momento em que a cultura se encontra no centro das agendas governamentais, buscando reconhecimento como direito social [...]”, sinalizando um esforço institucional para reafirmar a centralidade da cultura no planejamento estatal.

O relatório apresenta as dimensões da política cultural e as ações adotadas pela SECMA, enfatizando o compromisso do governo com a área. De acordo com o documento:

O programa do Governo do Maranhão colocou a questão cultural como estratégica para o desenvolvimento do Estado. Para realizar a sua missão de formular e executar políticas públicas fundamentadas em princípios éticos e democráticos, a Secretaria de Estado da Cultura (SECMA) promove o fomento a valorização, a preservação, o registro e a difusão dos bens e serviços culturais, de modo a fortalecer a cidadania e da identidade maranhense (Maranhão. Secma, 2013, p. 10).

Assim, apesar das discontinuidades políticas anteriores, verifica-se que a gestão buscou reafirmar a cultura como componente estratégico de desenvolvimento e como direito a ser garantido pela ação pública.

Embora a gestão de Roseana Sarney tenha reiterado, ao longo de seus quatro mandatos, que sua política cultural foi responsável pelo “renascimento” da cultura

maranhense, sabe-se que as manifestações tradicionais, especialmente aquelas vinculadas ao ciclo junino (bumba meu boi, o tambor de crioula, o cacuriá, o as festas do Divino Espírito Santo), sempre estiveram presentes no cotidiano das comunidades, independentemente das diretrizes governamentais. O que se observa, sobretudo a partir de 1996, não é o surgimento de novas expressões culturais, mas a intensificação de sua visibilidade pública e midiática. Tal processo desloca práticas antes enraizadas nos quintais e nos territórios comunitários para grandes arenas oficiais, convertendo-as em espetáculos de consumo e instrumentos de promoção da imagem governamental.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz de autores que discutem a relação entre cultura, poder e mediação institucional. Bourdieu (1996), por exemplo, destaca como o Estado intervém na produção simbólica ao legitimar determinadas expressões culturais, redefinindo seu valor e sua função social. No caso maranhense, os arraiais promovidos pelo governo estadual tornam-se o palco privilegiado para essa reconfiguração simbólica.

Nesse contexto, manifestações como o bumba-meu-boi originalmente vinculadas a rituais religiosos e marcadas por tensões entre o sagrado e o profano, além de atuarem como forma de comunicação social e de crítica, como observa Marques (1999) passam a assumir outra natureza nos espaços institucionalizados. Ao serem deslocadas para o circuito oficial, essas expressões perdem parte de sua autonomia e são reconfiguradas segundo as lógicas do espetáculo, moldando-se às demandas governamentais e ao formato de produto cultural destinado ao consumo turístico e midiático.

Assim, a política cultural implementada no período não promoveu propriamente o “renascimento” da cultura popular, mas sua resignificação dentro de um projeto político que instrumentalizou essas manifestações como recurso de marketing estatal e como vitrine de identidade oficialmente autorizada.

Essa reconfiguração das manifestações culturais em produtos espetaculares dialoga com a lógica neoliberal de mercantilização da cultura, na qual bens simbólicos passam a ser instrumentalizados como ativos turísticos e midiáticos, esvaziando seus sentidos comunitários e políticos.

A dinâmica de institucionalização e reconfiguração das práticas culturais, observada no tratamento dispensado às manifestações populares, não se restringe ao campo das expressões simbólicas tradicionais, mas se estende também aos

equipamentos e políticas culturais estruturantes. No âmbito da ação estatal, a cultura passa a ser organizada por meio de sistemas, marcos legais e arranjos administrativos, que, ao mesmo tempo em que ampliam a capacidade de planejamento e intervenção do poder público, submetem os bens e práticas culturais a lógicas normativas, gerenciais e programáticas. É nesse movimento mais amplo de sistematização das políticas culturais, próprio da consolidação do Estado como agente regulador do campo cultural, que se insere a trajetória do SEBP-MA.

O SEBP-MA, coordenado pela Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), atua desde 1980 no planejamento e na coordenação da política estadual de bibliotecas públicas, abrangendo ações voltadas à implantação, modernização e dinamização das bibliotecas municipais, à atualização e ampliação de acervos, à supervisão técnica, bem como à formação de gestores e mediadores de leitura. Vinculado ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), órgão integrante da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) do Ministério da Cultura, o SEBP-MA integra uma rede nacional responsável pela formulação e execução de políticas públicas para bibliotecas públicas e comunitárias, além do apoio aos municípios na ampliação e no fortalecimento de seus equipamentos culturais e na constituição de sistemas municipais de bibliotecas (Biblioteca Pública Benedito Leite, 2017).

Apesar de desempenhar, historicamente, papel ativo e relevante no desenvolvimento cultural maranhense, a BPBL exerceu, por mais de três décadas, a coordenação do SEBP-MA sem respaldo jurídico formal, operando em condições institucionais limitadas. Ainda assim, a Biblioteca foi progressivamente instada a executar ações, projetos e programas voltados ao cumprimento das funções atribuídas às bibliotecas públicas pelo Manifesto da UNESCO, especialmente no que se refere ao acesso democrático à informação, à promoção da leitura e à formação cultural da população.

A institucionalização do SEBP-MA ocorre somente em 2017, no contexto de reestruturação das políticas culturais do Estado durante a gestão do governador Flávio Dino (2015–2022), com a promulgação da Lei nº 10.613, de 5 de julho de 2017, que regulamenta formalmente o SEBP-MA. Esse dispositivo legal confere legitimidade administrativa, estabilidade institucional e maior capacidade de articulação intergovernamental ao Sistema, alinhando-o aos princípios e diretrizes do SNC.

Nesse sentido, os subsistemas setoriais de cultura, como os de bibliotecas, museus e arquivos, constituem componentes estruturantes do SNC e devem ser

implementados nos âmbitos estadual e municipal, compondo, respectivamente, os Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura. A regulamentação do SEBP-MA, portanto, representa um avanço significativo na consolidação da política cultural maranhense, ao inserir o campo das bibliotecas públicas em uma lógica sistêmica, cooperativa e institucionalizada, reforçando o papel do Estado na garantia do direito à leitura e ao acesso à informação.

Apesar do discurso participativo e da ampliação dos instrumentos de planejamento, observa-se que as políticas de leitura permaneceram fortemente dependentes de programas federais e de iniciativas pontuais, característica recorrente em contextos marcados pela racionalidade neoliberal, nos quais o Estado atua mais como articulador do que como garantidor de direitos.

A tardia institucionalização do SEBP-MA revela que, embora a leitura seja reiteradamente afirmada como direito, sua materialização enquanto política pública estruturante permanece subordinada a arranjos administrativos frágeis e a conjunturas políticas específicas.

5 PROJETO EXPOSIÇÃO ITINERANTE DA CASA DE CULTURA JOSUÉ MONTELLO: uma experiência de política cultural de fomento à leitura no Maranhão (2008–2025)

Esta seção tem como objetivo analisar o Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello, no período de 2008 a 2025, tomando-o como objeto empírico para compreender os alcances, limites e contradições das políticas culturais de fomento à leitura no estado do Maranhão.

Em diálogo com as discussões desenvolvidas na seção 3 - “A POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO E O FOMENTO À LEITURA NO SÉCULO XXI” especialmente no que se refere à institucionalização das políticas públicas no campo do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (LLLB), parte-se do entendimento de que tais políticas, no contexto contemporâneo, têm sido marcadas por tensões entre democratização cultural e restrições estruturais impostas por uma racionalidade de caráter neoliberal. Nesse cenário, iniciativas como a Exposição Itinerante configuram-se como estratégias de mediação cultural que buscam ampliar o acesso à literatura, ainda que operando sob condições institucionais limitadas.

A análise do projeto permite evidenciar, em termos concretos, como se materializam, no território, as diretrizes e os limites dessas políticas. Ao longo de sua trajetória, a exposição itinerante atuou na difusão da literatura maranhense, na valorização da memória literária e na formação de leitores, ao mesmo tempo em que revelou desigualdades na distribuição territorial das ações e dependência de parcerias locais para sua execução.

Assim, esta seção articula dados quantitativos e qualitativos, contemplando o alcance territorial, o público atendido, a operacionalização das ações e sua repercussão simbólica, com o intuito de compreender em que medida o projeto se configura como instrumento de democratização cultural ou, ao contrário, reproduz assimetrias historicamente constituídas no acesso aos bens simbólicos.

A Casa de Cultura Josué Montello (CCJM) é uma instituição do Estado do Maranhão, vinculada administrativamente à Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), cuja missão consiste na preservação e difusão da literatura maranhense, a partir do legado do escritor Josué Montello. Sua atuação insere-se no campo das políticas culturais do segmento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (LLLB), em consonância com as diretrizes estabelecidas pela legislação cultural nos âmbitos

federal, estadual e municipal. Nesse sentido, a CCJM constitui-se como um espaço estratégico de memória literária e de promoção da leitura, articulando ações culturais voltadas à democratização do acesso ao livro e à valorização da produção literária local.

Reconhece-se que a prática da leitura literária, em grande medida, tem início no espaço escolar, sendo fundamental que esse ambiente ofereça condições materiais e simbólicas favoráveis à formação de leitores. A interação entre pares, aliada à mediação qualificada de professores, exerce papel decisivo no despertar do interesse e do gosto pela leitura. Tal experiência coletiva contribui para a construção de identidades leitoras, permitindo às crianças e aos jovens o contato com diferentes universos simbólicos, narrativas e perspectivas de mundo.

Para que esse processo se efetive, torna-se imprescindível o investimento em acervos diversificados, que contemplem distintos gêneros, estilos e períodos históricos, assegurando o acesso a múltiplas vozes e experiências literárias. A leitura, nesse contexto, configura-se como um instrumento de autoconhecimento e de construção de sentidos, conforme ressalta Petit (2013, p. 48), ao afirmar que “é impossível prever quais serão os livros aptos a ajudar alguém a se descobrir ou a se construir”. Assim, a formação de leitores críticos e sensíveis deve constituir uma prioridade nos diferentes níveis de ensino.

Entretanto, apesar do reconhecimento da importância da leitura, os índices de leitura no Brasil permanecem relativamente baixos. De acordo com a 6ª edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil (2024)*, aproximadamente 53% da população declarou não ter lido ao menos parte de um livro nos três meses anteriores à pesquisa. Ressaltado pela Revista digital Publishnews (2024),

Nos últimos quatro anos, houve uma **redução de 6,7 milhões de leitores no país**. Pela primeira vez na série histórica da pesquisa, a proporção de **não-leitores é maior do que a de leitores** na população brasileira: **53% das pessoas não leram nem parte de um livro** – impresso ou digital – de qualquer gênero, incluindo didáticos, bíblia e religiosos, nos três meses anteriores à pesquisa.

Ao se considerar somente livros inteiros lidos, no período de três meses anteriores à pesquisa, o percentual de leitores é ainda menor: 27%. Livros lidos por vontade própria, inteiros ou em partes e de qualquer gênero, foram lidos por 43% da população brasileira com 5 anos ou mais.

A média de livros lidos no período de três meses também diminuiu, de 2,6 para 2,4. Considerando apenas livros lidos inteiros no mesmo período, é de apenas 0,82 por entrevistado (grifo do autor).

Com base nos dados apresentados pela 6ª edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (2024), evidencia-se um cenário preocupante que reforça a pertinência e a urgência desta pesquisa. Apesar do reconhecimento social e institucional da leitura como prática fundamental para a formação cultural, educacional e cidadã, os indicadores revelam um enfraquecimento progressivo do hábito leitor no país. A redução de 6,7 milhões de leitores nos últimos quatro anos e o fato inédito de a proporção de não-leitores (53%) superar a de leitores na população brasileira indicam limites estruturais das políticas de incentivo à leitura vigentes. Ademais, ao se considerar apenas livros lidos integralmente, observa-se que o percentual de leitores cai para 27%, com uma média de apenas 0,82 livro lido por entrevistado no período de três meses, o que revela não apenas a diminuição do acesso, mas também a fragilidade da relação contínua com o livro.

Cumprido observar, contudo, que, embora amplamente reconhecida como um importante instrumento de diagnóstico do comportamento leitor no país, a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* é produzida no âmbito de instituições vinculadas ao setor editorial e ao mercado do livro. Esse contexto institucional não invalida seus resultados, mas recomenda que seus dados sejam analisados de forma crítica, considerando os interesses e perspectivas que atravessam a produção de diagnósticos sobre leitura no país.

Nesse sentido, os dados apresentados evidenciam a necessidade de análises críticas sobre as políticas públicas de fomento à leitura, especialmente no âmbito local, de modo a compreender seus alcances, contradições e impactos concretos na formação de leitores, fundamentando, assim, a relevância desta investigação.

Nesse cenário, torna-se relevante discutir iniciativas governamentais e da sociedade civil que buscam promover o acesso ao livro e à leitura, como programas de doação de livros, projetos de leitura em escolas, feiras literárias, encontros com autores e ações culturais descentralizadas. A literatura assume, nesse contexto, um papel transformador, na medida em que possibilita o questionamento da realidade e a reflexão sobre as múltiplas experiências humanas, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes (Souza; Iguma; Lima, 2022).

Ao garantir o acesso à literatura, fomenta-se, simultaneamente, o exercício da cidadania e o empoderamento dos indivíduos. A leitura literária amplia a compreensão da diversidade de sujeitos e discursos presentes na sociedade, promovendo o diálogo e o respeito às diferenças. Conforme assinala Candido (2011, p. 191), “uma sociedade

justa pressupõe o respeito dos direitos humanos e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis, que é um direito inalienável”.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de institucionalização e manutenção de políticas públicas de incentivo à leitura, capazes de alcançar diferentes territórios e públicos. Projetos culturais voltados à formação do leitor literário assumem, assim, papel fundamental, ao possibilitar transformações pessoais e sociais, tais como o estímulo à imaginação, o enriquecimento cultural e histórico, o desenvolvimento do pensamento crítico e o fortalecimento da empatia.

Como destaca Garcez (2000), os programas de democratização da leitura devem ampliar e qualificar suas ações, envolvendo diversos agentes sociais como famílias, escolas, professores, bibliotecários, pesquisadores, autores, editoras, meios de comunicação e instituições governamentais e não governamentais, de modo a enfrentar os desafios impostos por uma sociedade cada vez mais marcada pela comunicação rápida e pela centralidade da imagem.

Essa reflexão permite compreender os projetos de leitura como instrumentos relevantes para o desenvolvimento intelectual, emocional e social dos indivíduos. Nesse sentido, insere-se a experiência do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello, desenvolvido a partir de 2008, cuja trajetória será analisada nesta seção, considerando seus desafios, alcances e impactos no contexto do fomento à leitura no Maranhão ao longo de seus 17 anos de execução.

5.1 Josué Montello e a construção do capital simbólico da literatura maranhense

Josué de Souza **Montello** (1917-2006), escritor maranhense nascido em São Luís, ocupa posição de destaque no campo literário brasileiro do século XX. Romancista, cronista, ensaísta, memorialista e intelectual de ampla projeção nacional, construiu uma trajetória marcada pela intensa participação em instituições culturais, culminando com sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, em 1954. Sua obra, composta por romances, diários, ensaios e memórias, dialoga com diferentes dimensões da sociedade brasileira, especialmente com aspectos históricos e culturais do Maranhão.

Entre suas obras de maior projeção destaca-se *Os Tambores de São Luís*, romance que completou 50 anos de sua primeira edição em 2025. Considerada uma de suas obras mais significativas, permanece atual e continua sendo objeto de leitura,

pesquisa e circulação no Brasil e no exterior. A narrativa reconstitui cerca de trezentos anos da experiência da escravidão e das relações raciais no Brasil, a partir das memórias de Damião, personagem central da trama. Sua produção romanesca compreende 26 romances, dos quais 15 são ambientados em São Luís, evidenciando o profundo vínculo do autor com sua terra natal e sua contribuição para a representação literária da cidade.

No conjunto de sua produção literária, Josué Montello destaca-se como um dos mais prolíficos romancistas brasileiros do século XX. Sua obra articula memória, história e ficção, explorando temas relacionados à formação social brasileira, às relações de poder, aos costumes urbanos e às transformações culturais. Embora frequentemente associado ao regionalismo maranhense, sua escrita ultrapassa os limites da representação local ao abordar questões universais da condição humana. Seus romances revelam uma preocupação constante com a construção da memória e com a preservação de experiências históricas, transformando a cidade de São Luís não apenas em cenário, mas em elemento estruturante de sua narrativa. Nesse sentido, sua produção contribui para inserir a experiência cultural maranhense no panorama da literatura nacional, ao mesmo tempo em que evidencia as relações entre literatura, identidade e memória.

Todavia, uma análise crítica de sua trajetória exige ultrapassar abordagens meramente biográficas ou celebratórias. A partir das contribuições de Bourdieu (2005b), é possível compreender Josué Montello como um agente que ocupou posição privilegiada no campo literário nacional, acumulando significativo capital simbólico por meio de sua inserção em redes intelectuais, instituições culturais e espaços de legitimação da produção literária. Sua consagração não decorre exclusivamente da qualidade estética de sua obra, mas também das relações sociais e institucionais que contribuíram para sua projeção no cenário cultural brasileiro.

De acordo com Souza (2016, p. 58)

Residindo no Rio de Janeiro desde dezembro de 1936, Josué Montello considerava-se um homem de sua Província, com a marca da terra e dos hábitos do Maranhão. Morou também no Peru de 1953 a 1955, como Catedrático Honorário da Universidade Maior de São Marcos, de Lima; em Portugal, em 1957, a convite do Itamaraty, regeu a Cátedra de Estudos de Lisboa, na Faculdade de Letras; em Madri, em 1957, como professor de Cátedra de Estudos Brasileiros pelo Itamaraty; em Paris como Conselheiro Cultural da Embaixada do Brasil de 1968 a 1970. De 1985 a 1989, exerceu o cargo de Embaixador do Brasil junto à UNESCO, em Paris, sempre

retornando a São Luís nas suas vindas ao Brasil. Quase toda sua obra literária traz a marca da inspiração e da cultura maranhense.

Foi agraciado com 12 prêmios literários; um Fardão de Imortal da Academia Brasileira de Letras, no dia 4 de julho de 1955, ocupando a cadeira no. 29, fundada por Arthur Azevedo e que tem como patrono Martins Pena. Foi recepcionado por Viriato Corrêa. Membro da Academia Maranhense de Letras desde 1948 e sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Acumulou uma coleção de títulos e funções, entre as quais citamos as de Diretor da Biblioteca Nacional (1948 – 1951), subchefe da Casa Civil da Presidência República, no Governo de Juscelino Kubitschek (1956), Reitor da Universidade Federal do Maranhão (1972), Presidente da Academia Brasileira de Letras (1993-1995) e outras. Foi colaborador do *Jornal do Brasil* e da *Revista Manchete*.

Nesse sentido, a trajetória de Montello permite compreender os mecanismos pelos quais determinados autores alcançam reconhecimento e passam a representar identidades culturais regionais e nacionais. Sua obra contribuiu para projetar elementos da cultura maranhense no cenário nacional, especialmente por meio de romances como *Os Tambores de São Luís*, que tematiza questões relacionadas à formação social maranhense, às relações raciais e às transformações históricas da cidade.

Ao mesmo tempo, a centralidade atribuída a Josué Montello na memória literária maranhense suscita reflexões sobre os processos de seleção e legitimação que estruturam o campo cultural. Como destaca Bourdieu (2005b), toda consagração implica também mecanismos de exclusão, uma vez que determinados autores, obras e narrativas são valorizados em detrimento de outros. Assim, reconhecer a importância de Montello não significa ignorar a diversidade de vozes que compõem a literatura maranhense, mas compreender sua posição como resultado de disputas simbólicas e institucionais historicamente construídas.

Sob essa perspectiva, a criação da Casa de Cultura Josué Montello pode ser compreendida não apenas como uma homenagem a um escritor consagrado, mas como uma estratégia de preservação de um patrimônio literário considerado representativo da cultura maranhense. Ao transformar a obra, a memória e o acervo do escritor em instrumentos de mediação cultural, a instituição amplia o acesso à literatura e desenvolve ações de promoção da leitura, convertendo o patrimônio literário em recurso simbólico mobilizado pelas políticas culturais contemporâneas. Dessa forma, a preservação da memória articula-se à democratização do acesso à cultura e à formação de leitores, conferindo novos significados ao legado montelliano.

5.2 A Casa de Cultura Josué Montello como instituição de preservação da memória literária e promoção da leitura

A Casa de Cultura Josué Montello (CCJM), vinculada à Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA), foi criada pela Lei Estadual nº 4.351, de 31 de outubro de 1981, e aberta ao público em 23 de janeiro de 1983, com a finalidade de preservar, organizar e difundir a produção intelectual de Josué Montello, além de desenvolver ações voltadas à promoção da literatura, da leitura e da cultura maranhense. Situada na Rua das Hortas, n. 327, Centro de São Luís, a instituição constitui-se como espaço de memória, pesquisa e mediação cultural, reunindo acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos que testemunham a trajetória intelectual do escritor e aspectos relevantes da história cultural do Maranhão.

A formação de seu acervo teve origem na doação realizada pelo próprio Josué Montello, que destinou à instituição sua biblioteca particular, seu arquivo pessoal e diversos objetos que atualmente integram o acervo museológico da Casa.

Entretanto, compreender a Casa de Cultura Josué Montello apenas como espaço de preservação documental seria reduzir sua função social. A instituição atua como agente cultural inserido em um campo de disputas simbólicas, no qual se definem quais memórias, autores e produções literárias serão preservados e legitimados. Nessa perspectiva, a CCJM opera como um espaço de produção e circulação de capital cultural, conforme a formulação de Bourdieu (2005), contribuindo para a valorização da literatura maranhense e para a formação de leitores.

Ao longo de mais de quatro décadas de atuação, a CCJM consolidou-se como um espaço de referência para pesquisadores e estudiosos da literatura e história maranhense. Seu acervo, atualmente quase totalmente informatizado, amplia as possibilidades de consulta e pesquisa, oferecendo aos usuários acesso mais ágil às obras e documentos fundamentais para a compreensão da cultura e da identidade maranhense. Nesse percurso, a instituição desenvolveu exposições, palestras, lançamentos de livros, visitas mediadas, ações educativas e o Projeto Exposição Itinerante, além de disponibilizar obras para empréstimo, buscando ampliar o acesso da população ao patrimônio literário. Essas iniciativas tornam-se ainda mais relevantes diante da fragilidade das políticas públicas de cultura e da limitada distribuição de equipamentos culturais em grande parte dos municípios maranhenses. Nesse cenário, a Casa de Cultura assume uma função que ultrapassa a preservação

patrimonial, atuando como instrumento de democratização do acesso aos bens simbólicos e de promoção do direito à leitura. Desse modo, a instituição ultrapassa a função de guarda do patrimônio documental, assumindo papel ativo na formação de leitores e na difusão da literatura maranhense, aspectos que fundamentam a análise desenvolvida nesta pesquisa.

Sob uma perspectiva crítica, a experiência da CCJM evidencia uma das contradições presentes nas políticas culturais brasileiras: embora o Estado reconheça formalmente a cultura como direito, a manutenção e expansão das ações institucionais frequentemente dependem da capacidade de resistência dos equipamentos culturais diante das limitações orçamentárias e das descontinuidades administrativas. Assim, a permanência da Casa de Cultura Josué Montello ao longo de diferentes governos revela tanto sua relevância cultural quanto os desafios enfrentados pelas instituições públicas de cultura na consolidação de políticas permanentes de fomento à leitura.

5.3 O Projeto Exposição Itinerante como estratégia de democratização do acesso à leitura

A concepção do Projeto Exposição Itinerante remonta ao ano de 2007, quando da realização da 1ª Feira do Livro de São Luís, promovida pela Prefeitura Municipal. Naquele contexto, o escritor Josué Montello (1917–2006) foi homenageado como Patrono do evento, e a Casa de Cultura Josué Montello ficou responsável pela organização do espaço expositivo dedicado à sua trajetória literária e intelectual. Durante os dez dias de realização da Feira, o espaço recebeu expressivo público, composto por estudantes, professores, turistas e comunidade em geral. Contudo, a partir da observação do fluxo de visitantes e dos diálogos estabelecidos, constatou-se um elevado desconhecimento acerca da obra do escritor e da própria existência da CCJM, então com 24 anos de criação.

Entretanto, ao longo dos 10 dias de realização da Feira do Livro de São Luís (FELIS), milhares de pessoas visitaram o espaço e, para nossa surpresa, a maioria dos visitantes desconhecia que o escritor Josué Montello era maranhense; não conhecia a Casa de Cultura Josué Montello, que, à época, contava com 24 anos de existência; tampouco conhecia a produção literária do autor. Essa situação despertou a necessidade de realizar uma ação que pudesse transformar essa realidade.

A partir desse contexto, surgiu a ideia de desenvolver um projeto que divulgasse, de forma integrada, a instituição, o autor e sua obra, ao mesmo tempo em que garantisse o acesso do público a essa produção literária.

Diante desse diagnóstico, identificou-se a necessidade de ampliar o alcance das ações da instituição, o que motivou a criação do Projeto Exposição Itinerante, iniciado em 2008. A iniciativa buscava apresentar a vida e a obra de Josué Montello, bem como divulgar a Casa de Cultura Josué Montello (CCJM) enquanto instituição de memória literária e cultural, levando suas atividades a escolas, eventos literários e instituições culturais, com vistas à democratização do acesso ao livro, ao estímulo à leitura e à valorização da literatura maranhense.

Para viabilizar a realização dessas ações, o projeto contou com recursos da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), a qual através de projeto específico comprou as obras do escritor que ainda tinha disponível na Editora Nova Fronteira os quais foram compostos os primeiros kits para doação, e a disponibilidade de carro com motorista e diárias para os técnicos que acompanhavam a exposição, além de parcerias e contrapartidas estabelecidas com os municípios e instituições que recebiam a exposição.

Nesse contexto, a exposição itinerante passou a atuar como instrumento de difusão da vida e da obra do escritor maranhense Josué Montello, reconhecido nacional e internacionalmente como um dos grandes nomes da literatura brasileira. Além disso, buscava promover a literatura maranhense, estimular o interesse pela leitura e incentivar a criação de espaços de memória nos municípios do Maranhão, tomando como referência a experiência desenvolvida pela Casa de Cultura Josué Montello.

Para alcançar esses objetivos, o projeto desenvolve atividades por meio de exposições bibliográficas que reúnem obras publicadas por Josué Montello em seus diversos gêneros literários, bem como produções de outros escritores maranhenses que compõe o acervo da CCJM. Também são organizadas exposições fotográficas e documentais em banners, elaboradas a partir de temas definidos a cada edição.

Como exemplo, em 2012, ano de comemoração dos 400 anos de São Luís, foi montada a mostra intitulada A eterna São Luís de Josué Montello com seus romances, composta por painéis com informações sobre os quinze romances ambientados na cidade, além de fotografias, recortes de jornais, artigos, correspondências e livros do autor e de outros escritores maranhenses, bem como a

exibição de videodocumentário. Em 2017, por ocasião do centenário de nascimento do escritor, realizou-se uma mostra retrospectiva sobre sua trajetória como cronista, romancista, diarista e gestor público, destacando sua atuação no Brasil e no exterior.

Dessa forma, as ações do projeto aproximam o público da literatura maranhense, despertando sentimentos de pertencimento em relação à história e ao legado cultural do estado.

Além das exposições, são realizadas palestras sobre o escritor, sobre a Casa de Cultura Josué Montello (CCJM) e sobre a importância da leitura. Também são exibidos videodocumentários de curta duração, entre eles o último registro audiovisual gravado com o escritor Josué Montello em São Luís, por ocasião de seus oitenta e quatro anos. Nos primeiros anos da exposição, entre 2008 e 2023, também eram disponibilizados kits de livros pertencentes ao acervo da Casa para as instituições participantes.

A logística e o suporte técnico das ações ficam sob a responsabilidade da Casa de Cultura, por meio da Secretaria de Cultura, que disponibiliza veículo, motorista e diárias para a equipe responsável pela execução do projeto nos municípios. Já a infraestrutura necessária para a realização da exposição, recepção do público e mobilização local fica sob responsabilidade das instituições parceiras, entre elas prefeituras por meio das Secretarias de Educação e Cultura, escolas das redes pública e privada, academias de letras e organizações não governamentais.

5.4 Alcance territorial e institucional do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello (2008–2025)

O projeto “Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello” alcançou, ao longo de sua execução, 29 municípios maranhenses, sendo realizado em uma ampla diversidade de espaços educacionais como escolas e universidades; culturais a exemplo de academias de letras, teatros e biblioteca; além de eventos culturais e literários, como feiras do livro e seminários, e em organizações da sociedade civil vinculadas ao segmento literário e cultural.

Os dados obtidos ao longo de mais de uma década de execução do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello evidenciam a relevância de iniciativas culturais voltadas à divulgação da literatura, por meio de ações que

conferem visibilidade a autores, obras e instituições, contribuindo para a democratização do acesso à literatura maranhense e para o estímulo à leitura literária.

A análise proposta nesta pesquisa contempla a execução do projeto, sua viabilidade enquanto ação de fomento à leitura, as principais dificuldades enfrentadas ao longo de sua trajetória, o público atingido e os municípios contemplados. Busca-se, assim, discutir de que maneira o Projeto Exposição Itinerante se consolidou como uma estratégia de descentralização das ações culturais da Casa de Cultura Josué Montello e de fortalecimento das políticas públicas voltadas ao livro, à leitura e à literatura no Maranhão.

No que se refere às ações desenvolvidas, o projeto não se limitou à realização de exposições bibliográficas e documentais. Incluiu também a utilização de exposições com banners temáticos, a realização de palestras, a exibição de videodocumentário e a disponibilização de um kit de obras do escritor Josué Montello. Esses kits eram destinados tanto às instituições que recebiam a exposição quanto às bibliotecas municipais, como estratégia de ampliação do acesso à obra do autor.

Tabela 1 – Quantidade de kits de livros doados para instituições que receberam a exposição no período de 2008 a 2013.

ANO	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS	KITS DOADOS
2008	07	11
2009	06	05
2010	02	07
2011	09	13
2012	05	03
2013	02	02
TOTAL	31	41

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatórios anuais da CCJM.

Os kits eram constituídos por obras do escritor Josué Montello, adquiridas diretamente com a Editora Nova Fronteira por meio de projeto da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA), e por obras de outros autores disponíveis no acervo da Casa em quantidade suficiente para doação. Esse acervo foi utilizado até o ano de 2013. A partir de então, passaram a ser formados kits com obras que começaram a ser publicadas pela própria Casa, por meio de parcerias ou editais específicos.

Entre os títulos, destacavam-se: *Janelas Fechadas*, *Noite sobre Alcântara*, *Cais da Sagração*, *Os Tambores de São Luís*, *O Tesouro de D. José e Outros Contos*, *Escritores Maranhenses 1955–1965* (Coletânea de Crônicas – Vol. I), *Escritores Maranhenses 1966–1993* (Coletânea de Crônicas – Vol. II), *Tambores* (livro fotográfico), *Gonçalves Dias: ensaio biobibliográfico*, *Areia do Tempo*, *Um Apartamento no Céu* e *Fachada de Azulejos*, além de obras de outros autores maranhenses, como *Litania da Velha*, de Arlete Nogueira, e *Pintores Maranhenses do Século XIX*, de Luiz de Melo, entre outros.

A distribuição das obras justificava-se pelo fato de que, em muitos municípios, não havia disponibilidade dessas obras nas bibliotecas municipais nem nas escolas. Partia-se do entendimento de que a apresentação do autor e de sua produção literária, associada ao incentivo à leitura, exigia, necessariamente, a garantia de acesso material aos livros.

Durante esse período, os kits de obras foram distribuídos às bibliotecas que integravam a estrutura da SECMA, às instituições contempladas com a realização da exposição e às bibliotecas municipais, ampliando, assim, o alcance da política de fomento à leitura vinculada ao projeto.

Figura 1 – Entrega de kits de livros às instituições participantes da Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello (escolas e bibliotecas).



Entrega de Kit de livros para Biblioteca Municipal de Viana



Entrega do Kit de livros para a Biblioteca da Escola Militar 2 de julho

Fonte: Relatórios anuais da CCJM, 2010, 2012.

Quanto à metodologia de acesso ao projeto, esta fundamenta-se no interesse manifestado pela comunidade local ou por instituições de outros municípios. O processo inicia-se com o contato da instituição interessada com a direção da Casa de Cultura Josué Montello, responsável por apresentar o projeto (Anexo A), esclarecer as condições de realização da parceria e disponibilizar o formulário de agendamento (Anexo B), conforme a capacidade de atendimento. Em seguida, a instituição solicitante encaminhava Comunicação Interna (CI) ou ofício dirigido ao Secretário de Estado da Cultura, que procedia à análise da disponibilidade orçamentária para viabilização da ação. Uma vez autorizada, a exposição era então agendada e realizada.

Essa dinâmica evidencia que o projeto se estruturou a partir de uma lógica de demanda social, articulando ações de difusão cultural, preservação da memória literária e fomento à leitura, ao mesmo tempo em que revelou os limites impostos pela descontinuidade editorial e pelas restrições orçamentárias ao longo de seus 17 anos de realização no estado do Maranhão.

Nos anos de 2014 e 2020, não foi possível realizar as ações do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello. No período de agosto a dezembro de 2014, a instituição permaneceu fechada ao público em razão de obras de reforma em suas instalações físicas. Durante esse período, todo o acervo bibliográfico, arquivístico e o mobiliário foram transferidos para um prédio alugado pelo Governo do Estado, localizado na Avenida Marechal Castelo Branco, no bairro São Francisco. A instituição retornou ao prédio-sede em janeiro de 2015, ainda com a obra em andamento, sendo iniciada, a partir de maio do mesmo ano, a reorganização do acervo. Em decorrência desse processo, o atendimento ao público permaneceu suspenso, concentrando-se as atividades institucionais na reorganização do acervo bibliográfico e arquivístico, bem como na execução dos projetos de organização do museu e de publicação do *Catálogo Autores Maranhenses*, lançado em 2016, ano em que a Casa reabriu ao público. Já em 2020, a interrupção das atividades ocorreu em função do fechamento dos equipamentos culturais como medida de enfrentamento à pandemia da Covid-19.

Com o Projeto Exposição Itinerante, a Casa de Cultura Josué Montello ampliou significativamente sua visibilidade institucional, bem como o reconhecimento da obra do escritor Josué Montello. Como afirmou, à época, o então Secretário de Estado da Cultura, Joãozinho Ribeiro, a Casa de Cultura “atravessou, pela primeira vez, o Estreito dos Mosquitos”, rompendo os limites de seu espaço físico e levando a literatura a diferentes regiões do Maranhão.

5.5 Execução, operacionalização e descentralização cultural do projeto

O Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello caracteriza-se como uma ação cultural continuada, estruturada a partir de parcerias institucionais entre o Estado, por meio da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA), e municípios ou instituições que recebem a exposição. Sua execução envolve planejamento prévio, articulação local, deslocamento de acervo e de equipe técnica, bem como a realização de atividades educativas e formativas voltadas à mediação da leitura.

Do ponto de vista da política cultural, a execução do projeto revela a atuação do Estado como agente promotor da cultura, ainda que com recursos limitados, evidenciando uma lógica de cooperação interinstitucional. Essa dinâmica aproxima-

se da concepção gramsciana de hegemonia cultural, na medida em que o projeto busca disputar sentidos no campo simbólico, valorizando a literatura maranhense e ampliando sua circulação para além dos centros urbanos e institucionais consolidados.

O projeto alcançou um público diversificado, composto majoritariamente por estudantes da educação básica, universitários, professores, mediadores de leitura e membros da comunidade em geral. As ações foram realizadas em escolas das redes municipal, estadual e privada, universidades, bibliotecas, academias de letras, institutos históricos, organizações da sociedade civil e eventos literários.

Quadro 6 – Tipologia do público atendido pelo Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello

Segmento do público	Caracterização
Estudantes	Ensino fundamental, médio e superior
Professores	Docentes das redes públicas e privadas
Mediadores culturais	Bibliotecários, agentes culturais, escritores
Comunidade em geral	Leitores, visitantes, famílias
Instituições culturais	Academias, bibliotecas, ONGs
Eventos literários, culturais	Feiras de livro, Seminários, Encontros

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatórios anuais da CCJM.

Sob a perspectiva de Bourdieu (2005), o acesso a bens simbólicos como a literatura está diretamente relacionado à distribuição desigual do capital cultural. Ao levar livros, exposições e atividades formativas a diferentes públicos, o projeto atua como mediador na ampliação desse capital, ainda que de forma pontual, contribuindo para reduzir, embora não eliminar, as assimetrias de acesso à cultura letrada.

Ao longo de seus 17 anos de execução, o projeto percorreu 29 municípios maranhenses, alcançando tanto a capital quanto municípios do interior, muitos dos quais carecem de equipamentos culturais permanentes.

Tabela 2 - Frequência da Exposição Itinerante por município (2008–2025)

Municípios	Frequência (Nº de Eventos/Locais)	Principais Destaques / Eventos
São Luís	38	Feira do Livro de São Luís, CINTRA, UFMA, UEMA, IEMA, Colégios Militares
Alcântara	4	Museu Histórico de Alcântara
Buriti de Inácia Vaz	2	Centro Cultural Adélia Moreira e CAPE
Caxias	3	UEMA e Salão do Livro de Caxias
Codó	2	IHGM Codó e Festa Literária de Codó (FLIC)
Imperatriz	4	SALIMP (Salão do Livro de Imperatriz)
Itapecuru Mirim	7	Festa Literária de Itapecuru Mirim (presença constante desde 2018)
Paço do Lumiar	2	Centro de Ensino Integrado e CE Erasmo Dias
Pindaré Mirim	2	IEMA e CE Francisco das Chagas Vasconcelos
Pinheiro	2	IFMA e CE Profº Rubem Almeida
Raposa	2	Jornada Literária de Raposa / SESC
Santa Inês	3	CE Josué Montello e ações de Cultura e Turismo
Santa Luzia do Tide	2	Biblioteca Municipal e Unidade Integrada
São Bento	2	Academia Sambentoense de Letras
São José de Ribamar	2	Liceu Ribamarense e IFMA
Timon	2	UEMA e IESM
Viana	2	Academia Vianense de Letras e Centro de Treinamento

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatórios anuais da CCJM.

Com base no levantamento das exposições itinerantes realizado no período de 2008 a 2025⁴, observa-se uma concentração significativa das ações em determinados municípios, com destaque para São Luís, que se configura como o principal polo de recepção da exposição. A capital apresenta a maior recorrência ao longo de todo o período analisado, com ocorrências anuais e realização simultânea em múltiplos espaços, como instituições de ensino (Colégio Santa Teresa, CINTRA e IEMA), instituições militares, universidades (UFMA e UEMA), além de eventos de

⁴ Na tabela 2 estão relacionados os municípios que foram contemplados com a Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello em mais de uma edição durante o período de execução do projeto. Os demais municípios alcançados pela iniciativa, perfazendo um total de 29 localidades, receberam a exposição apenas uma única vez.

grande porte, como a Feira do Livro de São Luís, na qual a exposição esteve presente em edições como as de 2015, 2021, 2023 e 2024.

Em seguida, destaca-se Itapecuru Mirim, que apresenta uma continuidade expressiva a partir de 2018, sobretudo em função da realização da Festa Literária de Itapecuru Mirim, tendo recebido a exposição nos anos de 2018, 2019, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025. O município de Imperatriz também se evidencia, com pelo menos quatro participações, especialmente vinculadas ao Salão do Livro de Imperatriz (SALIMP), nos anos de 2008, 2009, 2017 e 2022.

Figura 3 – Participação da Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello em feiras literárias no Maranhão, com destaque para o SALIMP, a FLIM e a FELIS, evidenciando a inserção do projeto em circuitos de promoção do livro e da leitura



Fonte: Instagram oficial da Casa de Cultura Josué Montello, Acesso em abril 2026.

De modo semelhante, Alcântara registra quatro ocorrências (2009, 2011, 2018 e 2022), geralmente associadas ao Museu Histórico de Alcântara, enquanto Santa Inês contabiliza três participações (2008, 2015 e 2016), incluindo ações em instituições de ensino. O município de Caxias também apresenta três registros (2008, 2012 e 2018), frequentemente vinculados a eventos promovidos pela UEMA ou a salões do livro.

Além desses, outros municípios, como Viana, São Bento, Pinheiro, Timon, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Pindaré Mirim, Vargem Grande, Raposa e Santa Luzia do Tide, também aparecem no levantamento, cada um com pelo menos duas participações ao longo do período analisado, evidenciando uma distribuição territorial formalmente abrangente, porém marcada por forte concentração em determinados polos, especialmente na capital, ainda que concentrada em determinados centros com maior infraestrutura cultural e educacional.

A tabela 3 apresenta a evolução das ações do projeto ao longo do período analisado, evidenciando a relação entre a abrangência territorial (municípios atendidos), a quantidade de exposições realizadas e o público alcançado. Observa-se, inicialmente, um crescimento contínuo do público entre 2008 e 2011, seguido de uma queda acentuada entre 2012 e 2013, indicando possível descontinuidade ou redução das atividades. A partir de 2015, verifica-se uma retomada gradual, com destaque para os anos de 2017 e, sobretudo, 2018, quando se registra um dos maiores alcances do período. Após oscilações entre 2019 e 2022, possivelmente relacionadas a fatores conjunturais, como a pandemia de COVID-19, há uma recuperação expressiva em 2023. Nos anos mais recentes (2024 e 2025), mantém-se um patamar elevado de público, ainda que associado à inserção das exposições em eventos literários de grande circulação. De forma geral, os dados evidenciam a dinâmica de expansão, retração e reestruturação das ações, bem como a capacidade de alcance da política cultural e sua sensibilidade às condições institucionais e contextuais.

Tabela 3 – Evolução anual das exposições itinerantes da Casa de Cultura Josué Montello (2008–2025): municípios atendidos, número de exposições e público alcançado.

Ano	Municípios atendidos	Nº de exposições	Público alcançado
2008	São Luís; João Lisboa; Santa Inês; Imperatriz; São José de Ribamar; Caxias; Buriti de Inácia Vaz	7	4.359
2009	São Luís; Santa Luzia do Tide; Alcântara; Imperatriz; Zé Doca; Pedro do Rosário	7	4.865
2010	São Luís; Viana	7	6.854
2011	Coelho Neto; Dom Pedro; Buriti de Inácia Vaz; Alcântara; Pinheiro; São Bento; Timon; Alto Alegre do Pindaré; São Luís	10	7.246
2012	Viana; São Luís; São Bento; Caxias; Paço do Lumiar	8	2.290
2013	Lago da Pedra; São Luís	2	577
2014	Instituição em reforma	—	—
2015	Mirinzal; Santa Inês; Chapadinha; São Luís	5	1.350
2016	São Luís; Santa Inês	4	2.170
2017	São Luís; Timon; Imperatriz	5	4.477
2018	Pindaré Mirim; Alcântara; Codó; São Luís; São José de Ribamar; Itapecuru Mirim; Caxias	10	8.031
2019	Pindaré Mirim; Itapecuru Mirim; Cururupu; São Luís	5	2.250
2020	Pandemia da Covid-19	—	—
2021	Itapecuru Mirim; São Luís	2	2.150
2022	São Luís; Alcântara; Paço do Lumiar; Imperatriz; Itapecuru Mirim	6	2.230
2023	Santa Luzia do Tide; Barra do Corda; São Luís; Pinheiro; Itapecuru Mirim	7	7.650
2024	Raposa; Vargem Grande; São Luís, Itapecuru Mirim	4	4.500
2025	Raposa; São Luís, Itapecuru Mirim	3	4.200
TOTAL (2008–2025)	29 municípios distintos*	92	65.199

Fonte: Maranhão. Secretaria de Estado da Cultura. Casa de Cultura Josué Montello. Relatórios de atividades (2008–2023). Elaboração da autora.

* O número total de municípios refere-se ao conjunto de municípios distintos atendidos ao longo do período, e não à soma anual. Os anos de 2014 e 2020 foram excluídos da contagem em razão, respectivamente, da reforma da instituição e da pandemia da Covid-19.

A análise dos dados evidencia que, no decorrer de 17 anos, foram realizadas 92 exposições em 29 municípios, alcançando um público total de 65.199 pessoas. Embora o número de ações seja expressivo, sua distribuição territorial revela uma dinâmica concentrada, marcada pela recorrência em determinados municípios, especialmente na capital, e pela presença pontual em grande parte do território maranhense.

Esse padrão não é aleatório, mas resulta diretamente do modelo de implementação da política, baseado na demanda espontânea dos municípios. Essa lógica favorece localidades com maior capacidade institucional, infraestrutura cultural consolidada ou inserção em circuitos culturais já estabelecidos, reproduzindo desigualdades no acesso às ações de fomento à leitura. Assim, a política tende a operar mais como resposta a demandas existentes do que como instrumento de indução e democratização cultural.

Além disso, os dados indicam que o alcance ampliado de público, especialmente nos anos mais recentes, está associado à inserção das exposições em grandes eventos literários, o que, embora aumente a visibilidade da ação, não garante sua capilaridade territorial. Trata-se, portanto, de uma expansão quantitativa que não necessariamente corresponde a uma ampliação estrutural da política.

Diante desse cenário, impõe-se a necessidade de reconfiguração do modelo de circulação das exposições. Uma estratégia fundamental consiste na vinculação da itinerância a um calendário cultural articulado às bibliotecas públicas municipais em funcionamento, transformando esses equipamentos em polos estruturantes da política de leitura. Essa articulação permitiria maior regularidade, planejamento e continuidade das ações, além de favorecer práticas formativas complementares, como mediação de leitura e formação de agentes locais.

Adicionalmente, a adoção de critérios de equidade territorial, com definição de metas de atendimento para municípios com menor histórico de acesso, pode contribuir para reduzir as assimetrias observadas. Nesse sentido, a itinerância deve ser compreendida não como ação episódica, mas como parte de uma política cultural estruturada, comprometida com a democratização do acesso ao livro, à leitura e à literatura em todo o território estadual.

Esses limites refletem contradições próprias das políticas culturais em contextos neoliberais, nos quais o Estado tende a transferir responsabilidades à sociedade civil e aos entes locais, sem garantir financiamento estruturante. Esse

cenário reforça a leitura crítica sobre a fragilidade da institucionalização das políticas de leitura no Brasil. Tais aspectos podem ser sistematizados, conforme apresentado no Quadro 7, que sintetiza os principais obstáculos enfrentados na execução do projeto.

Quadro 7 – Principais obstáculos evidenciados para a execução do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello (2008–2025)

Dimensão	Descrição
Financeira	Limitação orçamentária
Logística	Dificuldades de transporte e manutenção do acervo
Institucional	Dependência de parcerias locais
Avaliativa	Ausência de indicadores sistemáticos de avaliação

Fonte: Elaboração da autora, com base na execução do projeto e nos dados da pesquisa.

Apesar dessas limitações, os efeitos socioculturais do projeto mostram-se relevantes, ainda que marcados por limites estruturais, especialmente no que se refere à ampliação da visibilidade da literatura maranhense, ao reconhecimento da Casa de Cultura Josué Montello como instituição de memória e à promoção do contato direto de estudantes e professores com obras literárias. Entre os principais resultados observados, destacam-se: estímulo ao interesse pela leitura literária; valorização de autores maranhenses; fortalecimento de práticas pedagógicas relacionadas à literatura; reconhecimento da CCJM como referência cultural. Esses aspectos são sistematizados no Quadro 8.

Quadro 8 – Efeitos socioculturais observados no Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello (2008–2025)

Dimensão	Resultados observados
Educacional	Estímulo à leitura literária e à mediação
Cultural	Valorização da literatura maranhense
Institucional	Ampliação da visibilidade da CCJM
Social	Ampliação do acesso ao livro (ainda que de forma desigual)

Fonte: Elaboração da autora, com base na execução do projeto e nos dados da pesquisa.

À luz de Antonio Candido (2023), o projeto reafirma a literatura como um direito humano, ainda que operacionalizado de forma parcial e territorialmente desigual, como evidenciado nos dados apresentados. Do ponto de vista de Gramsci (1987), pode ser compreendido como uma ação contra-hegemônica no campo cultural, ao buscar ampliar o acesso à literatura fora dos circuitos tradicionais de consumo simbólico, ainda que sem romper completamente com as estruturas de desigualdade. Já sob a ótica de Bourdieu (1996), evidencia tanto o potencial quanto os limites das políticas de democratização cultural, especialmente quando estas não são acompanhadas de condições estruturais que garantam a distribuição equitativa do capital cultural.

Evidenciamos a realização da exposição no ambiente escolar, com ênfase na participação dos alunos nas atividades propostas. As imagens demonstram a interação dos estudantes com os conteúdos expositivos, bem como sua inserção em práticas de mediação cultural, leitura e diálogo. Esses registros constituem importantes elementos empíricos, pois permitem visualizar a apropriação do projeto pelos sujeitos envolvidos, reforçando sua dimensão formativa e seu potencial enquanto estratégia de incentivo à leitura no contexto educacional.

Figura 4 – Participação do público estudantil na Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello



Fonte: Instagram oficial da Casa de Cultura Josué Montello, Acesso em abril 2026.

Em 2008, no município de João Lisboa, a exposição foi realizada no teatro da cidade, espaço que permanecia fechado havia algum tempo e onde também funcionava a biblioteca pública denominada Biblioteca Josué Montello, homenagem instituída pelo então prefeito, Sr. Sálvio Dino, à época de sua criação. O local apresentava condições precárias; contudo, com o apoio da equipe da biblioteca e do próprio gestor municipal, foi possível viabilizar a realização da primeira exposição itinerante fora de São Luís.

Na ocasião, escolas da rede local foram mobilizadas a fim de visitar a exposição e participar das palestras promovidas pelo projeto. Naquele momento, a equipe ainda não dispunha de estrutura expositiva em banners; assim, a mostra foi organizada em papel-cartão revestido com plástico, utilizado para proteger as fotografias, conforme apresentado na figura a seguir.

Figura 5 – Primeira exposição Itinerante, realizada em 2008 no município de João Lisboa – Biblioteca Josué Montello.



Fonte: Relatório Anual Casa de Cultura Josué Montello - 2008. São Luís, 2009.

O episódio descrito evidencia, de forma concreta, as condições materiais e institucionais que atravessam a execução das políticas culturais no interior do estado, marcadas por limitações estruturais, precariedade de equipamentos e desigualdade no acesso aos bens culturais. Ao mesmo tempo, revela estratégias de mediação e mobilização que buscam superar tais entraves, por meio da articulação com escolas

e agentes locais. A realização da exposição, mesmo em condições adversas, reafirma seu caráter de ação de descentralização cultural e de fomento à leitura, evidenciando tanto o potencial quanto os limites das políticas públicas culturais no Maranhão no período analisado.

O quadro 9 evidencia a predominância do ambiente escolar como um dos principais espaços de realização das atividades da Exposição Itinerante, demonstrando a centralidade da escola nas ações de incentivo à leitura promovidas pelo projeto. Ao longo dos anos, a exposição esteve presente em colégios, unidades integradas, institutos federais, unidades do IEMA, escolas municipais e estaduais, além de instituições de ensino superior, evidenciando o diálogo constante entre cultura, educação e formação leitora. A presença recorrente da exposição em escolas revela a preocupação em aproximar os estudantes do universo literário por meio de práticas de mediação cultural que ultrapassam o espaço tradicional da sala de aula. Nesse contexto, a exposição não se limitava à apresentação de conteúdos biográficos e literários relacionados a Josué Montello, mas constituía-se como experiência educativa e cultural, promovendo palestras, visitas guiadas e momentos de interação com o público estudantil.

Além disso, a realização das atividades em instituições escolares localizadas tanto na capital quanto no interior do estado evidencia um movimento de democratização do acesso aos bens culturais e às práticas de leitura. Municípios como Santa Inês, São José de Ribamar, Lago da Pedra, Paço do Lumiar, Pindaré Mirim e Vargem Grande receberam ações diretamente vinculadas ao espaço escolar, fortalecendo o papel dessas instituições como mediadoras no processo de formação de leitores.

Os dados também permitem perceber que a escola aparece como espaço estratégico para a consolidação das políticas de fomento à leitura, especialmente em municípios onde o acesso a equipamentos culturais é mais restrito. Assim, a itinerância da exposição contribuiu para ampliar as possibilidades de acesso ao livro, à literatura e à memória cultural maranhense, reforçando o caráter formativo e descentralizador do projeto.

Quadro 9 – Circulação da exposição em municípios do Maranhão: escolas, bibliotecas, centros culturais e feiras literárias

Municípios	Locais de Realização das Exposições
Alcântara	Museu Casa Histórica de Alcântara; Museu Histórico de Alcântara.
Alto Alegre do Pindaré	Teatro da Cidade.
Barra do Corda	Centro de Convivência Fios de Prata.
Buriti de Inácia Vaz	Centro Cultural Adélia Moreira Martins Ferreira (AMIB); Centro de Apoio Pedagógico (CAPE).
Caxias	Universidade Estadual do Maranhão (XII Encontro PROLER / 4º Salão do Livro); CES/UEMA; UEMA – Centro de Ensino Superior de Caxias.
Chapadinha	Escola - Mais Cultura e Turismo.
Codó	IHGM Codó; II Festa Literária de Codó (FLIC).
Coelho Neto	Teatro Municipal Deputado Bacelar.
Cururupu	IEMA – Biblioteca Flavio Gaspar Picanço.
Dom Pedro	Auditório da Secretaria de Assistência Social.
Imperatriz	Academia Imperatrizense de Letras (I SALIMP); Centro de Convenções de Imperatriz (VII, 15ª e 18º Salão do Livro/SALIMP).
Itapecuru Mirim	Praça Gomes de Souza (1ª e 2ª Festa Literária); Festa Literária de Itapecuru Mirim (4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª edições).
João Lisboa	Biblioteca Pública Municipal Josué Montello.
Lago da Pedra	Colégio São Francisco de Assis.
Mirinzal	Escola - Mais Cultura e Turismo.
Paço do Lumiar	Centro de Ensino Integrado Profº Vieira e Filhos (CEIPROVIF); CE Erasmo Dias.
Pedro do Rosário	Centro de Referência e Assistência Social (CRAS).
Pindaré Mirim	CE Francisco das Chagas Vasconcelos; IEMA – UP Cururupu.
Pinheiro	Centro de Ensino Profº Rubem Almeida; IFMA – Pinheiro (Semana Nacional do Livro e da Biblioteca).
Raposa	3ª Jornada Literária de Raposa / SESC.
Santa Inês	Centro de Ensino Médio Josué Montello; Escola - Mais Cultura e Turismo; Auditório da Prefeitura de Santa Inês.
Santa Luzia do Tide	Unidade Integrada Acadêmico José Sarney; Biblioteca Municipal Josué Pedro.
São Bento	Academia Sambentoense de Letras.
São José de Ribamar	Liceu Ribamarense (I Semana de História e Cultura Afro-Brasileira); IFMA.
São Luís	Colégio Santa Teresa; Espaço Cultural Mix Mateus; UFMA (incluindo Auditório Jarbas Passarinho); Academia Militar de Bombeiros Josué Montello; Comando Geral Militar de Bombeiros do Maranhão; Colégio Militar 2 de Julho; Colégio Militar Tiradentes; Colégio CINTRA;

	Unidade de Ensino Mário Pereira; UEMA/NET; Centro de Ensino Almirante Tamandaré; Unidade Integrada Estado do Amazonas; IFMA/Maracanã (Biblioteca); Unidade Escolar Josué Montello (Sacavém); SESI/SENAI - Tibiri; Feira do Livro de São Luís (9 ^a , 14 ^a , 16 ^a , 17 ^a e 18 ^a edições); Campanha Estadual de Incentivo à Leitura; Escola Ana Adelaide Amaral (SESI Alemanha); UEB Manoela Varela (Cajueiro); Shopping da Ilha; Academia Maranhense de Letras; Convento das Mercês; Unidade Escolar Santa Barbara; IEMA – Unidade Plena (Itaqui Bacanga); CE Lúcia Chaves; IEMA UP São Luís (Biblioteca Laura Rosa); Instituto Farina; Biblioteca Municipal José Sarney.
Timon	IESM-Instituto de Ensino Superior Múltiplo; UEMA – Campus Timon.
Vargem Grande	1 ^a Festa Literária da Escola Comunitária D. João Antonio Farina.
Viana	Centro de Treinamento Coração de Jesus; Academia Vianense de Letras.
Zé Doca	Universidade Estadual do Maranhão - Polo de Zé Doca.

Fonte: Elaboração da autora, com base nos relatórios anuais da Casa de Cultura Josué Montello, 1008-2025.

5.6 Repercussão midiática e visibilidade simbólica do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello

A repercussão do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello em veículos de comunicação impressos, portais institucionais e redes sociais oficiais constitui dimensão relevante para a compreensão de sua visibilidade pública e de sua legitimação no campo cultural maranhense. No transcorrer de sua trajetória, o projeto passou a ser divulgado por meio de matérias em jornais locais e regionais, publicações em portais governamentais, especialmente aqueles vinculados à Secretaria de Estado da Cultura, bem como por registros sistemáticos em redes sociais institucionais, ampliando sua circulação simbólica para além dos espaços físicos das exposições.

As matérias jornalísticas e notas institucionais, ao noticiarem a realização das exposições em diferentes municípios e sua participação em eventos como feiras e salões do livro, contribuem para a construção de uma narrativa pública que associa o projeto à promoção da leitura, à valorização da memória literária de Josué Montello e à interiorização das ações culturais. Essa visibilidade midiática reforça a imagem da Casa de Cultura Josué Montello como agente ativo na política cultural estadual,

conferindo reconhecimento institucional às suas iniciativas e ampliando seu alcance social.

Do ponto de vista de Gramsci (2001), a presença recorrente do projeto nesses espaços de comunicação pode ser compreendida como parte dos mecanismos de atuação do *Estado ampliado*, no qual a mídia, especialmente aquela vinculada a órgãos oficiais, funciona como aparelho privado de hegemonia, responsável por difundir determinadas concepções de cultura, leitura e patrimônio literário. Ao circular em jornais, portais governamentais e redes sociais institucionais, o Projeto Exposição Itinerante participa da produção de consensos em torno da ideia de cultura como bem público, ainda que essa difusão se realize de forma desigual no território maranhense.

Sob a perspectiva de Bourdieu (1996) a repercussão midiática opera como importante mecanismo de acumulação de capital simbólico. A legitimação conferida por matérias jornalísticas e por publicações oficiais fortalece a posição da Casa de Cultura Josué Montello no campo cultural, ampliando sua autoridade simbólica e sua capacidade de interlocução com outros agentes institucionais, como escolas, universidades, bibliotecas e gestores municipais. A visibilidade pública do projeto contribui, assim, para a consolidação de seu reconhecimento, ao mesmo tempo em que reafirma hierarquias e centralidades já existentes, sobretudo a recorrente proeminência da capital São Luís como espaço privilegiado de divulgação.

As redes sociais institucionais desempenham, nesse contexto, papel complementar ao das mídias tradicionais. Por meio da divulgação de imagens, textos curtos e registros audiovisuais das exposições, essas plataformas ampliam a circulação das ações do projeto, aproximando-o de públicos diversos e reforçando sua dimensão de evento cultural. Contudo, essa lógica de comunicação, marcada pela instantaneidade e pela valorização do impacto visual, tende a privilegiar a visibilidade pontual em detrimento da problematização mais profunda sobre a continuidade e os efeitos estruturais das políticas de fomento à leitura.

Entendemos que inserção de imagens e registros fotográficos oriundos dessas matérias e publicações institucionais, quando incorporada à pesquisa, permite evidenciar concretamente os espaços ocupados pelo projeto, o perfil do público atendido e sua articulação com eventos oficiais e instituições educacionais. As fotografias reforçam, ainda, a centralidade dos circuitos formais de cultura e educação como principais lócus de atuação do projeto, aspecto que dialoga com os limites estruturais discutidos ao longo da seção.

Dessa forma, a análise da repercussão midiática do Projeto Exposição Itinerante revela que sua visibilidade pública não se restringe à função informativa, mas integra a própria dinâmica de legitimação das políticas culturais no Maranhão. Ao mesmo tempo em que amplia o reconhecimento simbólico da iniciativa e fortalece sua posição no campo cultural, essa repercussão evidencia as contradições de uma política de fomento à leitura frequentemente orientada por ações eventuais e pela lógica da visibilidade, em detrimento da consolidação de programas permanentes e territorialmente equilibrados.

A Figura 6 reúne material gráfico institucional (folder) utilizado na divulgação do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello, evidenciando as estratégias de comunicação adotadas e os elementos de construção de uma identidade visual vinculada à política cultural desenvolvida. O conjunto de folders revela a preocupação institucional com a padronização estética, a visibilidade pública do projeto e a consolidação de uma imagem simbólica associada à memória literária do escritor, ao mesmo tempo em que demonstra a continuidade e a atualização dessas estratégias ao longo do tempo, nos diferentes períodos de circulação da exposição.

Figura 6 – Folders institucionais do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello (2008, 2009 e 2023)



Fonte: Acervo documental da Casa de Cultura Josué Montello.

O primeiro material de divulgação, produzido em 2008, representa o início da exposição, destacando seu funcionamento, as formas de participação no projeto, além de apresentar o escritor e a instituição. Em 2009, em decorrência da mudança de gestão governamental, houve a necessidade de reformulação do material de divulgação, com a inclusão da marca da nova gestão, bem como dos locais e espaços já alcançados pelo projeto em seu primeiro ano de execução. Em 2023, o projeto celebrou 15 anos de execução, o que motivou a elaboração de um folder comemorativo, no qual foram apresentados o histórico da iniciativa, sua itinerância, as atividades realizadas, o público atendido e as parcerias estabelecidas ao longo desse período.

Outra maneira de divulgação do projeto foi por meio de matérias jornalísticas que contribuiu para ampliar sua visibilidade pública e registrar institucionalmente suas ações de circulação cultural. Na figura 7 a matéria destaca o início da exposição no interior do estado e explicita seu vínculo com as comemorações dos 25 anos da Casa de Cultura. Nesse sentido, a matéria enfatiza a circulação da exposição por escolas e municípios maranhenses, evidenciando a lógica de interiorização das políticas culturais. Nota-se a valorização do escritor como símbolo da identidade cultural maranhense, mesmo tendo vivido fora do estado por grande parte de sua vida.

Figura 7 – Recorte de jornal com matéria de divulgação da Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello, João Lisboa, 2008.



O registro abaixo amplia a compreensão da itinerância do projeto ao evidenciar sua circulação por espaços não convencionais do campo cultural, como instituições militares. A matéria ressalta o caráter simbólico da presença da literatura em ambientes historicamente afastados do circuito literário tradicional, reforçando a noção de interiorização e democratização do acesso ao patrimônio cultural.

Figura 8 – Recorte de jornal com matéria de divulgação da Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello realizada na Academia de Bombeiros do MA, em 2008.

Montello na Academia de Bombeiros

Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello será montada também no Comando Geral do Corpo de Bombeiros e no Colégio Militar 2 de Julho, em abril

Serviço

• **Exposição**
Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello, para militares do Corpo de Bombeiros

• **Quando/onde**
Dias 5 e 6 de abril, na Academia de Bombeiros Militar "Josué Montello" (Parque Independência)
Dia 7 de abril, no Comando Geral do Corpo de Bombeiros (Bacanga)
Dias 8 e 9 de abril, no Colégio Militar 2 de Julho (Vila Palmeira)

A história de um dos maiores escritores maranhenses está mais perto dos militares do que se imagina. A exposição itinerante da Casa de Cultura Josué Montello que guarda um precioso acervo de romances, será montada nos dias 5 e 6 de abril, na sede da Academia de Bombeiros Militar, localizada no Parque Independência, Santa Inês.

O evento é parte integrante das comemorações em torno dos dois anos de inauguração da Academia de Bombeiros, que tem o romancista como patrono. A mostra se estenderá ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros (Bacanga) no dia 7 de abril, e às dependências do Colégio Militar 2 de Julho (Vila Palmeira) nos dias 8 e 9 de abril.

Os militares terão a oportunidade de conferir a exposição bibliográfica, documental e iconográfica de Josué Montello, além do seu trabalho na Academia Brasileira de Letras. Eles assistirão também a um vídeo documental e a uma palestra sobre o escritor, montado em 150 obras literárias, entre romances, ensaios, crônicas, história, discursos, artigos, educação, novelas, teatro entre muitas outras. Isso será feito em sua obra postuma, "Luzes do Tempo", crônicas sobre a cultura francesa e seus autores, organizada por sua esposa, Ivone Montello.

Romancista que ganhou fama internacional, Montello foi agraciado com 12 prêmios literários e é membro imortal da Academia Brasileira de Letras desde julho de 1965, onde ocupou o cargo de presidente no período de 1983 a 1985. Ocupou a cadeira de número 29, que tem como patrono Martins Pena, fundada pelo teatrólogo Arthur Azevedo. Da Academia Maranhense de Letras, Josué Montello é membro desde 1948.

Casa - Instalado no casarão 327 da Rua das Hortas, a Casa de Cultura que leva o nome de um dos maiores expoentes da literatura brasileira conta com um acervo bibliográfico de aproximadamente 55 mil peças, entre coleções de livros raros, publicações avulsas e periódicas nacionais e estrangeiras, documentos, além de um expressivo acervo de material fotográfico, fitas, slides, bem como medalhas, placas decorativas, quadros, manuscritos e vasta correspondência ativa e passiva pertencente ao escritor. Todo o acervo da Casa de Cultura está à disposição dos usuários e foi doado por Josué Montello, pois pertencia à sua biblioteca particular.

O pesquisador que se dirige à Casa de Josué Montello encontra serviços de referência bibliográfica especializada, serviços de reprografia, além de informações sobre a vida e obra do escritor e de outros autores brasileiros, sobretudo maranhenses.

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão, abril de 2008. Arquivo documental da CCJM.

No município de Santa Inês, a matéria (Figura 9) enfatiza o impacto cultural da realização da exposição, destacando o acesso gratuito e a ampliação do público visitante. O discurso jornalístico associa a chegada do acervo a um acontecimento cultural relevante para a cidade, reforçando a ideia de cultura como bem público e direito social, mediado pela ação estatal.

Um aspecto particularmente significativo é o fato de a exposição ocorrer em uma escola que leva o nome de Josué Montello, o que potencializa o caráter simbólico da ação ao articular, no mesmo espaço, memória, identidade e prática educativa. Essa convergência entre o nome da instituição escolar e o acervo exposto contribui para a naturalização do escritor como referência cultural local, reforçando sua inscrição no imaginário coletivo e consolidando a escola como lugar de preservação, transmissão e atualização da memória literária maranhense. Observa-se, assim, a ênfase na memória, no acervo material e na preservação documental como pilares da política cultural desenvolvida.

Figura 9 – Recorte do jornal *Agora Santa Inês* com matéria sobre a Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello, em Santa Inês setembro, 2008.



Fonte: Jornal *Agora Santa Inês*, setembro de 2008. Acervo documental da Casa de Cultura Josué Montello

Na cidade de Imperatriz, a exposição esteve presente quatro vezes. Em 2008, a Academia Imperatrizense de Letras realizou a VI Semana Imperatrizense de Letras e a I Feira Regional do Livro e da Leitura; na ocasião, a AIL recebeu a Exposição Itinerante em seu espaço físico e disponibilizou a infraestrutura necessária para a realização das atividades. As outras três participações da Exposição ocorreram no Salão do Livro de Imperatriz, ampliando sua inserção em eventos literários de grande alcance regional.

A inserção da exposição em eventos literários regionais consolida sua articulação com políticas de promoção do livro e da leitura. A matéria associa a figura de Josué Montello a um cânone literário legitimado nacionalmente, ao mesmo tempo em que reforça a dimensão regional de sua obra. O texto jornalístico opera como instância de consagração simbólica ao reiterar prêmios, cargos e o reconhecimento institucional do escritor. Além disso, a matéria enfatiza a função educativa do projeto, direcionado especialmente a estudantes, e reafirma a exposição como instrumento de difusão do acervo e da memória intelectual maranhense, reforçando a centralidade da Casa de Cultura como agente cultural do Estado.

Figura 10 – Recorte do jornal O Progresso publicado em Imperatriz, com matéria sobre a Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello, na Semana Imperatrizense do livro em 2008.



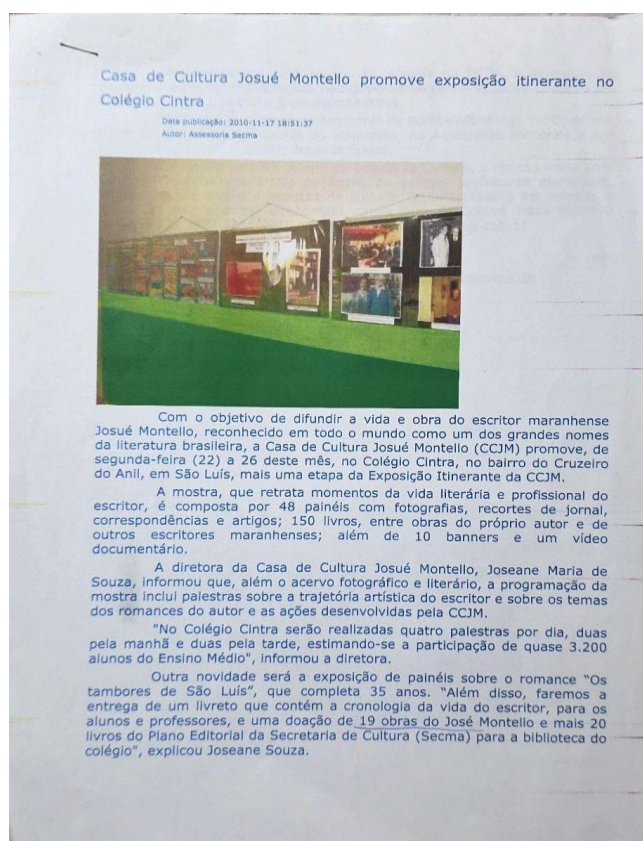
Fonte: Jornal O Progresso, Imperatriz, outubro de 2008. Acervo documental da Casa de Cultura Josué Montello

Como demonstrado anteriormente a realização da exposição no ambiente escolar reforça a vinculação entre cultura e educação. Entre os espaços de realização, o de maior evidência foi o das escolas das redes pública e privada. A matéria abaixo destaca a realização da exposição em um tradicional colégio da rede pública de São Luís, o antigo CINTRA, que atualmente funciona como Instituto de Educação do Maranhão (IEMA) – Unidade Plena Rio Anil.

Uma referência importante é a realização da exposição no ambiente da biblioteca escolar, que atua como um espaço mediador fundamental ao conectar alunos, professores e o conhecimento, indo além do acervo físico para promover leitura, pesquisa e criatividade. Trata-se de um ambiente de aprendizagem ativa e de diálogo, essencial para a formação de leitores críticos, além de se constituir como

espaço de troca, colaboração e encontro, integrado à rotina dos alunos. O discurso institucional enfatiza dados quantitativo, como o número de painéis, livros, banners e o público estimado, como forma de legitimação da ação cultural. A presença de palestras e de doações de livros evidencia a dimensão formativa do projeto, alinhando-o às políticas de incentivo à leitura e à formação de leitores no espaço escolar.

Figura 11 – Divulgação da Exposição Itinerante realizada no Colégio Cintra (2010), disponível no site da SECMA.



Fonte: Portal institucional da Secretaria de Estado da Cultura, novembro de 2010.

O material de divulgação do XII Encontro Municipal do PROLER, realizado em conjunto com o IV Salão do Livro de Caxias, registra a participação da Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello na programação do evento. Essa inserção inicial evidencia a vinculação do projeto às políticas nacionais de incentivo à leitura, especialmente ao PROLER, reforçando sua legitimidade institucional no contexto das ações de formação de leitores. A presença do projeto em um salão do livro indica, desde seus primeiros anos, uma estratégia de difusão ancorada em eventos de grande visibilidade pública, característica recorrente das políticas culturais

no período analisado.

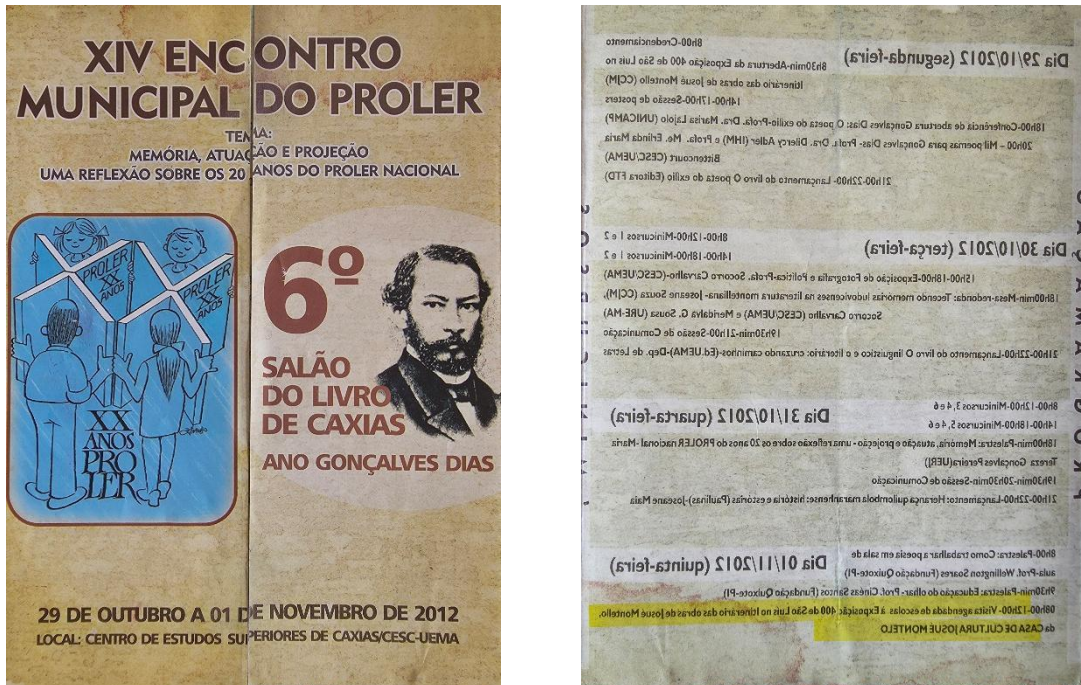
Figura 12 - Participação da Exposição Itinerante da CCJM no XII Encontro Municipal do PROLER e no 4º Salão do Livro de Caxias (2008)



Fonte: Acervo documental da CCJM

Em 2012, o folder institucional do XIV Encontro Municipal do PROLER, associado ao 6º Salão do Livro de Caxias, demonstra a continuidade da participação da Exposição Itinerante em eventos literários de caráter formativo e comemorativo.

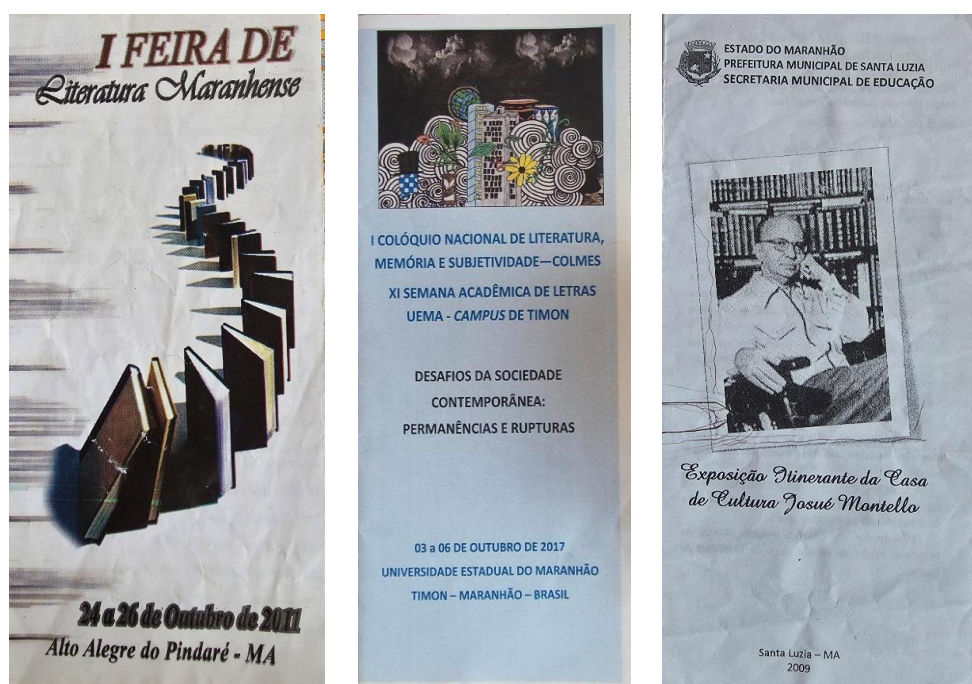
Figura 13 - Inserção da Exposição Itinerante no XIV Encontro Municipal do PROLER e no 6º Salão do Livro de Caxias (2012)



Fonte: Acervo documental da CCJM

A recorrência do projeto nesses espaços evidencia sua consolidação como uma ação reconhecida no campo cultural, ao mesmo tempo em que revela a centralidade dos eventos como principal estratégia de circulação das políticas de leitura. Essa dinâmica dialoga com a noção bourdieusiana de capital simbólico, na medida em que a presença reiterada em eventos legitimados reforça o prestígio institucional da Casa de Cultura Josué Montello. (Figura 14)

Figura 14 - Eventos literários como espaços privilegiados de circulação da Exposição Itinerante



Fonte: Acervo documental da Casa de Cultura Josué Montello

Em 2023, a Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello retornou ao município de Santa Luzia–MA, caracterizando-se como um evento literário voltado à difusão da memória literária maranhense e à ampliação do acesso ao patrimônio cultural escrito. A ação articula dimensões educativas e simbólicas ao levar ao espaço escolar um recorte representativo do acervo bibliográfico e museológico da CCJM.

O cronograma de agendamento das escolas, inserido no folder (Figura 15), evidencia uma organização sistemática, com atendimento a diferentes segmentos do público escolar, distribuídos por turnos e horários específicos, o que reforça o caráter formativo da iniciativa. A ambientação expositiva, composta por painéis, palestras e exibição de vídeo documentário, contribui para a legitimação da literatura como bem cultural e para a construção de uma experiência de mediação que ultrapassa o contato estrito com o livro.

No contexto de um município do interior, a exposição assume relevância ao materializar uma estratégia de interiorização das políticas de fomento à leitura, rompendo, ainda que parcialmente, com a centralização das ações culturais na capital. A participação de diferentes instâncias institucionais evidencia o caráter interinstitucional da ação e o uso da literatura como instrumento de formação, memória

e identidade cultural.

Figura 15 - Exposição Itinerante como evento específico no município de Santa Luzia – MA



Fonte: Acervo documental da CCJM

A cobertura jornalística veiculada em mídias digitais e impressas nos municípios visitados evidencia a inserção do projeto em eventos de natureza literária e educacional, contribuindo para sua legitimação simbólica no campo cultural e para a ampliação de sua visibilidade pública, especialmente em contextos situados fora da capital. Nesse sentido, a repercussão midiática das ações desenvolvidas pela Exposição Itinerante atuou como mecanismo de reconhecimento e valorização institucional, reforçando sua posição no campo cultural maranhense e ampliando o alcance simbólico de suas práticas de incentivo à leitura.

6 CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa, buscou-se analisar as políticas culturais de fomento à leitura em São Luís, no período de 2003 a 2023, compreendendo seus aspectos políticos, ideológicos e institucionais em meio às transformações impostas pela racionalidade neoliberal. A investigação permitiu evidenciar que as ações voltadas ao livro, à leitura e às práticas literárias não se desenvolvem de forma neutra, mas estão diretamente vinculadas às disputas de poder, aos projetos de sociedade e às formas de produção, circulação e legitimação da cultura.

Partindo das contribuições teóricas de Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Antonio Candido e Paulo Freire, foi possível compreender que a leitura ultrapassa a dimensão instrumental da alfabetização, constituindo-se como um direito cultural, um direito humano e uma necessidade fundamental para a formação crítica e humanizadora dos sujeitos. Conforme defende Antonio Candido (2011), a literatura corresponde a um direito indispensável à integridade espiritual e simbólica do ser humano, razão pela qual sua negação representa uma forma de mutilação da humanidade. Nessa perspectiva, a leitura da palavra, articulada à leitura do mundo proposta por Paulo Freire (2019), revela-se condição essencial para o exercício da cidadania, da consciência crítica e da participação social.

Entretanto, a pesquisa demonstrou que, embora a leitura seja reconhecida juridicamente pela Constituição Federal de 1988 e por marcos normativos como o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), sua efetivação permanece tensionada pelas dinâmicas do neoliberalismo contemporâneo. A partir da década de 1990, observou-se no Brasil um processo de reconfiguração do papel do Estado, no qual a cultura passou gradativamente a ser deslocada do campo dos direitos para o campo da gestão, da eficiência administrativa e da lógica mercadológica. Nesse contexto, políticas culturais passaram a depender crescentemente de mecanismos de incentivo fiscal, parcerias público-privadas e projetos temporários, transferindo ao mercado e à iniciativa privada responsabilidades historicamente atribuídas ao poder público.

As análises desenvolvidas ao longo das seções evidenciaram que essa racionalidade neoliberal impacta diretamente as políticas de leitura, produzindo descontinuidades, fragilidades institucionais e ações fragmentadas. Nesse sentido, as “tristes tradições” formuladas por Rubim (2015), caracterizadas pelas ausências,

autoritarismos e instabilidades, mostraram-se fundamentais para compreender os limites históricos das políticas culturais brasileiras e maranhenses. A ausência histórica de políticas permanentes, associada às mudanças frequentes de gestão e à descontinuidade administrativa, compromete a consolidação de programas estruturantes voltados ao livro, à leitura e às bibliotecas públicas.

No caso do Maranhão, a pesquisa revelou que as políticas culturais frequentemente privilegiam ações de grande visibilidade midiática e turística, vinculadas à espetacularização da cultura e à construção de uma identidade cultural centrada em grandes eventos, como o São João e o Carnaval. Embora essas manifestações possuam relevância histórica e simbólica, constatou-se que essa lógica de espetacularização pode relegar ações estruturantes de base, como o fortalecimento das bibliotecas públicas, a formação de leitores e a democratização do acesso à literatura, a uma posição secundária nas agendas governamentais e nos investimentos culturais.

Nesse cenário, o estudo do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello revelou-se fundamental para compreender as possibilidades de resistência cultural e democratização do acesso à leitura no interior maranhense. Ao longo de dezesseis anos de atuação, entre 2008 e 2025, o projeto percorreu 29 municípios maranhenses e alcançou mais de 65 mil pessoas, configurando-se como uma importante estratégia de descentralização cultural em um estado marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e territoriais. Mais do que uma ação expositiva, a itinerância constituiu-se como prática de mediação cultural, aproximando estudantes, professores e comunidades do patrimônio literário maranhense e estimulando experiências de leitura em localidades historicamente afastadas dos equipamentos culturais.

A pesquisa permitiu concluir que iniciativas como a Exposição Itinerante assumem um papel estratégico diante das lacunas deixadas pelo poder público, especialmente em municípios com limitada infraestrutura cultural e bibliotecária. Essas ações operam como formas de resistência simbólica e de circulação cultural, promovendo o acesso ao livro, à literatura e à memória cultural maranhense. Contudo, também se constatou que projetos dessa natureza não podem permanecer dependentes exclusivamente do esforço institucional isolado ou da permanência de determinadas gestões administrativas, sob risco constante de interrupção e precarização.

Dessa forma, a hipótese central desta pesquisa foi confirmada: embora existam avanços normativos importantes no campo das políticas de leitura no Brasil, sua implementação em âmbito local permanece limitada pelas restrições orçamentárias, pela descontinuidade administrativa e pela predominância de políticas baseadas em ações pontuais, eventos e projetos de curta duração, em detrimento da consolidação de políticas de Estado permanentes e estruturantes. As políticas culturais de fomento à leitura materializam-se, portanto, de maneira contraditória em um contexto neoliberal que reconhece formalmente os direitos culturais, mas reduz as condições concretas para sua efetivação universal.

A investigação também permitiu identificar a importância do fortalecimento institucional das políticas públicas do livro e da leitura no Maranhão. Nesse sentido, destaca-se a institucionalização do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão (SEBP-MA), em 2017, como um passo relevante para a organização técnica e administrativa das bibliotecas públicas no estado. Ainda que tardia, essa institucionalização representa uma possibilidade concreta de ampliação da articulação entre os municípios, favorecendo a continuidade das ações de leitura e oferecendo suporte técnico às bibliotecas públicas maranhenses.

Do mesmo modo, considera-se fundamental que a itinerância da Casa de Cultura Josué Montello não permaneça como ação isolada, mas seja integrada a uma política pública articulada com as bibliotecas públicas municipais, escolas e demais equipamentos culturais. A construção de calendários permanentes de ações culturais e literárias, articulados territorialmente, pode contribuir para transformar as bibliotecas em polos estruturantes das políticas de leitura, fortalecendo a democratização cultural e a formação contínua de leitores.

Os resultados da pesquisa também evidenciam uma fragilidade importante no âmbito da gestão e monitoramento das ações desenvolvidas: a ausência de instrumentos sistemáticos de avaliação das exposições e de seus impactos nos municípios atendidos. Observa-se que, embora exista registro quantitativo das ações realizadas, não há mecanismos estruturados capazes de mensurar aspectos qualitativos, como alcance formativo, participação do público, fortalecimento das práticas de leitura ou repercussões junto às bibliotecas, escolas e comunidades locais. Essa lacuna compromete não apenas a produção de diagnósticos mais precisos sobre a efetividade da política, mas também dificulta o planejamento de ações futuras e a correção de desigualdades territoriais identificadas ao longo da pesquisa. Nesse

sentido, torna-se fundamental a elaboração e institucionalização de um instrumento de avaliação contínua, contendo indicadores quantitativos e qualitativos, capaz de acompanhar a circulação das exposições, registrar percepções dos participantes, identificar limites e potencialidades das ações e subsidiar processos de tomada de decisão. A construção desse instrumento poderá contribuir significativamente para o fortalecimento da política de fomento à leitura, assegurando maior eficiência, transparência e adequação das ações às realidades dos municípios maranhenses.

Por fim, esta pesquisa reafirma que discutir políticas culturais de fomento à leitura significa discutir democracia, cidadania e justiça social. Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades de acesso aos bens culturais, garantir o direito à literatura e à leitura representa garantir condições de humanização, pertencimento e participação crítica dos sujeitos na vida social. Como ensinam Paulo Freire (1981) e Antonio Candido (2023), a leitura da palavra não pode ser dissociada da leitura do mundo, pois ambas constituem processos fundamentais de emancipação humana.

Assim, mais do que encerrar uma análise, esta conclusão reafirma a necessidade de continuidade das lutas em defesa da cultura, das bibliotecas públicas, da literatura e das políticas de leitura enquanto direitos fundamentais. Espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento dos estudos sobre políticas culturais no Maranhão e incentive novas investigações acerca das relações entre cultura, poder, memória e formação de leitores, especialmente em contextos historicamente marcados pela exclusão cultural e pelas desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. Em tempos de crise: o MinC e a politização do campo cultural brasileiro. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 23–46, 2017.

BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE. Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas - SEBP. São Luís: SECMA, 2017. Disponível em: <<http://www.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=sebp>>. Acesso em: 2 out. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005a

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.

BRASIL. Agência Nacional do Cinema. **Governo Federal cria Programa Mais Cultura**. Disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-cria-programa-mais-cultura>. Acesso em: 18 de out. 2025.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2024. Disponível em: https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988#/con1988_07.05.2020/art_216-A_.asp. Acesso em 10 nov. 2025.

BRASIL. Centro de Informações das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, 18 set. 2020. Disponível em: <https://acnudh.org/pt-br/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-1948/>. Acesso em 18 nov. 2025.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 95, de 15 dez. 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em 17 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Cultura. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/snc/o-snc/sistema-nacional-de-cultura-1/?_authenticator=8c67a114d1c3c56364e4bee26780f286fd19d7fb. Acesso em 15 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **PROLER: Programa Nacional de Incentivo à Leitura**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Dia Mundial do Livro: novo Plano Nacional é um pacto pela leitura**. 23 de abril, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt->

[br/assuntos/noticias/novo-plano-nacional-e-entrega-de-acervos-para-bibliotecas-de-todo-o-pais-marcam-o-dia-mundial-do-livro](https://www.nonada.com.br/2026/04/novo-plano-nacional-do-livro-e-leitura-quer-transformar-ao-menos-55-dos-brasileiros-em-leitores/). Acesso em 18 nov. 2025.

BRIOZO FILHO, Alexandre. Novo Plano Nacional do Livro e Leitura quer transformar ao menos 55% dos brasileiros em leitores. Associação Cultural Nonada Jornalismo, Porto Alegre (RS), 23 abr. 2026. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2026/04/novo-plano-nacional-do-livro-e-leitura-quer-transformar-ao-menos-55-dos-brasileiros-em-leitores/>. Acesso: 27 abr. 2026.

CALABRE, Lia. (Org.) **Políticas Culturais**: olhares e contextos [recurso eletrônico]. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil**: história e contemporaneidade. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. São Paulo: Todavia, 2023. Ebook.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2021.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Ed. Pulo do Gato, 2011.

FERREIRA, Gilvane Carvalho. **O significado da cultura no processo de desenvolvimento**: a configuração do Programa Mais Cultura pela Biblioteca Pública Bendito Leite a partir das ações do segmento livro, leitura, literatura e biblioteca. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

FERREIRA, Maria Mary (org.) et al. **Livro, leitura e bibliotecas em tempos sombrios**. São Luís: EDUFMA, 2017.

FERREIRA, Maria Mary; SILVA, Roosevelt Lins. (orgs). **(Des)informação poder e exclusão social**: estratégias para enfrentar as ameaças à democracia. São Luís: EDUFMA, 2024.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2009.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 60. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

GARCEZ, Lucília. A leitura na vida contemporânea. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 81, n. 199, p. 581-587, set./dez. 2000.

GILIOLO, Renato de Souza Porto; FERNANDES, José Ricardo Ariá (orgs). **Legislação sobre cultura** [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023. (série Legislação, n. 19) Ebook.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Moraes de Sá e; LEOPOLDI, Maria Antonieta. Políticas públicas em contexto de retrocesso democrático e populismo reacionário: desmontes e reconfigurações. *In*: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Resumo executivo do Plano MA 2050**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, jul. 2024. Disponível em: <https://maranhao2050.ma.gov.br/wp-content/uploads/2024/07/RESUMO-EXECUTIVO-DO-PLANO-MA-2050.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

MARANHÃO. Lei n. 10.213, de 5 jul. 2017. Cria o Sistema Estadual de Bibliotecas do Estado do Maranhão e dá outras providências. Disponível em: https://casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/arquivos/LEI_N_10.613_DE_5_DE_JULHO_DE_2017-Bibliotecas_Publicas.pdf. Acesso em 5 de dez. 2025.

MARANHÃO. Lei n. 8.319 de 12 de dezembro de 2005. Institui o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão - SEGIC, e dá outras providências. São Luís: [S. n.], 2005. Disponível em: <<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=1728>>. Acesso em: 30 out. 2025.

MARANHÃO. Lei n. 8.912 de 23 de dezembro de 2008. Altera e consolida o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão - SEGIC. e dá outras providências. São Luís: SECMA. 2008. Disponível em: <<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=2559>>. Acesso em: 30 out. 2025.

MARANHÃO. **Plano Maranhão 2050**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 2023.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. **Plano Estadual de Cultura 2015-2025**. Políticas de estado para a cultura: o direito a ter direito à cultura 2015 – 2025. São Luís, 2014. Livro Ebook.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. **Plano Estadual de Cultura: 2007-2010**. A imaginação à serviço da cidadania e do desenvolvimento. São Luís, 2007.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. **Cultura ações 2013**. São Luís, 2013.

MARQUES NETO, José Castilho (org.). **PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura: textos e história (2006-2010)**. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

MARTINS, Carlos Wellington Soares. **Plantando Bibliotecas para colher desenvolvimento**: análise do Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras”, no município de Codó – MA. Curitiba: Ed. CRV, 2014.

MARTINS, Carlos Wellington Soares. O desmonte das políticas públicas para o segmento livro, leitura, literatura e bibliotecas pós-impeachment: foco nas bibliotecas públicas. In: FERREIRA, Maria Mary. **Livro, leitura e bibliotecas em tempo sombrios**. São Luís: EDUFMA, 2017. p. 163-186.

MARTINS, Carlos Wellington Soares. **Há uma luta de classes nos livros**: política cultural para a democratização do livro e leitura no Brasil no contexto neoliberal. 2019. 196p. (Tese de Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

MARTINS, Leoneide Maria Brito. Democratização do acesso à informação, compromisso social e atuação do bibliotecário. In: FERREIRA, Maria Mary; SILVA, Roosevelt Lins. (Orgs). **(Des)informação poder e exclusão social**: estratégias para enfrentar as ameaças à democracia. São Luís: EDUFMA, 2024.

MENEZES, E. T; SANTOS, T. H. Verbete PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://educabrasil.com.br/pnbe-programa-nacional-biblioteca-da-escola/>>. Acesso em 09 dez. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

NASCIMENTO, Aline Carvalho do. Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER. Fundação Renova, 9 fev. 2024. Disponível em: https://projeto_incentivo_aleitura.com.br/2024/02/09/programa-nacional-de-incentivo-a-leitura-proler/. Acesso 23 de nov. 2025.

NOGUEIRA, Bruno. Impactos do governo Jair Bolsonaro para as políticas públicas de cultura no Brasil. In: **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 16, n. 2, p. 153-178, jul./dez. 2023.

OEI; CERLALC. **Agenda Ibero-Americana de Leitura**. Bogotá: Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe; Organização dos Estados Ibero-americanos, 2004.

OLIVEIRA, Daniela Piergili Weiers de. **Políticas Públicas de Fomento à Leitura**: Agenda Governamental, Política Nacional e Práticas Locais. São Paulo: 2011.

Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2011. 146p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Manifesto da Unesco sobre as Bibliotecas Públicas**. 1994. Disponível em: <http://www.iplb.pt/pls/diplb/get_resource?rid=938>. Acesso em: 18 de junho. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: United Nations, 2015.

PETIT, Michèle. **Leituras: do espaço íntimo ao espaço público**. Trad. Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2013.

PUBLISHNEWS. 53% dos brasileiros não leem livros, aponta Pesquisa Retratos da Leitura 2024. Atualidades, 19 de nov. 2024. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2024/11/19/53-dos-brasileiros-nao-leem-livros-aponta-pesquisa-retratos-da-leitura-2024>. Acesso em 15 dez. 2025.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

RODRIGUES, Edmilson Moreira. **Fome de Programas de Leitura: o PROLER e a dimensão político-ideológico da leitura**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Brasil: desafios contemporâneos. In: CALABRI, Lia. (Org.) **Políticas Culturais: olhares e contextos** [recurso eletrônico]. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. Coleção Cult.

SILVEIRA, Marla de Ribamar Silva. (Org.). **Capacitação para gestores e auxiliares de bibliotecas**. São Luís: SECMA, 2009. 20p.

SOUZA, Joseane Maria de Souza e. Arquivo pessoal: a importância da reorganização do fundo Josué Montello para a preservação da memória literária do escritor. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Arquivos privados: abordagens plurais**. São Paulo: ARQ-SP, 2016. P. 57-70.

SOUZA, Renata Junqueira de; IGUMA, Andréia de Oliveira Alencar; LIMA, Grazielli Alves de Lima. **A leitura literária como prática social na contemporaneidade**: além do espaço escolar. Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, RS, v. 27, 2022.

TIBURI, Márcia. Potência de pensamento: por uma filosofia política da leitura. **Revista Cult**. São Paulo, jan. 2016. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/homepotencia-de-pensamento-por-uma-filosofia-politica-da-leitura/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

UNESCO. **Reading in the 21st Century**: UNESCO Global Report. Paris: UNESCO, 2017.

ANEXO A – Minuta do Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello



**PROJETO
EXPOSIÇÃO ITINERANTE DA CASA DE CULTURA
JOSUÉ MONTELLO 2012**

**São Luís
2012**

1 JUSTIFICATIVA

O Projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello vem desenvolvendo suas ações desde 2008, com resultados satisfatórios para o público beneficiado.

Ao longo de 3 (três) anos de existência o Projeto já atendeu cerca de 24.000 mil crianças e jovens de 20 municípios maranhenses, facilitando o acesso ao livro e incentivando a prática da leitura através de um conjunto de ações culturais, tendo o livro como fonte de inspiração principalmente as obras do escritor Josué Montello.

O alcance social do Projeto o levou a conquistar vários leitores da obra Montelliana, inspirando tema de trabalhos, monografias e teses de alunos e professores de várias Instituições de Ensino e estimulou professores a trabalhar a literatura maranhense em sala de aula e realizar feiras de literatura maranhense.

O êxito do Projeto tem sido demonstrado pelos depoimentos de vários usuários que passaram a freqüentar as dependências da CCJM que em cujos depoimentos afirmam terem se tornado leitores de Josué Montello incentivados pelo Projeto.

Durante esse ano o projeto trabalhará a temática sobre os 400 anos de São Luís, através de 14 romances do escritor Josué Montello, que tem como cenário a cidade de São Luís, abordando os hábitos, costumes, as pessoas, a cultura, as ruas e seus sobrados.

Nesse sentido, Casa de Cultura Josué Montello se propõe a continuar desenvolvendo o Projeto de Exposições Itinerantes, em vários municípios maranhenses, realizando um conjunto de ações que beneficiarão alunos, professores e a comunidade em geral, em parceria com Prefeituras, IES, Academias de Letras, Ongs e Instituições culturais em geral.

2 OBJETIVO GERAL

Realizar exposições itinerantes em escolas do ensino médio, Instituições de Ensino Superior ou instituições culturais da capital e em municípios maranhenses, objetivando divulgar as obras do escritor Josué Montello, a literatura maranhense e o acervo e as ações desenvolvidas pela Casa de Cultura Josué Montello.

2.1 Objetivos específicos

- Realizar exposição fotográfica, bibliográfica e documental visando difundir a vida e obra do escritor Josué Montello;

- divulgar as ações desenvolvidas pela Casa de Cultura Josué Montello;
- divulgar a literatura maranhense e seus autores com vistas a estimular a leitura de textos literários;
- Democratizar o acesso aos bens culturais.

3 ESTRATÉGIA DE OPERACIONALIZAÇÃO

O projeto será desenvolvido conforme os seguintes procedimentos metodológicos:

- Uma equipe de técnicos da CCJM se deslocará para o município/instituição onde será montada a exposição levando expositores, acervos e folders para distribuição. A exposição permanecerá no período que ficar acertado no momento do agendamento, podendo ser de 3 dias até uma semana.
- O local onde acontecerá a exposição, mobilização da comunidade e o agendamento das escolas serão de responsabilidade da instituição/município que receberá a exposição.

3.1 Ações a serem desenvolvidas (responsabilidade da Casa de Cultura Josué Montello).

- Exposições fotográficas “A eterna São Luís de Josué Montello com seus romances” e “Ações da CCJM”
- Exibir vídeo documentário sobre o escritor
- Exposição de obras literárias de Josué Montello e autores maranhenses
- Palestra sobre a vida e obra do escritor Josué Montello e sobre a Casa de Cultura Josué Montello.
- Distribuir material de divulgação (folder institucional, cronologia do escritor)

4 CONTRAPARTIDA MUNICÍPIO/INSTITUIÇÃO

A parceria institucional será formalizada através de ofício direcionada a SECMA - Casa de Cultura Josué Montello, solicitando a exposição, bem como do formulário para o agendamento. (modelo em Anexo).

A contrapartida do município/instituição que receber a exposição será disponibilizar o espaço adequado para realização da exposição, a divulgação local, o agendamento das escolas para visitação, a hospedagem e alimenta o da equipe durante o período de permanência da exposi o.

Modelo do Ofício

NOME DA INSTITUIÇÃO

Ofício nº ____

Local, ____ de _____ de 2012

Senhora Secretária,

Vimos através deste, solicitar a V. Sa. a liberação do projeto Exposição Itinerante da Casa de Cultura Josué Montello no município _____, para participar do _____ no período de ____ a ____.

Certos da atenção de V.Sa. a nossa solicitação.

Atenciosamente

Ilm^a Sra.

OLGA SIMÃO

M. D. Secretária de Estado da Cultura

São Luís -MA

ANEXO B – Formulário de Agendamento da Exposição Itinerante Da Casa de Cultura
Josué Montello

**SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CASA DE CULTURA JOSUÉ MONTELLO**

EXPOSIÇÃO ITINERANTE DA CCJM 2012

FORMULÁRIO DE AGENDAMENTO

NOME DA ESCOLA/INSTITUIÇÃO _____

ENDEREÇO: _____

MUNICÍPIO _____

E-MAIL _____

TELEFONE PARA CONTATO _____

PERÍODO DESEJADO _____

PÚBLICO ALVO A SER ATINGIDO _____

A EXPOSIÇÃO SERÁ UM EVENTO ESPECÍFICO SIM () NÃO ()

OU ESTARÁ DENTRO DE ALGUM EVENTO REALIZADO PELA INSTITUIÇÃO

SIM () NÃO ()

Se sua resposta for sim, qual o nome do evento?

RESPONSÁVEL PELO AGENDAMENTO _____

ASSINATURA _____ DATA _____

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO

1. Este formulário deve ser preenchido pela pessoa responsável pela Instituição interessada em receber a exposição;
2. O período de permanência da exposição deverá ser de no mínimo 3 (três) dias e no máximo 5 (cinco).
3. O público alvo a ser atingido deverá ser especificado entre ensino fundamental, médio, superior ou comunidade em geral.

COMPREENDENDO A EXPOSIÇÃO E SUA ATUAÇÃO COM O PÚBLICO

Com o objetivo de difundir a vida e obra do escritor maranhense Josué Montello, reconhecido em todo o mundo como um dos grandes nomes da literatura brasileira, a Casa de Cultura Josué Montello (CCJM) montou para 2012 a Mostra fotográfica, documental e bibliográfica que retrata momentos da vida literária e profissional do escritor e, em homenagem aos 400 anos de São Luís a Mostra **“A eterna São Luis de Josué Montello com seus romances”** composta por painéis contendo informações sobre os 14 romances que tem como cenário a cidade de São Luís, além de fotografias, recortes de jornais, artigos e correspondências; livros entre obras do próprio autor e de outros escritores maranhenses, banners e vídeo documentário.

As condições necessárias para a realização da exposição se darão através da parceria da Casa de Cultura Josué Montello com a instituição solicitante.

ATIVIDADES OFERECIDAS:

- 1- Monitoria da exposição: realizada por técnicos da Casa de Cultura Josué Montello
- 2- Palestras: serão direcionadas conforme o público alvo indicado pela instituição
- 3- Exibição de vídeo-documentário: sobre o escritor Josué Montello

Obs: após o recebimento do formulário a CCJM entrará em contato com a instituição solicitante para confirmação.

Qualquer dúvida entre em contato com a CCJM.

Telefone (98) 3218 9945 / 8835 2182

e-mail: ccjosuemontello@yahoo.com.br